



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Rui Emanuel Leal Leonardo

2º Ciclo de Estudos em Arqueologia

O Baixo Vale da Vilarica entre o Antigo Regime e o Liberalismo
Território, Propriedade e Culturas
2013

Orientador: Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

Índice Geral

Índice de tabelas	2
Índice de figuras	4
Agradecimentos	9
Introdução	10
1. Caracterização Genérica do vale da Vilarica	15
2. – O território e a propriedade	23
2.1 - A Organização do Território. Formas de delimitação das propriedades	23
2.1.1 – O rio Sabor e a ribeira da Vilarica como eixo estruturante	23
2.1.2 – Os Tombos Gerais da ribeira da Vilarica de 1629 e 1777	25
2.1.3 – Os Tombos concelhios e privados	31
2.1.4 – Os instrumentos físicos de delimitação	34
2.2 – Estrutura e tipologia da propriedade	37
2.2.1 – A estruturação da propriedade	37
2.2.2 – Tipos de propriedades	41
2.2.2.1 – Um caso aparte: as quintas	46
3 – As culturas e a importância dos gados no vale	53
4 – Os projetos de encanamento. Uma forma de estabilizar a organização do território	61
5 – O acesso e a circulação	77
5.1 – Os acessos para o vale	77
5.2 – A circulação no vale	80
5.2.1 – As formas de travessia da ribeira e do rio	82
Conclusão	92
Fontes e Bibliografia	97
Anexos	113
Mapas, Fotografias e Gravuras	114
Tabelas	152

Índice de Tabelas

1 – Listagem de tombos e relações de bens conhecidas na vila de Torre de Moncorvo	33
2 – Referências a instrumentos de delimitação nos Tombos e relação de bens	35
3 – Tipos de propriedades referidas em instrumentos de demarcação	41
4 – Culturas das quintas, com base na documentação	48
5 - Construções rurais das quintas	49
6 – Registo dos produtos existentes no vale, segundo fontes coevas	54
7 - Tombo da ribeira da Vilariça. 1629. Índice geral	152
8 - Tombo da ribeira da Vilariça. 1777. Índice geral	175
9 - Relação de Bens do Prazo em Moncorvo da Comenda de Santa Maria de Castelo Branco do Mogadouro, 1545. Cópia de 1757. Índice geral	201
10 - Tombo dos bens da igreja matriz de Moncorvo. 1592. Índice geral	202
11 - Tombo da comenda da Ordem de Cristo de Santa Maria de Moncorvo. Bens do prazo. 1605. Índice geral	203
12 - Tombo do morgado de Mendel. 1625. Síntese das propriedades na Vilariça	204
13 - Tombo dos bens da igreja matriz de Moncorvo. 1708. Síntese das propriedades na Vilariça	208
14 - Tombo do morgado de Santo António. 1757. Síntese das propriedades na Vilariça	209
15 - Tombo dos bens do Concelho. 1767 (cópia de 1784). Síntese das propriedades na Vilariça	214
16 - Relação dos prédios do Morgado de Santo António e do Marmeleiro na Vilariça. 1823	216
17 - Relação de prédios de A. Caetano de Oliveira na Vilariça	223
18 - Índice de proprietários e seus bens na Vilariça, segundo o livro mestre da décima. 1765	229
19 - Índice de profissões dos habitantes de Torre de Moncorvo, relacionados com a agricultura, segundo o livro mestre da décima. 1765	234

20 - Toponímia do vale da Vilariça	237
21 - Referências às quintas do vale da Vilariça	239
22 - Síntese dos projetos de encanamento da ribeira da Vilariça e rio Sabor	242
23 - Cronologia resumida da cultura do cânhamo em Torre de Moncorvo	243

Índice de Figuras

1 – Enquadramento da área estudada, situada integralmente no concelho de Torre de Moncorvo. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	114
2 – Pormenor da zona estudada. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	115
3 – Extrato da Carta Geológica de Portugal, esc.1:200.000. folha 2	116
4 – Extrato da Carta de Solos de Portugal. Esc. 1:50.000. Folha 11-A	117
5 – As propriedades registadas nos Tombos de 1629 e 1777. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	118
6 – Os barrais não registados nos tombos. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	118
7 – Localização dos principais topónimos recolhidos nos Tombos. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	119
8 – Identificação e delimitação das quintas estudadas. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	120
9 – Quinta de Villa Maior. Zona habitacional. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	120
10 – Quinta do Carvalhal. Zona habitacional. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	121
11 – Quinta da Granja. Zona habitacional. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	121
12 – Quinta da Portela. Zona habitacional. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	121
13 – Quinta das Casas Queimadas. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	122
14 – Quinta de Alfarela. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	122
15 – Quinta do Rego da Lousa. Adaptação de imagem extraída do Google Maps	122
16 – Quinta da Silveira. Zona habitacional. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	122
17 – Rede de Caminhos para o vale. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	123

18 – Rede de Caminhos existentes no vale. Adaptação de imagem extraída do Google Maps.	124
19 – Extrato do mapa da Província de Trás-os-Montes, publicado por Luís Caetano de Lima em <i>Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...</i> Off. de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa, 1734-1736	125
20 – <i>Carta geographica da Provincia de Tras-os-Montes</i> [Material cartográfico], de José Monteiro de Carvalho. 1755. CA75/IGP. No qual se encontram respresentada a principal viária transmontana, nomeadamente a Estrada de Bragança e a Estrada para o Tua, pelo Vilarinho da Castanheira.	125
21 – <i>Mappa para demostrar todos os passos do rio Douro desde o rio Agada athe o rio Pinhao</i> [Material cartográfico], de João Bento Python. 1762. CA296/IGP. Aqui está representado vale e a ribeira da Vilariça.	126
22 – Extrato do <i>Mapa del Sureste de la provincia de Tras-os-Montes</i> , 1762, Escala ca. 1:143.900. Real Academia de Historia, Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, C-I c 45, Nº 558.	126
23 – Mapa de Joseph Auffdiener, <i>Configuração do rio Douro</i> [Material cartográfico], cerca de 1790. CA292/IGP, no qual a ribeira da Vilariça se encontra sobredimensionada.	127
24 – Reprodução de carta de John Lodge, <i>The kingdoms of Portugal and Algarve</i> , Escala [ca 1:1300000], London : Laurie & Whittle, 1794.	127
25 – Extrato da <i>Carta topographica da parte da Provincia de tras os Montes, comprehendida entre o Douro e o Sabor, ate Bragança</i> [Material cartográfico], de Luís Gomes de Carvalho. 1797. CA76/IGP, no qual se representa a Ribeira da Vilariça e a viária.	128
26 – <i>Carta militar das principaes estradas de Portugal</i> , de Lourenço Homem da Cunha de Eça, Escala [ca. 1:470000], Lisboa, 1808. - 1 mapa em 4 folhas (disponível em http://purl.pt/6302)	128
27 – Pormenor de <i>Planta tirada a golpe de vista da estrada de Moncorvo até Lagoaça e daqui até Bragança, e da parte comprehendida entre o Douro e a estrada de Moncorvo onde se mostra a parte em que os Franceses se supunha quererem paçar</i> , escala não determinada, 1810, autoria de FALCÃO, Balthazar Antonio	129
28 – Reprodução do mapa de John Stockdale, <i>A new Military Map of Spain and Portugal ...</i> , 1812	129
29 – Extrato do Mapa <i>O Douro portuguez e paiz adjacente contando do rio quanto se pode tornar navegavel em Espanha</i> pelo Barão de Forrester, 1848.	130
30 – As propriedades n.º 77, 79 e 88 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	130
31 – A propriedade n.º 219 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	131

32 – A propriedade n.º 220 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	131
33 – A propriedade n.º 275 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	132
34 – A propriedade n.º 286 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	132
35 – A propriedade n.º 317 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	132
36 – As propriedades n.º 352 e 353 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	133
37 – A propriedade n.º 378 do Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, sg. Levantamento de Albérico de Almeida, de 1932. (AHTM, CMTM, C, D, 9, n.º 1)	133
38 – Vista da Foz do Sabor, a partir da Quinta do Rego da Barca. Desenho de Emílio Pimentel, publicado no livro do Visconde de Villa Maior, <i>O Douro ilustrado: album do rio Douro e paiz vinhateiro</i> , Liv. Universal de Magalhães & Moniz, Porto, 1876	134
39 – O Rio Sabor, visto a partir do Monte Meão. Pormenor de fotografia editada por Companhia Portuguesa Editora. Porto. Publicada em MONTEIRO, Manuel - <i>O Douro</i> , Edições Livro Branco, Lda., s/l, 1998 [ed. original de Emílio Biel & C ^a , 1911]	134
40 – A foz do rio Sabor e a sua entrada no Douro. Anos 30 do séc. XX. Fotografia de Domingos Alvão. Publicada em ALVÃO, Domingos, <i>O Douro de Domingos Alvão</i> , Encontros de Fotografia, 15. ^a ed., Coimbra, 1995.	134
41 – O rio Sabor, junto à Foz, vendo-se em primeiro plano uma bateira. 1. ^a metade do séc. XX (CM-TM, FLB)	135
42 – O rio Sabor, no curso normal, antes da construção da barragem da Valeira. Fotograma do filme <i>Gente do Norte</i> , 1978, de Leonel Brito (CM-TM, FLB)	135
43 – Foz do Rio Sabor com a <i>rebofa</i> . Foto de Luís Lopes, 2006.	135
44 – Outro aspeto da <i>rebofa</i> . Foto de Luís Lopes, 2006.	136
45 – O rio Sabor junto à Alfarela, antes da subida da sua cota definitiva, na sequência da albufeira da Valeira. Início da década de 1980 (Arquivo do PARM)	136
46 – A Ribeira da Vilariça junto à ponte no Carvalhal. Bilhete postal, Ed. Alberto Ferreira, Porto, 1915 (?). Gentilmente cedido por D. Maria da Graça O. M. A. Pinto Félix	136
47 – A ribeira da Vilariça, a jusante da ponte. Fotograma do filme <i>Gente do Norte</i> , 1978, de Leonel Brito (CM-TM, FLB)	137
48 – A ribeira da Vilariça, junto à ponte. Foto do autor, Julho de 2011 (Arquivo do PARM)	137
49 – As courelas da Foz do Sabor, a partir do monte acima da Quinta do Rego da Barca.	

Novembro de 2008 (Arquivo do PARM)	137
50 – As courelas da Foz do Sabor vendo-se, em primeiro plano, as courelas da Virada e Casa do Gago. Novembro de 2008. Foto de Luís Lopes (Arquivo JFTM)	138
51 – As courelas do troço final do rio Sabor e a Quinta do Rego da Lousa, à esquerda. Vista a partir de Alfarela. Foto do autor, 2010 (Arquivo do PARM)	138
52 – As courelas do rio Sabor, na Alfarela (margem esquerda) e entre a Coelha e o ribeiro dos Cavalos (margem direita). Foto do autor, 2010 (Arquivo do PARM)	138
53 – As courelas do Vau Rebunhoso e Frieiras, o ribeiro dos Cavalos e, ao fundo, a quinta de Villa Maior. Foto de Miguel Sá, Julho de 2013.	139
54 – As courelas na margem direita do rio Sabor, entre o ribeiro dos Cavalos e a foz da ribeira da Vilariça. Foto do autor, 2010 (Arquivo do PARM)	139
55 – Vista do troço final da ribeira da Vilariça, Veiga Redonda, Pocilgas e Veiga Folgosa. Foto Miguel Sá, Julho de 2013	139
56 – As courelas do Ludoal. Julho de 2011. Arquivo do PARM	140
57 – O vale da Vilariça entre os Quinhões do Prado e a Foz do Sabor. Foto do autor, Julho de 2007	140
58 – As courelas da Ponte da Vilariça, e os Quinhões do Prado. Foto J. R. Santos Júnior (CM-TM, FSJ)	140
59 – Vista aérea do vale, a partir da zona junto à quinta do Carvalhal. Autor Desconhecido (FMMA)	141
60 – Os Barraís do Boedo. Foto J. R. Santos Júnior (CM-TM, FSJ, pt. 595, n.º 19)	141
61 – A Ilha, outrora denominada de Foz do ribeiro de Santiago. Na imagem pode-se ver um areal, resultado das cheias do rio. Foto de Luís Lopes (Arquivo JFTM)	141
62 – Quinhões do Prado. Década de 1940. Fotografia de publicada no livro de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Enes Pereira, <i>Construções Primitivas de Portugal</i> , Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988, fig. 52	142
63 – Quinhões do Prado, em primeiro plano, o Roncal. Foto do autor, Abril de 2012.	142
64 – Quinta de Villa Maior e terrenos adjacentes. Foto do Autor, 2010 (Arquivo do PARM)	142
65 – Quinta de Villa Maior e barraís adajacentes. Anos 80 do séc. XX (Arquivo do PARM)	143
66 – Vista aérea da zona da quinta do Carvalhal, Quinhões do Prado e Ponte da Vilariça. Autor Desconhecido (APMMA)	143
67 – Quinta do Carvalhal. Foto do Autor, Abril de 2012	143
68 – Pastagens da quinta do Carvalhal e a possível casa original da quinta. Foto de Marlie	

Matos Andrês (APMMA)	144
69 – Quinta da Granja. Foto do Autor, Abril de 2012.	144
70 – Quinta de Alfarela (em primeiro plano) e courelas da margem direita do Sabor. Foto do autor, 2010 (Arquivo do PARM)	144
71 – Eira da Quinta da Alfarela, com as courelas das Galhadas e o Espinheiro, ao fundo. Foto Miguel Sá, Julho de 2013	145
72 – Quinta da Portela. Edifício principal. Autor desconhecido, início do séc. XX. Reprodução de negativo sobre vidro (APSA)	145
73 – Quinta da Silveira. Em primeiro plano, as estruturas habitacionais mais antigas. Foto do autor, Abril de 2012.	145
74 – Marco divisório, numa courela da Ponte da Vilariça, com inscrição atribuível ao séc. XVI. Julho de 2011. Arquivo do PARM	146
75 – Marco divisório com a inscrição C. H. pertencente ao Conde de Pinhel (1860-1929). Julho de 2011. Arquivo do PARM	146
76 e 77 – Marcos divisórios anepígrafos na zona da ribeira da Vilariça, entre a Ponte e as Pocilgas. Fotos do Autor, 2012	146
78 – Conjunto de marcos delimitadores, na estrada entre a Foz do Sabor e a Horta da Vilariça que aparentam ser posteriores ou da fase final do período em estudo. Foto do autor, Abril de 2012	147
79 – Lavra com animal nas courelas do Cabeço de Alfarela. Foto de Luís Lopes.	147
80 – Cabana idêntica às que seriam usadas pelos guardas dos meloais, na Vilariça. Reprodução de Gravura de Emílio Pimentel, <i>Quinta do Silho</i> (disponível em http://purl.pt/5538)	147
81 e 82 – Oliveiras e laranjeiras na Foz do Sabor. Ao fundo vêem-se as courelas da Casa do Gago e a quinta do Rego da Lousa. Foto do Autor, Abril de 2012.	148
83 e 84 – As courelas das Frieiras (esquerda) e do Espinheiro (direita) em pousio. Foto do Autor, Abril de 2012.	148
85 - Courelas da Casa do Gago já cultivadas com horticultura. Foto do autor, Abril de 2012.	148
86 – Caminho entre a quinta do Carvalhal e a quinta da Portela, a Oeste da Ponte da Vilariça. Foto Marlie Matos Andrês (APMMA)	149
87 – Bateiras do rio Sabor. Fotograma do filme <i>Gente do Norte</i> , 1978, de Leonel Brito (CM-TM, Fundo Leonel Brito)	149
88 – Barco da Foz do Sabor. Foto Peixe (NMFDS)	149
89 – Vestígios das sapatas da primitiva ponte da Vilariça, junto aos Quinhões do Prado.	

Foto de Nelson Rebanda, 2005 (Arquivo do PARM)	150
90 – Ponte Nova da Vilariça, com o tabuleiro em madeira. In: <i>O Primeiro de Janeiro</i> , n.º 57, de 8 de Março de 1903.	150
91 – Ponte nova da Vilariça, nos Quinhões do Prado, e estrada entre a quinta do Carvalhal e quinta da Portela (primeiro plano), vendo-se ao fundo a Quinta da Silveira. Década de 1960. Foto de Gabriel Monteiro de Barros (Arquivo MF&RM, Fundo GMB)	150
92 – Ponte nova da Vilariça. Vista geral, com o pilar central e talhamar. Julho de 2011. Arquivo do PARM	151
93 – Ponte da Vilariça. O Pilar central com vestígios do local onde se colocava as traves para sustentação do tabuleiro, quando era de madeira. Foto de Nelson Campos, Julho de 2011 (Arquivo do PARM).	151
94 e 95 – Ponte da Junqueira após a trovodada de 16 de Junho de 1955. Fotos de Mário Lopes (APFLL)	151

Agradecimentos

Este trabalho, como tudo o que experienciamos até à data, resulta de boas e más vontades. A ambos temos de agradecer porque é com todos que crescemos e evoluímos como verdadeiros seres humanos. Permitam-nos realçar os bons adjuvantes para o que agora se apresenta.

Em primeiro lugar os meus pais, por me terem permitido desenvolver livremente os meus estudos, pela sua companhia, presença, conselho. Agradeço também aos meus irmãos, cunhadas, tios e primos, pela sua disposição em ajudarem no que fosse necessário.

Dispus dos sábios conselhos da Prof.^a Doutora Teresa Soeiro, orientadora da tese, sempre atenciosa para com as minhas dúvidas e hesitações, verdadeiramente notável nos esclarecimentos e no apontar de novos caminhos e de fontes e bibliografia relevante. Agradeço também de forma muito especial à Dra. Maria João Moita, do Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo, por toda a simpatia amizade e colaboração prestada. Sem estas duas senhoras este trabalho decerto não teria sido concluído.

Tenho ainda que expressar a minha gratidão ao Dr. Nelson Rebanda, Eng.^o Afonso Menezes, Dr. António Botelho, Fátima Dias e Dr. Eduardo Carvalho, do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo; à Dra. Helena Pontes, Maria João Martins, Sandra Meireles, Sílvio Carvalho, Dra. Paula Salema e outros colaboradores da Biblioteca Municipal e Centro de Memória de Torre de Moncorvo; aos funcionários da biblioteca da FLUP; à Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo; ao Arquivo Distrital de Bragança; à Dra. Marta Rua, da Biblioteca Pública Municipal do Porto; à D. Dolores Costa, funcionária do Ministério da Agricultura e Pescas; aos funcionários do cadastro da Casa do Douro; ao Sr. Arnaldo Silva; ao Dr. Luís Lopes e a Miguel Sá.

Devo um agradecimento sincero e especial à Dra. Casimira Machado Leonardo, ao Sr. António Alberto Carvalho e Castro, à D. Maria da Graça O. M. Almeida Pinto Félix, à Dra. Marlie Matos Andrês e à Dra. Isabel Lopes Cardoso, por me terem facilitado a consulta de diversa documentação particular.

Por fim, agradeço à Dra. Liliana Delindro, Dr. Rui Sousa e Rodrigues, Sr. Emílio Cardanha e a todos os bons amigos com quem tenho podido contar ao longo destes anos de trabalho.

Introdução

O presente trabalho constitui a dissertação, de forma a dar-se por concluído o segundo ciclo de estudos em Arqueologia. Desde o primeiro momento se definiu o tema-base – o estudo do Vale da Vilariça entre o antigo regime e o estabelecimento do liberalismo. Com este tema pretendia-se analisar o regime da propriedade e a sua evolução, as culturas e as políticas agrárias e de obras públicas utilizadas nesse vasto espaço de tempo.

A escolha deste tema não é inocente. Por um lado, os estudos sobre arqueologia rural, e particularmente sobre a arqueologia do espaço rural na época moderna, são diminutos, surgindo mais conhecidos os contributos da história rural, com várias teses de mestrado e doutoramento sobre espaços definidos, que têm dado contributos interessantes.

Por outro lado, o vale da Vilariça, um dos territórios mais férteis do país, tem sido pouco abordado. Ressalve-se aqui, além dos trabalhos antigos de José António de Sá, Columbano Pinto Ribeiro de Castro, do Visconde de Vila Maior, Afonso Pereira Cabral, entre outros menores, o excelente estudo de Nelson Campos Rebanda, sobre a evolução da paisagem agrária no Douro Superior, onde deu grande ênfase ao vale da Vilariça¹. E esta situação é tanto mais incompreensível, mesmo relativamente a estudos estritamente históricos, dada a imensidão de informação em recursos manuscritos e impressos que existem sobre o local. Para nós isto constituiu um dos maiores problemas, a seleção da informação que seria passível de estar aqui presente e a que teria de ser eliminada nesta fase, devendo ser equacionados trabalhos futuros mais pormenorizados.

Além das razões apontadas, temos de afirmar que escolhemos este espaço devido à nossa relação pessoal com o mesmo, desde quase que nascemos, dada a existência de raízes familiares profundas com as terras deste vale, que ainda hoje se mantêm.

Depois de explicado o tema, convém esclarecer a delimitação espacial e cronológica. O espaço estudado, como dissemos, é o vale da Vilariça, mas somente o

¹ REBANDA, Nelson Campos, “A evolução da paisagem agrária no Douro Superior”, in: *Viver e Saber Fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos Preliminares*, Museu do Douro, Peso da Régua, 2003, pp. 240-315

seu “*espaço inferior*” como tão bem designou o visconde de Vila Maior². Quer isto dizer que começa a norte no limite sul da Quinta da Terrincha e foz do ribeiro Grande da Horta da Vilariça e termina a sul na foz do rio Sabor. A nascente e poente são os limites naturais do fundo do vale. Relativamente à cronologia, apesar de as balizas temporais não serem totalmente estanques, já que referimos informações anteriores e posteriores que se consideram relevantes, consideramos como ponto inicial o dealbar do séc. XVII, período em que os linhos alcançaram tamanha importância que, no reinado de Filipe II de Portugal, se determina o estabelecimento da feitoria. O ponto final é a década de 50 do séc. XIX, fase em que o cultivo da vinha já parece deter uma relevância económica importante, o liberalismo e a monarquia constitucional triunfam, entrando-se num período de serenidade.

Em termos metodológicos, consideramos que um trabalho de investigação deste tipo, que conjuga a análise histórica com as evidências em campo, obedece a um rigoroso plano. Como acima referimos, o espaço é globalmente do nosso conhecimento, porém não temos a presunção de afirmar que conhecemos cada metro e cada propriedade do vale. Assim, ao longo de todo o período prévio de investigação, efetuamos deslocações periódicas, sistemáticas e pontuais, de forma a termos um registo e conhecimento da evolução da composição e da evolução das culturas ao longo do ano. Paralelamente fomos efetuando trabalhos pontuais de prospeção e de registo, como foram o caso das pontes e de alguns marcos delimitadores de propriedade.

Ao mesmo tempo dos trabalhos acima invocados, foi evidentemente necessário trabalho de pesquisa, recorrendo a diversas fontes de informação. Em primeiro lugar a cartografia. Recorremos assim a cartografia atualizada como foi a Carta Militar de Portugal (CMP) na escala 1: 25.000 (versão atual e versão dos anos 40 do séc. XX), bem como a Carta Geológica de Portugal nas escalas 1:50.000 e 1:250.000, a Carta de Solos de Portugal na escala 1:50.000, o programa informático Google Earth, o registo do parcelário do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o registo do cadastro das vinhas, depositado na Casa do Douro. Consultamos ainda cartografia mais antiga, como levantamentos efetuados no vale durante o séc. XX, para o estabelecimento do projeto de rega do vale da Vilariça; as cópias dos croquis dos terrenos pertencentes à Câmara de Moncorvo, no mesmo vale; e ainda diversos mapas,

² VILA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia e Oenologia do Paiz Vinhateiro do Douro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865, p. 107

esboços e plantas atualmente disponíveis por meio eletrónico nos sites das seguintes instituições: Cartoteca do Instituto Geográfico Português, Biblioteca Nacional, Real Academia de Historia de Espanha, e Institut Cartografic de Catalunya.

Relativamente a documentos manuscritos, fundos documentais e bibliografia histórica e atual, não foi uma tarefa fácil a sua leitura, dada a diversidade de informação sobre este tema, dispersa por diversas instituições. Temos de salientar, em primeiro lugar, o Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo, local onde centramos grande parte da investigação. Aqui, no fundo da Câmara Municipal, foram consultados os livros de atas, alguns livros de receita e despesa, os tombos concelhios e os tombos das propriedades da ribeira da Vilariça, livros e pastas de correspondência recebida e expedida, arrendamentos e arrematações de bens do concelho e da igreja matriz, livros de registo de prazos, registos e mapas estatísticos relativos à agricultura e pastorícia, bem como alguns processos de obras públicas e municipais. No fundo da Provedoria da Comarca, que condensa informação também pertencente à Correição de Moncorvo, foram consultados os livros de tombo e abolições de capelas insignificantes, os livros de registo de provisões, portarias, ordens e ofícios da Provedoria, a série completa dos Provimentos e Autos de Correição e o subsídio militar da décima. Foram ainda consultados alguns dos exemplares da coleção de pergaminhos e o tombo da Casa de António Caetano de Oliveira, que constitui um fundo próprio.

No Centro de Memória de Torre de Moncorvo, foram consultados os Fundos do Prof. Santos Júnior, e de Leonel Brito. Foram aqui recolhidos alguns elementos bibliográficos e registos fotográficos, entre outra documentação diversa, particularmente no primeiro caso.

No Arquivo da Associação PARM, foram feitas algumas consultas, nomeadamente sobre os registos efetuados sobre a antiga ponte da Vilariça, bem como diversos registos fotográficos do vale. O mesmo sucedeu no Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, onde se deve realçar as coleções fotográficas de Gabriel Monteiro de Barros e Wolfgang Jacobs, e no Núcleo Museológico de Fotografia do Douro Superior.

Ainda sem sair do concelho de Moncorvo, tivemos a sorte de ter a oportunidade de consultar o arquivo e a biblioteca do Solar de Santo António, na posse do Sr. António Alberto Carvalho e Castro; o arquivo e biblioteca da Quinta das Aveliras/Oficina Vinária, de D. Maria da Graça Morais de Almeida P. Félix; o arquivo

da família Lopes Leonardo; o da família Lopes Cardoso; e alguns elementos fotográficos da Dra. Marlie Matos Andrês, do Dr. Luís Lopes, de Miguel Sá e do arquivo da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo.

Efetuaram-se consultas produtivas na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Central da FLUP, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional, Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Militar, dos quais nem sempre se pode potenciar o manancial de informação disponível. As cinco instituições referidos em último lugar foram consultados somente por meio digital, sendo certo que não foi estudada informação relevante particularmente na Torre do Tombo – os fundos da Provedoria e do Corregedor da Comarca de Moncorvo.

Inquiriram-se também algumas pessoas relativamente ao estudo em causa, as quais também tiveram grande importância para o sucesso do trabalho, pois conhecem profundamente o território. Destacam-se os elementos do PARM, bem como habitantes das várias freguesias abrangidas pelo presente trabalho.

A última fase de elaboração consistiu na análise de todas as informações recolhidas e obtidas, procedendo ao seu tratamento, elaboração de anexos e a consequente redação do texto final.

O texto encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro trata da caracterização genérica do vale da Vilarça. Apresenta um enquadramento geral, seguido da caracterização geomorfológica, litológica, hidrológica, aptidão de solos e climatologia.

Segue-se um segundo capítulo que aborda o território e a propriedade. Aqui é estudada a propriedade, desde a sua forma de organização e delimitação, tendo como marcos fundamentais os cursos de água, os instrumentos legais públicos e particulares, assim como os instrumentos físicos, como são os marcos e os sulcos, entre outros. Num outro sub-capítulo analisamos a estruturação e as tipologias da propriedade no vale. Dado o carácter autónomo das quintas, optámos por isolar essa informação.

O terceiro capítulo é relativo às culturas e ao gado no vale. Aqui são sumariadas as principais culturas na ótica da sua evolução no contexto do vale e da sua relevância ao longo do período estudado. Deu-se particular atenção à grande cultura do cânhamo, que vai neste período atingir o cume de produção e entrar em declínio acelerado, sem nunca se extinguir por completo. Relativamente ao gado, são tecidas algumas

considerações preliminares, sendo este tema, tal como o das culturas merecedores de um estudo individual.

O capítulo seguinte, o quarto, trata dos projetos de encanamento do rio e da ribeira existentes ao longo de mais de dois séculos, tendo por objetivo a estabilização funcional do vale, ou seja, controlar os cursos de água e estabilizar a organização e demarcação da propriedade. Relaciona-se assim com o capítulo antecedente.

Por fim, o último capítulo trata dos meios de acesso ao vale, terrestres e fluviais, bem como da circulação dentro do mesmo. É dada ênfase às formas de travessia dos cursos de água, sendo também evidenciada a importância dos caminhos como instrumentos de delimitação.

Em anexo é apresentada vária informação complementar e de suporte ao texto principal, que se nos afigurou relevante.

1 – Caracterização Genérica do Vale da Vilariça

*“A veiga da Villariça celebre já desde tempos remotos pela extrema fertilidade de uma parte das suas terras, é constituída por uma longa depressão que do sul ao norte vae subindo, entre montes elevados desde as margens do Douro na sua confluência com o Sabor, até á base da serra de Bornes. [...] A extensão do valle, de N. a S. é proximamente de 22 kilometros em linha recta. A sua largura na parte mais ampla e aberta, que é junto da confluência da ribeira Villariça, com o rio Sabor, é apenas de 2 kilometros.”*³

O vale da Vilariça constitui um extenso território na zona sul do distrito de Bragança – abrange os concelhos de Alfândega da Fé, Vila Flor e Torre de Moncorvo, e tocando a norte o concelho de Macedo de Cavaleiros, e a sul, o de Vila Nova de Foz Côa – sumamente conhecido quer pelas suas condições tanto naturais como históricas. São inúmeras as referências à sua fertilidade e terras ótimas para a prática agrícola, constituindo-se quase como um oásis no meio de uma região em que os solos são pobres e preenchidos de inúmeros acidentes.

A zona estudada centra-se no troço inferior do vale (fig. 2), já integralmente no atual concelho de Torre de Moncorvo, seguindo a lúcida divisão do Visconde de Villa Maior⁴, que a considera *“a mais bella e rica de toda a Villariça”*⁵, já que é a zona de maior aluvião e onde se concentram as cheias do rio Sabor e da ribeira da Vilariça, como já apontava José António de Sá⁶. É delimitada a norte pela quinta da Terrincha e pela foz do ribeiro Grande, junto à quinta do Carrascal; no Sul termina na confluência do rio Sabor com o rio Douro (fig. 40). Pode-se ainda subdividir em dois troços, seguindo a rede hidrográfica principal: o primeiro é o troço da ribeira da Vilariça desde o Boedo até ao *bico da ribeira*, na foz, junto a Santa Cruz da Vilariça; o segundo é o troço do rio Sabor, desde a foz da Vilariça até à entrada no rio Douro.

Relativamente à hidrografia, além dos citados cursos de água – rio Sabor e ribeira da Vilariça, existem alguns seus tributários. No rio Sabor, na margem esquerda, temos a considerar o ribeiro de Santiago, com origem na vila de Torre de Moncorvo, o ribeiro de Pai Casado e o ribeiro de Pero Castelões, sendo estes últimos pequenos cursos

³ VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia*, op. cit., p. 105

⁴ Idem, p. 105-107.

⁵ Idem, p. 107.

⁶ SÁ, José António de, “Descrição Económica da Torre de Moncorvo”, in: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Ed. Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 178

de água vindos das elevações que limitam o vale. Já na margem direita apontam-se o ribeiro do Prado dos Cavalos, ou simplesmente ribeiro dos Cavalos, e o ribeiro das Frieiras, com origem nas montanhas que limitam o vale a poente.

Na ribeira da Vilariça, margem esquerda, é de destacar o ribeiro de São Martinho, já acima da Junqueira, e pequenos cursos de água torrenciais que se formam a partir da *fragada* dos Estevais, desaguardo ainda nos terrenos da quinta da Terrincha. Na margem direita destaca-se o ribeiro Grande, junto à Horta da Vilariça, sendo ainda digno de nota o ribeiro da Granja e um curso menor – o ribeiro das Pocilgas.

Os ribeiros acima referidos, assim como a ribeira da Vilariça são cursos de água torrenciais e que costumam ficar secos no período de Verão. Nenhum deles é ou foi navegável. Já o Sabor, em períodos de estio mais prolongado acabava por secar na sua maioria, mantendo-se somente alguns pontos com água, denominados localmente por *poços*⁷. Não é igualmente um curso de água navegável em longo curso; eram sim utilizados barcos de pesca, barcas de passagem e bateiras, mas sempre em troços curtos e em determinados períodos do ano.

Em termos geomorfológicos, a Vilariça pode-se considerar como uma depressão, definida como “*um bloco abatido limitado por falhas de orientação submeridional*” associando-se a estas um importante movimento de componente horizontal, com deslocamento esquerdo, relacionadas com o acidente tectónico de Bragança-Vilariça-Manteigas⁸.

Vários autores têm estudado a falha da Vilariça⁹, que concluíram que uma longa atividade desta falha levou a que a morfologia da envolvência do vale se tornasse assimétrica¹⁰. Ainda com base em trabalhos anteriores, Proença da Cunha e Diamantino Pereira expõem singularmente a depressão da Vilariça e a sua envolvente, quer a nível

⁷ ALMEIDA, Ricardo Raphael de – *Ligeira contribuição para o estudo das febres palustres na Vilariça*, Typ. A vapor da Real Officina de S. José, Porto, 1900, p. 27 e 33-34

⁸ PEREIRA, Diamantino, e AZEVEDO, Teresa Mira, “Evolução Quaternária do Graben da Vilariça (Trás-os-Montes, NE Portugal)”, *Caderno Lab. Xeológico de Laxe*, vol. 20, Coruña, 1995, pp. 124-125.

⁹ P. Proença da CUNHA e Diamantino Insua PEREIRA (“Evolução cenozóica da área de Longroiva-Vilariça (NE Portugal)”, *Ciências da Terra* (UNL) Lisboa, n.º 14, 2000, p. 90), fazem um resumo dos trabalhos sobre o assunto, citando vários autores, nomeadamente os trabalhos de J. Cabral, D. Pereira e T. M. Azevedo. Mais recentemente conheceram-se novos trabalhos de equipas alargadas das Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Minho e Instituto Superior Técnico, com alguns resultados já publicados, como PEREA, H. et alii, “Actividade sísmica quaternária da falha da Vilariça (NE Portugal): Resultados preliminares de um estudo paleossismológico”, *Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol. 111, n.º 6, 2010 (disponível em <http://e-terra.geopor.pt>).

¹⁰ PEREIRA, Diamantino, e AZEVEDO, Teresa Mira, “Evolução Quaternária...”, op. cit., p. 126; CUNHA, P. Proença, e PEREIRA, D. Insua, “Evolução cenozoica”, op. cit., p. 90.

geomorfológico quer geológico, abordando o vale, partindo dos maciços oriental e ocidental: “O aplanamento no bloco oriental da Vilariça posiciona-se pelos 540 m de altitude, como se exemplifica no maciço de Junqueira, a norte de Torre de Moncorvo. A escarpa oriental impõe um desnível de 300 a 400 m entre o vale e a superfície aplanada do maciço granítico situado a leste do acidente. A sul o desnível ultrapassa 600 m, se confrontada a superfície do vale com a superfície definida no maciço granítico de Lousa (acerca dos 800 m de cota), embora, nesse caso, o declive seja mais suave.”¹¹

A situação assimétrica do vale é explicada quer pela “diferente amplitude de movimento das diversas falhas, quer à natureza litológica do substrato; as fácies de fílitos e metagrauvaques do Câmbrio (Grupo do Douro ou CXG), menos resistentes à erosão, encontram-se profundamente dissecadas, proporcionando vertentes mais suaves e o alargamento do vale nestes sectores, em comparação com os afloramentos quartzíticos do Ordovícico e Silúrico. Sobressaem igualmente os maciços graníticos, com modelado arrasado, demonstrando nos dois flancos do vale o rejeito de componentes verticais e horizontais.”¹²

Depois de termos abordado as condições que terão levado à formação do vale e do espaço circundante, centremo-nos agora no que constitui o espaço agricultável e objeto principal de análise do presente trabalho. Aqui, a geomorfologia enquadra-se no Cenozóico estando presentes, além dos metassedimentos resultantes da falha (CXG), vários depósitos, tendo sido registadas o das arcoses da Vilariça, o da formação de Quintãs/formação de Sampaio, os depósitos de baixo terraço das ribeiras e os depósitos de vertente e aluviões do Holocénico¹³.

Os dois primeiros depósitos concentram-se ainda no troço da ribeira da Vilariça até à Horta da Vilariça, particularmente nas zonas mais afastadas do troço da ribeira, ou seja, nas zonas marginais do talvegue. As arcoses são muito grosseiras, com granulometria elevada, grande uniformidade vertical e algumas estruturas sedimentares fluviais. Já a formação de Quintãs, assim como a de Sampaio, aflora com pequena espessura, apresenta “apreciável basculamento tectónico”, muito mal calibrados com clastos de diversa dimensão e alterações frequentes de cor, predominando o avermelhado. Consideram-se como deposições de leques aluviais¹⁴.

¹¹ CUNHA, P. Proença, e PEREIRA, D. Insua, “Evolução cenozóica, op. cit., p. 90

¹² Idem, Ibidem

¹³ Idem, pp. 92-94

¹⁴ Idem, Ibidem.

Os depósitos de baixo terraço das ribeiras da Vilariça e Ribeiro Grande apresentam uma composição com clastos de litologias diversas com estratificação entrecruzada nos conglomerados, definindo paleocorrentes para sul da Horta da Vilariça, até à zona da Quinta de Villa Maior¹⁵. É nestes depósitos, tal como nos depósitos da formação de Sampaio, que terão sido organizadas as propriedades designadas por barraís.

Por fim, e principalmente, já que constitui o interesse excecional deste vale em termos económicos, os depósitos de vertente e aluviões do Holocénico, ou seja, das inundações periódicas do vale, que se manifestam até hoje, regularmente definidas por *rebofa*¹⁶. As variações da composição dos seus sedimentos surgem da diversidade da sua proveniência original. Geralmente estão ainda pouco alterados. E “*os coluviões muito soltos, de cor castanha e formados a expensas de vertentes metassedimentares são, geralmente, constituídos por calhaus de filito e quartzo filoniano angulosos, envolvidos numa matriz argilo-siltosa*”¹⁷. Nestes terrenos encontram-se as propriedades designadas por *courelas*.

É interessante verificar que já em 1865, o Visconde de Villa Maior divide o território e caracteriza-o com alguma cientificidade, mas acima de tudo com notável perspicácia. Salvo as diferenças terminológicas que atualmente se aplicam nesta complexa disciplina, o referido autor soube concluir que “*a constituição do solo apresenta variações notáveis dependentes da disposição das suas partes em relação com o régimen das águas da sua ribeira [da Vilariça] e do Sabor*”¹⁸. Enumera assim três: 1 – “*aluviões recentes e [...] depósitos do nateiro*”¹⁹, resultantes das cheias; 2 – “*depósitos mais antigos e formados debaixo do mesmo princípio*”, ou seja, das cheias do rio e ribeira, sendo o solo aqui “*mais argiloso e apertado*”²⁰; 3 – “*aluviões relativamente antigos, com pedras rodadas e cascalhos, com depósitos de argila ou de barro encarnado e compacto, ou misturado com areias*”²¹. Aponta ainda as culturas existentes e as que na sua opinião seriam as mais propícias.

¹⁵ Idem, pp. 93-94, e particularmente figs. 1 e 2.

¹⁶ Para descrições mais pormenorizadas do processo, vejam-se por exemplo SÁ, José António, “Descrição Económica ...”, op. cit., p. 178; VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit, pp. 107-108; ALMEIDA, Ricardo Raphael de – *Ligeira contribuição...*, op. cit., p. 22-23

¹⁷ CUNHA, P. Proença, e PEREIRA, D. Insua, “Evolução cenozoica...”, op. cit., pp. 94.

¹⁸ VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit, pp. 107-108

¹⁹ Idem, p. 107.

²⁰ Idem, p. 108.

²¹ Idem, Ibidem.

No que concerne à aptidão dos solos, estes são maioritariamente de elevada aptidão agrícola, havendo casos em que tal não se verifica devido à sua origem arenosa ou de cascalheira, resultante quer dos depósitos de baixo terraço, assim como de alguns depósitos de vertente.

O estudo que levou ao projeto do plano de rega do vale da Vilarça aponta 8 tipos de solos²², podendo-se sumariar em 7 tipos:

1 – Aluviões formados por nateiros resultantes das cheias anuais do rio Sabor e ribeira da Vilarça, de grande profundidade e elevada fertilidade. Centram-se no território entre a foz da ribeira da Vilarça e a foz do Sabor, correspondendo, grosso modo, ao espaço onde se encontram as propriedades designadas de *courelas*.

2 – Aluviões formados por nateiros resultantes das cheias extraordinárias dos referidos cursos, em conjugação com os depósitos de vertente, compostas de alguns clastos, que são solos bastante equilibrados e notavelmente produtivos. São os denominados *barrais* que se encontram no troço final da margem direita da ribeira da Vilarça e rio Sabor, desde aproximadamente a Quinta do Carvalhal até um pouco a jusante da Quinta de Villa Maior.

3 – Solos aluvionares argilo-arenoso, com origem idêntica ao tipo anterior, com maior predominância de areia e calhaus, assentando em terras de areia e cascalho, resultantes da mudança de curso da ribeira e do rio, em épocas anteriores à sua deposição. Apresentam mediana fertilidade e encontram-se particularmente na zona da ponte da Vilarça – foz da Vilarça;

4 – Depósitos de materiais grosseiros, provenientes dos cursos de água adstritos à ribeira, aquando de grandes trovoadas ou cheias torrenciais, apresentando por vezes texturas algo arenosas. São os designados *areeiros*, ainda verificáveis na margem da ribeira da Vilarça, mas totalmente submersos com a subida do nível de cota do rio Sabor, devida aos empreendimentos hidroeléctricos do rio Douro. A sua fertilidade é consideravelmente menor.

5 – Terrenos areno argilosos, resultantes da decomposição do granito, designadas por *sairinhos*, com média a fraca permeabilidade (dependendo do menor ou maior teor de argila, respetivamente), sendo as terras bastante delgadas e com produtividade tendencialmente menor, excetuando a sua utilização atual – o cultivo da vinha.

²² “Síntese do Projecto da rega da Vilarça e aproveitamento hidroeléctrico do Sabor”, Boletim da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola – Relatório de 1941/44, Lisboa, 1945, p. 104

6 – Terras muito argilosas, com areias e clastos, de cor avermelhada, correspondendo à formação de Sampaio, com fraca permeabilidade e aptidão agrícola. Corresponde aos denominados *barreiros* na Horta da Vilariça

7 – Terrenos resultantes da decomposição do xisto (CXG), patentes nas zonas mais elevadas da margem esquerda do rio Sabor e da ribeira da Vilariça – até à Portela. Apresentam bastante cascalho, de pouca potência, com aptidão variável, mas notoriamente superior aos casos 5 e 6. São utilizadas atualmente para o cultivo da vinha e da oliveira.

O clima da região é caracterizado genericamente por grandes amplitudes térmicas e pela escassez de chuvas. Considera-se enquadrável nos climas mediterrânicos, apresentando Invernos frios/moderados e não muito húmidos e Verões quentes e secos²³.

Relativamente á precipitação, os valores anuais variam entre os 400-800 mm; com oscilações mensais entre os 10 mm ou menos, nos meses de julho-agosto, e os valores máximos 50 mm em dezembro-janeiro, (dados do posto de Moncorvo). É interessante verificar que em Santa Comba o mês com maior precipitação é março²⁴.

A humidade relativa média anual, para Moncorvo, encontra-se entre os 63% e os 66%, variando entre os 46%, em Agosto e os 84% em janeiro.

As temperaturas médias anuais centram-se nos 15,2 °C. Os Verões são quentes, com temperaturas médias de 24 °C, c atingindo máximos diários entre os 35°C-40° C. No Inverno as temperaturas médias centram-se nos 6 °C, podendo atingir temperaturas negativas.

Ainda dentro deste capítulo há a registar outros fenómenos meteorológicos como as trovoadas, muito frequentes a partir de Maio e até Agosto, algumas de extrema violência; os longos períodos de nevoeiro nos primeiros meses do ano, bem como as rigorosas geadas entre Dezembro e Fevereiro; e os períodos de seca por vezes prolongada. Estes fenómenos interferem diretamente na agricultura e na vida económica

²³ Salvo indicação em contrário, os dados aqui apresentados encontram-se em *Documentação Geográfica Militar – Carta Militar de Portugal Esc. 1/250.000 Série M586 Folha nº 2 Dados Complementares*, Serviço Cartográfico do Exército, Lisboa, 1975, com valores retirados nos valores disponíveis entre 1931 e 1960, e referem-se genericamente à estação de Moncorvo, pelo que poderão haver pequenas divergências relativamente aos valores verificáveis no vale.

²⁴ BÚRCIO, Agnelo Luís Marques, *Necessidades de água de rega para o perímetro norte do aproveitamento hidroagrícola do Vale da Vilariça. Estudo de base para a sua estimativa e gestão da rega*, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2009, pp. 22-23.

e inclusive na saúde das populações.²⁵ No período estudado são referidos vários acontecimentos, nomeadamente por José António de Sá, referindo-se às trovoadas²⁶, mas também por Afonso Pereira Cabral²⁷ José Martins Pereira²⁸, Pinho Leal²⁹ e Francisco António Carneiro de Magalhães³⁰, os dois últimos sobre o nevoeiro e o gelo.

²⁵ SÁ, José António, “Descrição Económica ...”, op. cit., p. 175-176; ALMEIDA, Ricardo Raphael de – *Ligeira contribuição...*, op. cit., pp. 33 e ss.

²⁶ “A 29 de Maio de 1780 houve uma [trovoada] tão grande, que arrancou árvores, destruiu searas, e causou outras bastantes perdas. A 24 de Julho de 1782 caiu outra no campo da Vilarica, que derrotou inteiramente todos os cânhamos, meloais, e searas”. SÁ, José António, “Descrição Económica ...”, op. cit., p. 175

²⁷ CABRAL, Afonso do Valle Coelho Pereira – “A Região Vinhateira do Alto Douro desde a Barca d’Alva até ao Cachão da Valeira”, in: *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, Sexto Anno, n.º 3, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895, pp. 348-349 e 449

²⁸ PEREIRA, José Manuel Martins – *As Terras entre Sabor e Douro*, J. L. dos Santos & C.ª, Setúbal, 1908, pp. 17-18 e 79

²⁹ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – “Moncorvo ou Torre de Moncorvo”, *Portugal Antigo e Moderno ...*, vol. V, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1875, p. 387

³⁰ MAGALHÃES, Francisco António Carneiro de, “Terrível prestígio natural (carta.)” e “Terminação de uma praga egípcia (carta)”, *Revista Universal Lisbonense - Jornal dos Interesses Physicos, Moraes e Litterários collaborado por muitos sabios e litteratos e redigido por Antonio Feliciano de Castilho*, Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, Lisboa, 1844, pp. 258, 270 e 271

2 – O território e a propriedade.

2.1 - A Organização do Território. Formas de delimitação das Propriedades

A delimitação das propriedades no vale da Vilariça nunca foi uma tarefa fácil para os proprietários das parcelas, devido às condições naturais existentes – o curso incerto do rio Sabor e da ribeira da Vilariça, bem como dos seus tributários. No período estudado, verifica-se a tentativa de estabilizar a delimitação das propriedades através de dois processos: realização de um tombo onde constem todas as propriedades que estão sujeitas a este problema; realização e efetivação, ou não, de projetos para se encanar o rio e a ribeira³¹, de forma a regularizar o leito destes cursos de água. O resultado de ambos, como veremos, não será satisfatório, mas é com esta situação que se rege o vale quase até aos nossos dias.

Como complemento dos tombos da Ribeira da Vilariça (de 1629 e de 1777), desde cedo os donos dos terrenos e parcelas tiveram de recorrer a outros instrumentos de delimitação, quer através da lavra, quer de outras formas mais ou menos duradouras. Mas comecemos, em primeiro lugar por analisar a relevância dos cursos de água na organização do território.

2.1.1 – O rio Sabor e a ribeira da Vilariça como eixo estruturante e fonte de fertilidade

A ribeira da Vilariça e o rio Sabor, no seu troço final, são os dois eixos principais estruturantes da propriedade. A grande maioria das parcelas organiza-se na dependência direta destes cursos. Isso mesmo se pode verificar quer através da cartografia, como também pelos documentos escritos. Recorrendo aos tombos da Vilariça constata-se, no Tombo de 1629³² que de um total de 412 parcelas, 327 têm como um dos limites o rio/ribeira, correspondendo assim a 79,95%; no Tombo de 1777³³, a percentagem aumenta para 82,01%³⁴. Nos mesmos documentos verifica-se que a maior parte das parcelas de terreno (as *courelas*) apresentam uma configuração retangular em que a largura corresponde à orientação ou frente do curso do rio/ribeira. Comprova-se isso ainda nos nossos dias recorrendo à fotografia aérea.

³¹ Este aspeto será desenvolvido no capítulo 4.

³² AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 1

³³ AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 3

³⁴ São 196 courelas da margem direita do Sabor; 76 da margem esquerda do mesmo rio; e 38 na ribeira da Vilariça, perfazendo um total de 310 propriedades. O total de propriedades registadas é de 378.

Relativamente aos tombos como fonte, poder-se-ia argumentar que poderiam não ser documento credível, já que somente foram registadas as propriedades sujeitas às cheias do vale. Mas esse facto deveu-se a serem essas parcelas que apresentavam maior valor económico, isto é, maior produtividade e ao mesmo tempo as mais sujeitas à indefinição das confrontações. A situação prende-se diretamente com os referidos cursos de água, que são a sua verdadeira *fons vitae*, já que são os sedimentos trazidos com a cheia e depositados nesses campos que as fazem tornar tão produtivas. É essa a razão da grande maioria das propriedades apresentarem um comprimento excecionalmente desequilibrado relativamente à largura. Isto é comprovável no tombo, levando os medidores a darem relevância, nas propriedades ribeirinhas, à largura, não considerando, na maior parte das vezes, o comprimento. A este assunto já Afonso Pereira Cabral se refere, com base em informações do maior proprietário então existente na região – António Caetano de Oliveira. Diz ele que as propriedades são de tal maneira férteis que não é necessário adubo e se arrendam por preços elevadíssimos, tendo muitas vezes a largura de 10 varas, por 200 de comprimento³⁵.

Esta questão da fertilidade do vale, motivada pelas cheias periódicas e pelo fenómeno decorrente deste – designado localmente por *rebofa* – é a mais-valia abordada pelos diversos autores ao longo dos séculos. A *rebofa* ocorre quando o rio Douro transborda antes do rio Sabor, não permitindo a entrada das águas deste, levando a que o Sabor faça refluxo – a *rebofa* – correndo de jusante para montante, e acabe por transbordar também, inundando o vale numa longa extensão. Este acontecimento permite que as terras fiquem repletas de matéria orgânica, contribuindo de uma forma especial para o seu enriquecimento, no caso de a descida posterior ocorrer de forma lenta e gradual. Porém, se a descida das águas for muito abrupta, acontece o inverso, isto é, verifica-se o desaparecimento da matéria orgânica depositada com cheias anteriores, surgindo vastos areais. Assim, o rio é como um árbitro que tanto dá como tira.

A segunda questão que interessa aqui levantar é a do leito destes cursos de água. Conforme refere José António de Sá³⁶, entre outros autores, tanto o rio Sabor como a ribeira da Vilariça não mantinham sempre um curso definitivo, em resultado das

³⁵ CABRAL, Afonso do Valle Coelho Pereira – “A Região Vinhateira...”, op. cit., pp. 449.

³⁶ SÁ, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit., pp. 178

cheias³⁷. Isto tanto prejudicava os proprietários de uma margem que viam perder terreno, quando o rio/ribeira se direccionava para esse lado, como os da margem oposta, quando o rio/ribeira mudava novamente o curso. Chegava a existir casos em que a totalidade das courelas era *levada* pelo rio, desaparecendo nuns casos definitivamente, e noutros por largos períodos de tempo. No caso da ribeira da Vilarça, as courelas acabavam inclusive por transitar completamente de uma margem para a outra³⁸. Nos tombos surgem vários casos de courelas levadas parcialmente³⁹, e no Tombo de 1629 são apontadas mesmo 5 courelas que foram levadas na totalidade. Nestes casos, ou não foram sequer medidas, ou então eram-lhe atribuídas as medições conforme as informações de pessoas mais velhas, ou de instrumentos legais anteriores. Mas vejamos em pormenor, o que são e como funcionaram estes instrumentos legais.

2.1.2 – Os Tombos Gerais da ribeira da Vilarça de 1629 e 1777

No final da década de 1620, os moradores de Moncorvo solicitam a Filipe III de Portugal que se faça um Tombo das propriedades na Vilarça onde se semeava o linho cânhamo. Na falta do documento original⁴⁰, transcrevemos as razões invocadas com base em José António de Sá, que ainda deve ter tido acesso a ele: *“porquanto havia grande confusão naquelas propriedades, sem se conhecerem os limites, e domínios de cada um, por causa das contínuas inundações que alagavam os campos, e mudavam, para as partes onde estava a areia. Como também pediram, que se reformasse o tombo antigo, que havia de um prado do concelho, no qual faltavam todas as confrontações precisas. Havia neste tempo tantas dúvidas, e demandas, que alguns anos se não semearam as terras por essa causa, no que recebia grande prejuízo, não só cada um dos particulares, mas também a Real Feitoria dos linhos então existente nesta vila.”*⁴¹

³⁷ Este problema, particularmente na ribeira da Vilarça, manteve-se até à segunda metade do séc. XX, e pode-se considerar praticamente resolvido apenas com os empreendimentos hidroeléctricos do Douro, na década de 70.

³⁸ Estes acontecimentos ainda ocorreram abaixo da ponte da Vilarça, nos anos 60. O Sr. João Leonardo informou-nos que uma courela pertencente à sua família “andou desaparecida durante alguns anos, porque a ribeira a levou, vindo a aparecer alguns anos depois na outra margem”.

³⁹ No caso do Tombo de 1629, são 114 propriedades. Já no Tombo de 1777, o número reduz-se drasticamente, apontando-se somente 17 (AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lvs. 1 e 3).

⁴⁰ Não se conhece o documento original porque não foi preservado o livro de atas da Câmara de Moncorvo desse período. Por outro lado, como faltam as páginas iniciais do Tombo, também aí não podemos recorrer.

⁴¹ SÁ, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit, pp. 184-185

O tombo foi provido por autorização régia de 16 de Agosto de 1628 e terminado em 5 de Julho de 1629⁴². Foi seu juiz, o Juiz de Fora de Moncorvo, Manuel de Sousa Meneses. Como louvados e medidores foram escolhidos Domingos Carneiro e Simão Borges; e para escrivão o tabelião Sebastião Ribeiro. Na sentença são novamente invocados os motivos para a sua redacção: “*se medio demarquou e attombou o sittio em que se semeava o canamo q[ue] era atenção de Sua Magestade pellos inconvenientes que resultavam de não estar demarcado*”⁴³ Pelo aqui exposto, a redacção do Tombo só teve lugar devido aos prejuízos causados ao erário régio, particularmente pela diminuição da produção do linho cânhamo, que nesta data tinha grande valor. A confirmar esta questão, no decorrer do documento, refere-se que um barral não é medido porque “*não dá canemo*”⁴⁴

Antes de mais, convém esclarecer uma questão levantada por Águedo de Oliveira. Este autor menciona a existência de um tombo anterior ao de 1629, dizendo ser o “*tombo antigo, da época da Igreja, parece que manuelino*”⁴⁵. Esta informação poderia ser verosímil, tendo em conta que José António de Sá refere um “*tombo antigo, que havia de um prado do concelho*”⁴⁶. Porém, o que parece ser mais credível é que este tombo antigo fosse um primitivo tombo dos bens do concelho entretanto desaparecido, e por essa razão se referia somente ao Prado do concelho, cujos rendimentos tinham sido entregues à Igreja Matriz para a sua construção, por provisão régia⁴⁷. Esta hipótese é reforçada pelo próprio Tombo de 1629, aquando do dirimir de uma contenda relativa à posse de uma courela junto ao Prado do Concelho, vindo esta courela referida no “*tombo do concelho antigo que fez Manoel Nogueira por ordem de Sua Magestade*”⁴⁸.

Relativamente ao Tombo de 1629, são alvo de medição 412 propriedades. Infere-se pelo que acima se descreve que quase todas seriam cultivadas de cânhamo, apesar de o Tombo não esclarecer nada nesse sentido, já que nunca refere as culturas. Para cada propriedade são descritos os detentores e, no caso de instituições ou vínculos,

⁴² O Tombo, depositado no AHTM, consta de 283 fl., faltando os 11 fl. Iniciais e estando em muito mau estado de conservação até ao fl. 36, estando por vezes completamente ilegível por as folhas estarem danificadas pela humidade. Na globalidade, todo o Tombo se encontra em mau estado de conservação.

⁴³ AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 1, fl.271

⁴⁴ Idem, fl. 146

⁴⁵ OLIVEIRA, Águedo de – “Alguns quadros Histórico-Sociais de Moncorvo”, in: “Terras de Bragança. Moncorvo”, *Mensageiro de Bragança – Número especial*, Bragança, 22 de Agosto de 1964, pp. 10

⁴⁶ SÁ, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit, pp. 185.

⁴⁷ Referido, entre outros, no Tombo das Propriedades da igreja de Santa Maria da Torre de Moncorvo, de 1708, transcrito em ABREU, Carlos, “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII-XVIII)”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. IV (8), GEHVID, Porto, 1999, p. 114

⁴⁸ AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 1, fl. 272

os seus administradores, bem como o local onde se situa, o tipo de parcela – courela, barral, ... – as confrontações e as medidas. São, por vezes, dadas informações adicionais, quer relativas à demarcação – existência ou não de marcos ou de sinais particulares, como também a uniões de propriedades juntas, ou ainda à sua situação.

No que concerne a tipos de propriedades são identificadas as seguintes: uma olga; um tapado; o Prado e mais 3 chãos; 3 cabeceiros; 9 cabeceiros com courela e barral; 38 courelas com cabeceiro; e 357 courelas. Pelo exposto, assiste-se a um domínio avassalador de courelas medidas, por contraponto a outro tipo de propriedades.

Relativamente aos proprietários são identificados cento e quarenta e nove. Destes, 7 são instituições a saber: o concelho de Moncorvo, com 13 propriedades; o Hospital de Moncorvo, com 27; a Misericórdia de Moncorvo, com 2; o Hospital da Açoreira, com 1; o convento da Ribeira de Sernancelhe, com 3; a confraria do Santíssimo Sacramento da Horta, com 2; a Igreja Matriz de Moncorvo, através dos seus beneficiados, com 9. Relativamente a instituições vinculares temos o morgado de Diogo Borges de Castro, conhecido por morgado de Mendel, com 23 propriedades; o morgado de António Domingues de Madureira ou morgado de Santo António, com 3⁴⁹; a capela da Açoreira, com 1; a capela instituída por Francisco Fernandes, com 3; e o Prazo de Santa Maria, com 12. O resto das propriedades pertence tanto a pessoas da nobreza e alta burguesia administrativa, como também a cristãos-novos⁵⁰, a comerciantes ou a lavradores. Atente-se para o elevado número de proprietários – 48 no total – das freguesias limítrofes do vale: da Horta são 18; da Vide, 1; da Cabeça Boa, 10; da Cabeça de Mouro, 6; do Castedo, 6; da Lousa, 3; das Cabanas, 1; de Vilarinho da Castanheira, 2; de Valtorno, 1; e de Vila Flor, 2. São ainda apontados proprietários residentes em Bragança, Vimioso, S. João da Pesqueira, Trevões⁵¹, Lisboa, Vila Real, Trancoso, Ansiães, Murça e Sendim de Miranda.

No decorrer do texto geralmente não apontados sinais físicos de demarcação. Excetua-se os marcos no prado do Concelho e no Roncal do Concelho, os tapados de

⁴⁹ Na realidade são 8 propriedades. No momento da realização do Tombo, o morgado era administrado por pessoa estranha à casa, por ter morrido o administrador anterior. Algumas propriedades são anotadas como sendo posse da viúva do anterior administrador, ou dos seus herdeiros.

⁵⁰ É o caso de Gaspar de Mesquita, de S. João da Pesqueira; e Leonor Mendes, de Trevões. Foram ambos processados pelo Tribunal do Santo Ofício, em data anterior à redação do tombo, cf. consta dos seus processos depositados na Torre do Tombo. Para mais informações consultar:

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2310368> e <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2355280>

⁵¹ Então denominada de vila de Trovões, no Bispado de Lamego. Atualmente é a freguesia de Trevões, concelho de S. João da Pesqueira.

Belchior de Castro, na Fraga da Alfarela e de Gaspar Nunes Varejão, no Prado, as fragas na foz do rio Sabor e na foz da Vilarça.

É também importante registar os topónimos: Foz do Sabor daqué, A virada, Casa do Gago, foz do ribeiro de Santiago, cabeça de Alfarela, fraga de Alfarela, Poço do Torrão (e microtopónimo de vau de Alfarela), ribeiro de Pai Casado, Casas Queimadas, Foz do Sabor dalém, Coelha, Vau Ruvinhoso, foz do ribeiro do Prado dos Cavalos, Frieiras, Espinheiro, Pero Lavaças (courela da Ordem⁵²), as Galhadas, Freixo, Veiga Redonda, Veiga Folgosa, Lodoal, Pocilgas, Ponte da Vilarça, Prado (com o microtopónimo de Porqueira), Roncal, Boedo (com o microtopónimo de Lagoa e ribeira do Poio). São ainda apontados topónimos marginais à medição: Sairinhos (Foz do Sabor), casa do Carvalhal, Pedra Danta, ou os Barreiros da Horta⁵³.

Este Tombo serviu de referente de medição e demarcação das courelas desde a sua finalização até cerca de 1777. Dada a evolução natural das transformações ocorridas com as propriedades e com a sua posse, foram sendo anotados vários aditamentos nas margens, que acabaram por ser rasurados durante o mandato do juiz de fora José Pereira da Silva Manoel, por os considerar lesivos ao interesse público e de alguns proprietários⁵⁴.

A situação foi-se tornando insustentável, dada a confusão que já havia, pelo que em 28 de Outubro de 1775⁵⁵, a Câmara e os moradores de Moncorvo suplicam ao rei que passe provisão para se efetuar novo Tombo, porque *“se achão os lemites de cada huma das propriedades já confundidas, sem se saber a porção; que pertence aos suplicantes, sendo cauza destas confuzoens as continuas innundaçoens do Rio Sabor*

⁵² Trata-se de um prazo da comenda de Santa Maria de Castelo Branco, Mogadouro, pertencente à Ordem de Cristo. A sua administração pertencia à família Camelo, e foi incorporado no Morgado de Santo António, já no séc. XVIII. Para mais informações sobre este prazo consultar: APSA, Tombo do Morgado de Santo António, 1757, fls. 42-94; LEONARDO, Rui, “O Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo”, 2013 (no prelo); CONDE, Manuel, e VIEIRA, Marina, “A comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro nos alvares de quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do leste de Trás os Montes, entre a Idade Média e os Tempos Modernos”, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2005, pp. 555-588.

⁵³ Para a análise toponímica desenvolvida, veja-se o capítulo 2.1.3

⁵⁴ Foi em 1766. A informação é dada no próprio Tombo e é referida por José António de Sá (“Descrição Económica...”, op. cit., p. 185; e SOUSA, Fernando de, et alii – “A Agricultura da comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de setecentos”, In: *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, Edições Afrontamento / CEPESE, Porto, 2009, p. 313). Tanto as anotações como as rasuras são ainda visíveis no documento. Do que é perceptível, podemos afirmar que as anotações foram efetuadas por vários autores em momentos distintos.

⁵⁵ A data certa deve ser 1774, porém o escrivão escreveu no Tombo 1775.

*que tem mudado a sua corrente, e talves, e falta de Tombo, que há mais de cem annos se não fes, no que se exprimenta grande prejuízo, e continuas desordens”*⁵⁶

A provisão é passada a 15 de Maio de 1775 e registada a 1 de Junho, confirmando o solicitado pelos peticionários, sendo encarregue o juiz de fora para a sua concretização, na data o Dr. António Pinto da Mesquita Sarmiento. Para escrivão é nomeado Manuel Benigno da Cunha; para medidores, Henrique da Costa e José de Almeida; e para louvados, Francisco de Almeida e António José Gomes Guerra. O Tombo teve início a 10 de Novembro de 1775, terminando a medição e demarcação a 6 de Outubro de 1777. Consta de 239 folhas, onde se encontram registadas 384 propriedades. Este Tombo vai trazer diversas inovações relativamente ao anterior, na classificação das propriedades, na sua demarcação, nos proprietários e na toponímia. No que concerne à “ficha” descritiva das propriedades, ou seja, o tipo e ordem da informação dada de cada uma, a situação mantém-se.

Neste Tombo, são identificados os seguintes tipos de propriedades: 2 chãos; o Prado - propriedade dividida em 19 sortes ou quinhões; 2 areeiros; 9 barrais; 12 cabeceiros; 323 courelas; 25 cabeceiros com courela; 9 cabeceiros com courela e barral; e 1 cabeceiro com courela e olga. Comparativamente ao Tombo de 1629, continua-se a assistir a uma prevalência da medição de courelas, apesar de terem aumentado as outras propriedades.

Relativamente aos proprietários das parcelas, são identificados 100, o que revela uma razoável diminuição. Esta prende-se com uma aparente concentração territorial por parte da Nobreza. Além disso, altera-se a posse das propriedades por parte das instituições, surgindo apenas o Concelho, com 15; a Igreja Matriz de Moncorvo, através dos seus beneficiados, com as mesmas 9; o Hospital de Moncorvo, com 27; a Misericórdia de Moncorvo, com 8; a confraria do Santíssimo Sacramento da Horta, com 1; e surge o convento da Santíssima Trindade da Lousa⁵⁷, com 1. No cômputo global, as instituições vêm reforçado o número de propriedades, particularmente a Misericórdia de Moncorvo e o Hospital, mantendo-se este último como o possuidor do maior número.

É de realçar que a relação do número de propriedades com a área pode ser enganadora. Assim, os maiores proprietários podem não ser necessariamente aqueles

⁵⁶ AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 3, fl. 7v.

⁵⁷ Este convento foi fundado em 1474. ABREU, Carlos, “Para a história do antigo Convento Trinitário e culto à Senhora dos Remédios na Paróquia de S. Lourenço da Lousa”, *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 5, C. M. de Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa, 2003, pp. 43-57

que têm o maior número de propriedades. Compare-se por exemplo o caso do Concelho de Moncorvo e o Hospital da mesma vila⁵⁸.

Além das instituições, as grandes famílias da nobreza reforçam os seus bens, instituindo por vezes novos vínculos. Porém, o maior proprietário continua a ser o Morgado de Mendel, dos Borges de Castro, com 18 propriedades. Seguem-se Lourenço Carneiro de Vasconcelos, com 17; Manuel António de Gouveia Sá e Vasconcelos, com 16; António Xavier Carneiro de Magalhães, com 15; João António de Sá Pereira, também com 15; José Bernardo Malafaia e Castro Pereira⁵⁹, com 14; o Prazo de Santa Maria, administrado por José Bernardo de Mello Sequeira e Sampaio, com 12; José Leopoldo Botelho de Magalhães também com 12; Manuel António de Madureira Carneiro e irmã Ana Joaquina de Madureira, com 12; o morgado de Manuel Diogo Monteiro de Mello⁶⁰ com 11; os herdeiros de António Teixeira Alves ou Alves Teixeira com 11; o Morgado de Santo António, com 9; sendo ainda de referir o Morgado de Meireles Guerra⁶¹, de Vilarinho da Castanheira, com 8; o Morgado do Souto⁶² com 5; e a Capela da Porretica, da Açoreira que era pertença da Coroa, com 2.

Aponte-se que apesar de somente se verificar explicitamente um lavrador como proprietário, são referidos 6 como elementos detentores de cargos administrativos⁶³, eclesiásticos ou judiciais.

Refira-se também, que se continua a manter a propriedade de outros habitantes de fora da vila de Moncorvo – Horta (8); Cabeça Boa (7), Lousa (3), Cabeça de Mouro (1) – e do concelho – Bragança (3), Val Dasnes (2), Freixo de Espada à Cinta (1), Vilarinho da Castanheira (1), Carrapatas (1), Gouveia (1), Contins (1), Vila Flor (1), Freixo de Numão (1), Lamego (1) e Brasil (1).

Relativamente à toponímia, além da acima identificada, que se mantêm na generalidade⁶⁴, acrescenta-se a Raza, as Encruzilhadas e a fraga da Ola. Como

⁵⁸ Vejam-se as tabelas n.º 7 e 8, relativas às propriedades existentes no Tombo de 1629 e 1777, respetivamente.

⁵⁹ Morgado do Marmeleiro, instituído por Tomé de Castro Borges, em 1616. Com a morte de José Bernardo Malafaia, este morgado passa a ser administrado pelo administrador do morgado de Santo António, António Manuel de Carvalho e Castro, já no séc. XIX. Torna-se, nessa data, o segundo maior proprietário de Moncorvo, logo seguido do administrador do morgado de Mendel.

⁶⁰ Morgado das Aveleiras, com sede no solar com o mesmo nome em Moncorvo.

⁶¹ Administrado no final do séc. XVIII, por Tomás Silvestre Vannini.

⁶² Instituído por D. Jerónimo Osório, bispo do Algarve. Administrado no século XVIII pela família Osório da Mesquita e Castro.

⁶³ Um destes, Francisco de Oliveira Rego, nesta fase possuidor de uma pequena courela, é bisavô de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, proprietário ou possuidor de bastantes propriedades e em conjunto com o pai, um dos grandes animadores da cultura da vinha neste vale, como veremos adiante.

topónimos marginais são referidos a Quinta da Derruída (Santa Cruz da Vilarça), o “*cabeço onde se tasca o linho*”⁶⁵, os Sairinhos da Foz, os Barreiros da Horta e o Carvalhal.

Por fim, uma referência aos sinais físicos de demarcação. São mencionadas cruzeiros em fragas em diversas courelas – n.os. 1,3, 10, 77, 99 – sendo de realçar o ponto fixo da courela n.º 99, uma cruz na fraga junto ao caminho, que serve de referente para a medição de todas as propriedades da margem direita do Sabor desde a foz da ribeira da Vilarça até à Coelha, nos Sairinhos da Foz. Aumentam também as referências a marcos, quer concelhios quer privados⁶⁶.

Este novo Tombo foi, desde cedo, muito criticado, com José António de Sá a manifestar-se o principal opositor invocando que “*nele se deixa ainda muitas vezes o direito salvo às partes, sem lhes limitar domínios certos, por não poder em tão breve tempo averiguar-se a legítima habilitação de herdeiros, e outras mais circunstâncias precisas para se formar um código certo das courelas, e limites de todo o campo*”.⁶⁷ Para obviar a estes problemas solicita, com o apoio da Câmara, a Sua Majestade que se digne autorizar a realização de um novo. Não se cansa de o referir e repetir nos seus diversos escritos⁶⁸. Porém, a ordem nunca chegou devido a diversos problemas burocráticos⁶⁹ e o Tombo de 1777 continua a ser utilizado até ao séc. XX⁷⁰, quer para dirimir de contendas, quer na reposição da demarcação na sequência de grandes cheias.

2.1.3 – Os Tombos concelhios e privados e outras listagens de propriedades

Os tombos da ribeira da Vilarça, acima referidos e analisados são dois documentos jurídico-administrativos de carácter público, muito relevantes no contexto do ordenamento de um território bem definido, fruto das contingências atrás enunciadas. Já foi, igualmente, sumariada a informação passível de ser extraída desses dois documentos.

⁶⁴ Excetua-se o Freixo e o Vau de Alfarela.

⁶⁵ AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 3, fls. 15v-16.

⁶⁶ São referidos nas propriedades n.º 13, 149, 219, 250, 312, 318, 320, 328 e 352.

⁶⁷ Sá, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit., p. 185.

⁶⁸ Nomeadamente em Sá, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit., p. 186.

⁶⁹ SOUSA, Fernando de, et alii – “A Agricultura da comarca de Moncorvo...”, op. cit., p. 313.

⁷⁰ Verificável pela informação de Águedo de Oliveira, (OLIVEIRA, Águedo de – “Alguns quadros Histórico-Sociais ...”, op. cit., pp. 10) pelas notas inseridas à margem do Tombo relativas a proprietários já do século passado, bem como em diversas informações orais.

Porém, existe outro tipo de documentação relacionada com a propriedade no vale da Vilariça, que interessa aqui analisar. Trata-se dos tombos, ou outros instrumentos equivalentes, de carácter privado ou de carácter público, mas com a configuração de um tombo privado. Sem prejuízo de existirem outros⁷¹, são conhecidos os seguintes, com referência à zona estudada:

Tabela n.º 1 – Listagem de Tombos e relações de bens conhecidas na vila de Torre de Moncorvo

	Proprietário	Data	Tipo	Existência/ Depósito	Referências
1	Prazo de Moncorvo da Comenda de S.ta Maria de Castelo Branco	1545	Relação de bens	APSA, Tombo do Morgado de Santo António, fls. 61v-65v (cópia do documento)	Cit. em LEONARDO, Rui Leal, O Tombo do Morgado de Santo António”, 2013 (no prelo)
2	Igreja Matriz - Benefícios	1592	Tombo	ADBraga, Gaveta da Cartas, doc.4, fls. 267v-270 (cópia séc. XVIII)	ABREU, Carlos de, “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII-XVIII)”, in: <i>Douro – Estudos & Documentos</i> , vol. IV(8), GEHVID, Porto, 1999, pp. 83-117
3	Comenda da Ordem de Cristo de Santa Maria de Moncorvo	1605	Tombo	APSA, mç. 2, n.º 1	Inédito
4	Morgado de Diogo Borges de Castro	1625	Tombo	Cópia do séc. XIX em APQAVE/OV, Tombo do Morgado de Mendel de 1625	Inédito. Cit. em AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 1, fls. 98
5	Hospital de Moncorvo	Ant. 1629	Tombo	Desconhecido	Inédito. Cit. em AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 1, fls. 99 e 105v
6	Concelho Ordenado pelo Rei, executou Manuel Nogueira	Ant. 1629	Tombo	Desconhecido	Inédito. Cit. em AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 1, fl. 272
7	Concelho	1678	Tombo	Desconhecido	AHTM, CMTM, Actas, lv. 20, fl. 31; AHTM, CMTM, Actas, lv. 68, fl. 8v
8	Morgado de Simão Borges de Castro	1689	Tombo	Extracto parcial em AHTM, CMTM, SAF, PA, Prazos, lv. 1, fls. 42-67v	BAPTISTA, Maria Isabel Alves, “Peredo dos Castelhanos – subsídios para a sua história”, <i>Brigantia</i> , vol. XI, n.ºs 3-4, 1991, pp. 153-159 (transcrição parcial)
9	Igreja Matriz	1708	Tombo	ADBraga, Registo Geral, lv. 65, fl. 2-6v	ABREU, Carlos de, “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo...”, op. cit.

⁷¹ Decerto terão existido tombos ou relação de bens de outras instituições como a Misericórdia de Moncorvo; o convento da Santíssima Trindade da Lousa, o convento da Ribeira ou a capela da Açoreira, pertença da Coroa. O mesmo acontece com os particulares ou morgados. Porém, se existiram ou existem não chegaram, até ao momento, ao nosso conhecimento.

10	Morgado de Santo António	1757	Tombo	APSA, Tombo do Morgado de Santo António. 1757	Inédito. Transcrição parcial em ALVES, Francisco Manuel, “Moncorvo. Subsídios para a sua história”, <i>Ilustração Transmontana</i> , 1908-1910; ALVES, Francisco Manuel, <i>Memórias Arqueológico Históricas do Distrito de Bragança</i> , tomo VI, IPM/CM Bragança, 2000, pp. 297-302. Sumariado por LEONARDO, Rui Leal, “O Tombo do Morgado de Santo António”, 2013 (no prelo)
11	Concelho	1767	Tombo	AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, lv. 2; APQAVE/OV (cópia do mesmo de 1784)	Inédito. Cit. por diversos autores.
12	Morgado do Marmeleiro	1772	Tombo, Provisão	APSA, maço 1, n.º 4	Inédito. Cit. em LEONARDO, Rui Leal, “O Tombo do Morgado de Santo António”, 2013 (no prelo)
13	António Manuel de Carvalho e Castro, Morgado de Santo António e Marmeleiro	1823	Relação de Bens	APSA, maço 1, n.º 35	Inédito
14	António Caetano de Oliveira	s/d (séc. XIX)	Relação de bens	AHTM, FACO, n.º 1	Inédito

Dos documentos acima sumariados pode-se ver que, em primeiro lugar, relativamente à sua origem, dois deles pertencem à mesma instituição pública – o concelho de Torre de Moncorvo; outros dois estão relacionados diretamente com a Igreja Matriz de Moncorvo; dois com Comendas da Ordem de Cristo – Santa Maria de Moncorvo e Santa Maria de Castelo Branco; um com o Hospital de Moncorvo; quatro com morgados – Mendel, Santo António e Marmeleiro; e um com um proprietário abastado – António Caetano de Oliveira.

Relativamente às cronologias, verifica-se uma distribuição esporádica ao longo dos séculos, prevalecendo as referências ou extratos dos documentos do séc. XVI e XVII. Lamenta-se o desaparecimento de quatro destes documentos, que certamente trariam alguns dados enriquecedores. Assim, efetuou-se uma leitura e análise dos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9, 10, 12, 13 e 14, elencados na tabela n.º 1. Daqui foram apenas extraídas informações relevantes e complementares relativamente aos tombos da ribeira da Vilarça, dado que abordam uma área mais extensa do que a abrangida por esses dois documentos. Os conteúdos são bastante desiguais. Porém, podemos dispor de dados relativamente: ao tipo de propriedade; à demarcação, ou não, das mesmas; toponímia do

vale; rede viária; hidrologia; e em alguns casos sobre as culturas produzidas. Os documentos mais recentes são particularmente relevantes sobre as quintas.

Abordaremos para já os aspetos relacionados com a toponímia⁷². Foram inscritos 95 topónimos, alguns deles idênticos aos dos tombos anteriores, com pequenas variações⁷³. Existem vários topónimos que cobrem todo o arco temporal em estudo, como é o caso da Foz do Sabor, Veiga Redonda, Vau Ruvinhoso ou Rebunhoso, Lodoal, Pocilgas, Fraga de Alfarela, Veiga Folgosa, Casas Queimadas, Ponte da Vilariça, Boedo, ribeiro de Santiago, Prado dos Cavalos, Cabeço de Alfarela, Freixo, Granja, Carvalho ou Vila Maior. Outros são referidos no final do séc. XVI, mas acabam por desaparecer da documentação – Açude dos Juízes, Tenda dos Juízes, Ribeiro de Alfangere(m), ribeiro e prado Merdeiro, ribeiro dos Portins de Alfarela, Vau Torto. Por outro lado assiste-se a um surgimento de novos topónimos no séc. XVIII – Vargens, Derruída, Raza, Ilha, bem como micro-topónimos que ainda hoje perduram – caso do Cinco ao Rego, Mironha, Silveira.

Uma nota sumária sobre a etimologia de alguns topónimos. Existem alguns relacionados com as características do terreno, como é o caso do Lodoal⁷⁴, Lagoa, Sairinhos⁷⁵, Areeiro, Veiga Redonda, Vargens, Frieiras⁷⁶, Vau Torto. Outros relacionam-se com a fauna – Coelha, Prado dos Cavalos, Porqueira – e com a flora – Carvalho, Freixo, Carrasquinhos, Endros, Nogueira, Silveira, Amendoeira ou Figueira Doida. Existem outros ainda que se referem a edificações – Ponte da Vilariça, Ponte Velha da Vilariça, Ponte de Pau, Derruída, Tapado do Bogio, Pocilgas, Açude dos Juízes, Tenda dos Juízes, Casas Queimadas, Pedra Danta, Azenhas, Barranca do Forno. Por fim, os que se referem a atividades efectuadas nesse local – Ladeirão dos Jogos, Cabeço onde se tasca o Linho.

2.1.4 – Os instrumentos físicos de delimitação

Como ainda se pode observar na atualidade, as propriedades no vale da Vilariça, na generalidade – particularmente as courelas –, não possuem estruturas fixas de

⁷² Os outros temas passíveis de extrair informação relevante são referidos, nos respetivos capítulos.

⁷³ Ver em anexo a tabela n.º 20

⁷⁴ Terreno com muita água, lodoso, até no Verão

⁷⁵ Terras que resultam da decomposição do granito

⁷⁶ Segundo Afonso Pereira Cabral, as Frieiras são pequenos poços abertos nas margens da ribeira, em períodos de estio, que levam a que haja frequentemente doenças (CABRAL, Afonso do Valle Coelho Pereira – “A Região Vinhateira...”, op. cit., 1895, p. 449).

separação e demarcação. Quer isto dizer que são campos abertos, sendo uma das grandes razões de contenda entre proprietários, por exemplo, as invasões dos gados. E não possuem estruturas de divisão; devido às características do terreno e à questão das cheias, assunto abordado em capítulo antecedente. José António de Sá refere que “*as courelas não sofrem em si marcos que as limitem*”⁷⁷ e “*não poderiam sofrer os tapumes pela razão das inundações, que os destruiriam quando até confundem os marcos de divisão*”⁷⁸.

Permanece então a questão: como se procede à delimitação dos terrenos *in situ*? No Tombo do Prazo de Santa Maria de Moncorvo de 1605, refere-se que “*não lhe puseram marcos por serem demarcadas e se cultivarem cada anno*”⁷⁹. Então, como se realiza essa demarcação? Apesar de não haver referências em concreto, cremos que se processaria de três formas, em todos os casos efémeras:

- 1 – Lavra da terra, tendo nas zonas marginais da propriedade uma aparência diferente de lavra do vizinho⁸⁰;
- 2 – Criação de sulcos, mais ou menos pronunciados entre as propriedades, servindo inclusive, para ajudar a escoar o excesso de água da propriedade;
- 3 – A par da lavra colocação de sinais como fachos de ramos, paus ou estacas, pedras irregulares e soltas, de duração anual.

Parecem ser estas as formas mais comuns. O segundo método é ainda observável hoje em dia; e existem referências à existência de estacas de madeira nos Quinhões do Prado⁸¹.

Tabela n.º 2 – Referências a instrumentos de delimitação nos Tombos e relação de bens

Delimitação	Documentos ⁸²										
	1	2	3	4	1629	9	10	11	1777	13	14
Marcos	5	-	-	8	2	-	5	4	9	-	1

⁷⁷ SÁ, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit., p. 186

⁷⁸ SOUSA, Fernando et alii, “A agricultura da comarca de Moncorvo...”, op. cit, p. 319

⁷⁹ APSA, Mç. 2, n.º 1, fls. 12-12v

⁸⁰ Este método, que aparenta ter sido bastante comum, não só aqui como em outros vales do país, podia ser alvo de contendas e apropriação indevida de espaço. Isso mesmo é-nos relatado numa vereação que a Câmara de Moncorvo fez a uma courela do concelho na Foz do Sabor (margem esquerda), porque o reideiro do prazo de Santa Maria tinha alargado a propriedade, lavrando a courela do concelho. (AHTM, CMTM, Actas, lv. 22, fl. 78, auto de 30 de Julho de 1681).

⁸¹ AHTM, CMTM, Actas, lv. 68, fl. 8v, Auto de 22 de Março de 1743

⁸² Os números dos documentos dizem respeito à tabela n.º 1.

Cruz em Fraga	-	-	-	2	1	-	-	1	5	1	2
Outro tipo de delimitação	-	-	20	6	2	-	4	1	-	-	-

Além destas formas de delimitação existem outras, ainda que de forma residual, com particular incidência nas zonas marginais do vale, sujeitas menos vezes às cheias. Em primeiro lugar, os marcos divisórios. Já acima se fez referência, a propósito dos tombos, que existiam, ainda que de forma residual. No cômputo dos tombos gerais e particulares estudados, surgem referidos em 7 documentos. Sabemos que 5 propriedades da Comenda de Castelo Branco eram demarcadas com marcos, em 1545; no Tombo do morgado de Mendel existiam 8; no morgado de Santo António, 5 (tabela n.º 2).

Nas deslocações ao campo foi possível observar vários marcos, a maioria deles colocados em pleno séc. XIX já que, em primeiro lugar, não são referidos nos tombos, e ainda a sua configuração denota pouca antiguidade. Foram registados também marcos epigrafados, particularmente junto à Ponte da Vilariça, um deles é atribuível ao séc. XVI⁸³ (fig. 74), de proprietário desconhecido. O outro, do séc. XIX, seria pertença do Conde de Pinhel, com a epígrafe CH – de Campos Henriques, seu nome de família (fig. 75). Registamos outros com aparente antiguidade (figs. 76 e 77).

A utilidade destes marcos mantém-se até ao séc. XX. Foi-nos referido um caso em que, havendo uma disputa relativa aos limites, a solução foi o recurso ao Tombo e depois a confirmação da existência do marco, que estava *in situ*, pois debaixo dele se encontrou o “*testemunho*”, ou seja, uma grande pedra “*colocada em cruz*”⁸⁴. Verificamos um caso (fig. 77), em que o testemunho é uma pedra enterrada que está encostada ao marco. Este é um caso pontual, geralmente pouco utilizado no contexto do vale⁸⁵.

São também conhecidos casos em que havia disputas de terrenos, com vizinhos que mudavam os marcos de sítio⁸⁶, ou casos em que os marcos foram arrancados, como

⁸³ Segundo a opinião do Prof. Doutor Mário Barroca, a quem agradecemos.

⁸⁴ Informação de João Leonardo. A “*pedra em cruz*”, quer significar que é uma grande laje colocada na horizontal na base do marco, orientada pela linha de estrema.

⁸⁵ Ao contrário do que acontece nos marcos de outras propriedades existentes no concelho de Torre de Moncorvo. Informações de João Leonardo.

⁸⁶ A estes na região são conhecidos por *marqueiros*, sendo muito mal vistos em sociedade dado o carácter quase sagrado dos marcos. A este propósito veja-se AFONSO, Belarmino, “Ritos de delimitação e sacralização do espaço no nordeste Trasmontano”, *Brigantia*, vol. XIII, n.ºs 3-4, 1993, pp. 89-104. Sobre a usurpação de limites veja-se o caso exposto, já em 1871, por Francisco António Lopes Cardoso, numa petição ao governo, aquando da aquisição de duas sortes dos Quinhões do Prado: “*Em tempo os antigos donos da Quinta do Carvalhal, que entesta como dissemos com os quinhões, foram alargando pouco a pouco os seus limites usurpando grande parte dos quinhões pelo lado poente (§) Por muito tempo nem a*

aconteceu em 1811 nos Quinhões do Prado, por ordem do Reitor da Colegiada⁸⁷. Nesta ocorrência em particular, foi ordenado pela Câmara, que era a administradora dos bens da Igreja, que se repusessem os marcos, e se procedesse judicialmente contra o mandante. Se reincidisse no ato, seria condenado a pagar avultada soma de 500 cruzados.

Nos tombos é ainda registada, particularmente nos cabeceiros e nas propriedades marginais ao vale e na foz do Sabor, a existência de cruzeiros em fragas, como forma de delimitação. São casos mais esporádicos. Esporádica também, ou ausente de outro tipo de documentos, é a conjugação de formas de delimitação descritas no Tombo do Morgado de Santo António: fraga com zambujo e silvas. Esta solução das silvas numa pequena linha de terreno por cultivar é recorrente por toda a região, e no vale mais usada nas zonas marginais e junto dos ribeiros, conjuntamente com as árvores. Também nas áreas limítrofes do vale, particularmente em algumas quintas e tapados, são referidas na documentação, e ainda visíveis, paredes, algumas das quais em ruína.

Devemos ainda apontar que também os caminhos são instrumentos de delimitação importantes. Muitas das propriedades os utilizam como ponto de referência.

É sabido que, desde o séc. XVII, muitos dos problemas da delimitação teriam sido resolvidos ou minorados com o encanamento e fixação do rio e ribeira, assunto que adiante se abordará.

2.2 – Estrutura e tipologia da propriedade

2.2.1 – A Estruturação da Propriedade

A melhor forma para se iniciar o estudo da estruturação da propriedade no vale da Vilariça consiste em recorrer à fotografia aérea atual e à análise dos dois tombos da Vilariça. Estes três documentos, separados em mais de cem anos entre si (1629-1777-2006), permitem-nos obter algumas conclusões relevantes.

Em primeiro lugar verifica-se que a propriedade está muito fracionada. Numa área total estimada de cerca de 315 ha⁸⁸, contabiliza-se no Tombo de 1629 a existência

Camara nem os rendeiros protestaram contra esta usurpação, até que os próprios donos da quinta, temendo acção judicial restituíram o terreno ocupado” (APLL, FFALC, Carta ao Ministro da Fazenda relativa à posse de terreno arrematado por compra dos quinhões do Prado, 13.12.1871, fls.1-1v)

⁸⁷ AHTM, CMTM, Actas, lv. 106, fl. 8, Auto de 31 de Dezembro de 1811

⁸⁸ Estimativa calculada através do programa Google Earth, com base nas informações dos tombos de 1629 e 1777.

de 409 parcelas tendo-se, nessa data, unido algumas contíguas, pertença do mesmo proprietário. No Tombo de 1777, verifica-se um aumento da dimensão de algumas propriedades, relativamente ao Tombo de 1629, dado que apesar de se terem acrescentado alguns barrais, o número total de parcelas reduz-se para 382.

Uma outra realidade facilmente verificável é a desigualdade do tamanho da propriedade, mesmo entre classes tipológicas idênticas, como é o caso das *courelas* onde existe uma grande variação entre 415 m²⁸⁹ e os 24.255 m²⁹⁰.

É importante também constatar a existência de propriedades com configurações muito diferentes entre si. Se na margem esquerda do rio Sabor se verifica alguma padronização e regularidade, com as propriedades a apresentarem uma configuração aproximadamente retangular, mesmo que com larguras diversas, o mesmo não acontece no troço mais a montante da margem direita e na ribeira da Vilariça. É exemplar a zona da Veiga Redonda, onde existem propriedades com configurações anómalas, talvez fruto da relação com a foz da ribeira da Vilariça e do ribeiro da Granja que, em tempos mais recuados, teria um perfil bastante diferente do atual. Importa também aqui referir o caso das *rechaves* e dos *aguilhões*. As *rechaves* são recantos ou reentrâncias de determinada propriedade em propriedade vizinha. São mais referidas no Tombo de 1777 – 32 vezes – enquanto, no Tombo de 1629, surgem 15 vezes. Os *aguilhões* são também reentrâncias, geralmente de formato triangular, registando-se 7 casos em 1629 e somente 2 em 1777.

Relativamente à estruturação da propriedade é ainda possível verificar um outro aspeto importante, que se prende com a posse. Recorrendo tanto ao Tombo de 1629 como ao de 1777, vê-se que os diversos proprietários, particularmente os de maior capacidade, possuem propriedades de dimensões muito variáveis dispersas por todo o vale. Para o caso do concelho de Moncorvo como proprietário, tal seria mais compreensível, dado que os terrenos que possui são praticamente as servidões – foz do rio Sabor, foz da ribeira da Vilariça, foz do ribeiro dos Cavalos, zonas de areeiros e os Quinhões do Prado e Roncal, zona inicialmente de pasto comunal.

Existem casos excecionais de proprietários de média/grande dimensão que vêm os seus bens mais ou menos agrupadas. No Tombo de 1629, de: Ana de Gamboa que tem metade das suas propriedades no troço final da margem esquerda do rio Sabor; ou Diogo Henriques Pereira, que possui todas as suas quatro courelas no Vau Ruvinhoso;

⁸⁹ Veja-se, por exemplo, a courela n.º 130 do Tombo de 1777.

⁹⁰ Vejam-se, por exemplo, as courelas n.º 287 do Tombo de 1777 e n.º 309 do Tombo de 1629.

ou Jerónimo de Castro que, de 27 propriedades, possui 8 na Ponte da Vilarça (29%) e 5 no Vau Ruvinoso (18%). Para o Tombo de 1777, aponte-se o caso de António de Mello, com 83% das propriedades no Boedo; D. Francisco Inocência, com 85% também no Boedo; ou Lourenço Carneiro de Vasconcelos que reparte as suas propriedades pela Veiga Redonda e Veiga Folgosa (41%), e o Boedo (35%).

As características acima apontadas da estruturação da propriedade, que se mantem bastante idêntica nestes séculos, remetem-nos para uma reflexão sobre as vantagens e inconvenientes de tal estruturação, quer na ótica do proprietário ou arrendatário, como também na dos poderes públicos. Referimo-nos aqui particularmente à dimensão das propriedades e à dispersão das mesmas pelo vale. Relativamente a vantagens acentuam-se alguns aspetos: a possibilidade de existência de culturas e produções diferenciadas é um deles, dada a variabilidade de solos entre os vários espaços do vale, como já se aludiu em capítulo antecedente⁹¹; a maior proximidade ou afastamento dos cursos de água, já que em determinado ano certas *courelas* poderiam estar alagadas ou *levadas*, e em outros anos existirem ou possuírem maior dimensão.

Existem porém importantes inconvenientes. Em primeiro lugar, perda de tempo, de horas de trabalho e de rendimento final, ou seja, menor lucro, dadas as grandes distâncias que o proprietário ou o seu arrendatário é obrigado a percorrer. Surge um outro problema relevante: a dificuldade de cultivo em propriedades de dimensão muito reduzida, como as que são apresentados nos tombos, muitas vezes com largura de 3 a 5 varas (3,30 m a 5,5 m), não permitindo obter maior rendimento e inviabilizando a introdução de melhoramentos na agricultura.⁹² Ricardo Raphael Almeida constata: “*a má divisão da propriedade obriga os operários a viverem, quasi exclusivamente, do producto dos seus jornaes, ganho no trabalho dos grandes proprietários*”⁹³.

Perante as desvantagens notórias da fragmentação e dispersão rural, uma das políticas evidenciada a partir do séc. XVIII é o emparcelamento. É importante a lei de 9 de julho de 1773, que o promove, ainda sem esta designação. O parágrafo 18 refere-se exclusivamente aos campos da Vilarça⁹⁴. Sabe-se que somente se obtiveram resultados

⁹¹ Veja-se o Capítulo 1.

⁹² Para as questões da fragmentação da propriedade (vantagens/inconvenientes) veja-se em particular MOTA, Salvador Magalhães – Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do Antigo Regime. O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio, Imprensa-Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006, vol. II, pp. 148-154

⁹³ ALMEIDA, Ricardo Raphael de – Ligeira contribuição ..., op. cit.

⁹⁴ SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, vol. IV, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1784, pp. 278-284.

definitivos já séc. XX⁹⁵. Está claro que esta situação não era, a curto prazo, do interesse dos proprietários, constituindo-se ainda hoje como um tema de discussão, porque acaba por desfavorecer os pequenos. Mas no caso vertente, interessa lembrar a provisão de 2 de Abril de 1806, onde se ordena o encanamento do rio Sabor e ribeira da Vilariça, já que, no item XIV, se refere ao emparcelamento, ao afirmar: “*que os proprietários, que tem sortes ou courellas interpoladas as possam reunir em um só corpo, no mesmo taboleiro, o que não prejudica a proprietário algum (...) as sortes de figura irregular se reduzirão a rectangulares; concedendo finalmente que alguma insignificante porção, que não tenha 150:000 réis de valor, se adjudique a sorte vizinha fazendo-se no Tombo as adnotações competentes de tudo o que for alterado*”⁹⁶. Se posta em prática como ordenado, esta medida teria tido efeitos bastante interessantes e acabaria por alterar significativamente a configuração do Vale.

A concentração da terra, se bem que num período relativamente curto, foi mais visível na segunda metade do séc. XIX quando, na sequência da extinção e venda dos bens monásticos (1834), desamortização e venda dos bens nacionais e dos baldios, e da extinção dos morgadios (1863), António Caetano de Oliveira (1838-1914)⁹⁷ se afirma como o maior proprietário do vale (e da região) com um total de 97 propriedades: 5 quintas – Villa Maior, Granja, Silveira, Rego da Barca e Rego da Lousa, e mais 40 courelas, 32 barrais, 15 cabeceiros, 3 barrais com courela e cabeceiro, 1 courela com cabeceiro, 1 eira e 1 terra. A soma das propriedades resulta em mais de uma centena e meia de hectares, dominando pela soma de parcelas este vale. Este potentado acabou por se fragmentar novamente, já no séc. XX, com as partilhas efetuadas pelos descendentes. Apesar de não se poder considerar emparcelamento em sentido clássico, na prática este proprietário, através das suas aquisições, acabou por unir várias parcelas de terreno, tanto courelas como barrais, que se mantêm até hoje.

⁹⁵ Esta questão foi levantada na sequência da abolição dos velhos direitos senhoriais da propriedade, particularmente dos vínculos, tendo-se, a partir daí, assistido a uma nova fragmentação do território. Veja-se por exemplo MENDES, José Maria Duarte, e ROSAS, Eduardo Manuel Pampulim, “Situação e perspectivas do emparcelamento em Portugal”, *Actas do I Seminário Luso-Espanhol de Rega, Drenagem e Emparcelamento*, Secretaria General de Estruturas Agrarias, Madrid, 1991, pp. 301-304.

⁹⁶ Transcrito em ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000, pp. 321-322

⁹⁷ Sobre a sua história, mesmo que com algumas imprecisões, e dos seus descendentes veja-se MAGALHÃES, Ana Maria, *Tudo tem o seu tempo*, Ed. Caminho, Lisboa, 2012

2.2.2 – Tipos de Propriedade

No parte do vale em estudo, como se tem vindo a referir, foram registadas várias designações para a tipologia das propriedades (tabela n.º 3).

Tabela n.º 3 – Tipos de propriedades referidas em instrumentos de demarcação

	Documentos ⁹⁸										
Tipo Propriedade	1	2	3	4	1629	9	10	11	1777	13	14
Aguilhão	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Areeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Barral	3	-	5	5	-	-	3	-	9	7	32
Barral e Cabeceiro	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-
Barral e Courela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Barral, Cabeceiro e Courela	-	-	-	-	9	-	-	-	9	-	-
Barral, Cabeceiro e Terra	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Cabeceiro	-	-	4	2	3	-	3	-	12	2	15
Campo	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Canameira	-	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Canameira e cabeceiro	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Chão	-	-	-	-	3	1	-	4	3	-	-
Courela	4	3	3	17	357	9	7	5	323	28	40
Courela e Areeiro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Courela e cabeceiro	-	1	-	4	38	-	-	-	25	5	1
Courela ou Canameira	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Courela, Cabeceiro e Olga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Eira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Herdade	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olga	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Olival	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Quinta	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5
Serra	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Tapado	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Terra	-	-	1	-	-	-	3	-	-	2	1
	9	9	18	31	412	12	17	11	384	44	97

⁹⁸ Os números dos documentos dizem respeito à tabela n.º 1.

Do exposto na tabela, constata-se, em primeiro lugar, que os tipos de propriedade mais comuns e a terminologia que é mais recorrente é a *courela*, logo seguida dos *cabeceiros* e dos *barrais*. Surge depois a conjugação de vários destes três tipos, e só depois os chãos, campos, areeiros, terras. Existem ainda referências muito esporádicas e marginais aos tapados, olivais e eira. O mesmo sucede com as quintas mencionadas textualmente no Tombo de Mendel, sendo as referências anteriores a herdades, cuja precisão da designação aparenta não ser equivalente. Deve-se realçar ainda a designação canameira, cujo registo acontece entre 1592 e 1605, acabando por ser olvidado e uniformizado no grupo das courelas.

As *courelas* são terrenos existentes na parte central do vale, apresentando geralmente uma configuração retangular, em que o comprimento excede em muito a largura. Em outras regiões do país costuma-se designar por leira. Como se vê pelo quadro acima, é o tipo de propriedade mais comum no vale. Relativamente à dimensão, já nos referimos⁹⁹ à área variável das mesmas, particularmente na largura que pode variar entre as 3 varas (3,30 m) e as 80 varas (88 m), com uma média de 22 varas por courela, no Tombo de 1629. No caso do Tombo de 1777, a variação é entre 3 varas (3,30 m) e as 83 varas (91,30 m), com uma média de cerca de 24 varas¹⁰⁰. Para o comprimento não nos fornece dados fiáveis, dada a ausência de medidas, particularmente na zona afeta ao Sabor, devido à ausência de leito permanente para este rio.

Este é o tipo de parcela que apresenta maiores índices de fertilidade devido às características aluvionares dos solos e a proximidade com a água¹⁰¹. Basta ver, por exemplo, que das 396 courelas (com as suas variantes) existentes no Tombo de 1629, 186 (46%) são marginais ao rio Sabor ou ribeira da Vilarça; no Tombo de 1777, das 355 courelas (igualmente com as suas variantes), 174 (49%) confrontam com os cursos de água. Da foz da ribeira da Vilarça para montante muitas das courelas são atravessadas pelo referido curso de água, pelo que as percentagens tenderiam a aumentar.

⁹⁹ Ver capítulo antecedente

¹⁰⁰ Veja-se a tabela n.º 9, em anexo.

¹⁰¹ O Visconde de Villa Maior acentua que dentro desta classificação, as courelas mais férteis e de solo mais profundo são as que se encontram no troço do rio Sabor. (VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit, p. 107).

Para estimar a fertilidade dos campos, não podemos recorrer aos tombos gerais porque não dão essa informação¹⁰². Assim, excluindo as diversas referências existentes nos autores coevos e sucedâneos¹⁰³ que celebram a famosa produtividade global do vale, não apontando valores específicos, recorreremos a José António de Sá¹⁰⁴. Este fala em primeiro lugar da ausência de estrume das terras e de que, mesmo assim, “*um alqueire de milho produz 300 a 400 de colheita*” e “*a um alqueire de linhaça [cânhamo] correspondem ordinariamente 10 pedras¹⁰⁵ de linho*”¹⁰⁶.

Falta ainda indicar o tipo de culturas produzidas nas courelas. No Tombo das Propriedades dos Benefícios da Igreja Matriz, de 1592, é referido o cânhamo e o trigo, quando se conjuga com os *cabeceiros*. No Tombo da Vilarça de 1629, dá-se a entender que todas as courelas estão cultivadas de cânhamo, o que não é de menosprezar, dado que a instalação da feitoria tinha decorrido poucos anos antes (1617), e a produção estaria no auge¹⁰⁷. Em 1682, refere-se nas atas da Câmara de Moncorvo, que nas courelas é cultivado milho e cânhamo¹⁰⁸. Em 1684, apontam a existência de pão, nas courelas do concelho¹⁰⁹. José António de Sá confirma, em 1794, que as courelas são destinadas para a produção do cânhamo¹¹⁰, e o Visconde de Villa Maior que são “*destinadas às ricas culturas de cânhamo, do milho, dos legumes e dos melões*”¹¹¹. Já no séc. XX, Águedo de Oliveira diz serem próprias para a cultura de pomares, hortas e cereais¹¹². Em suma, aquando da decadência do cânhamo, no início do séc. XVIII, aparentemente os produtos hortícolas ganham terreno.

Os *cabeceiros* são terrenos que se enquadram ainda na definição de *courelas*, daí que surjam nos tombos mais vezes associados a elas, do que isoladamente. É mesmo

¹⁰² Nos tombos privados somente é referido no Tombo das Propriedades dos Benefícios da Igreja Matriz, de 1592, que refere a semente gasta em todas as propriedades, o que, neste caso não é relevante para estimar a produtividade.

¹⁰³ Como por exemplo, M. Link, Columbano Pinto Ribeiro de Castro, Manuel Ferreira de Seabra, o Visconde de Villa Maior, Afonso Pereira Cabral ou José Martins Pereira.

¹⁰⁴ SÁ, José António de, “Descrição Económica...”, op. cit., pp. 183-184; e SOUSA et alii, “A Agricultura da Comarca de Moncorvo...”, op. cit., p. 311.

¹⁰⁵ Uma pedra corresponde a 3,672 Kg de linho depois de gramado (FERNANDES, Hirondino da Paixão, “Da Cultura do Linho Cânhamo em Moncorvo”, in: *Brigantia*, vol. 1, n.º 2, Bragança, 1981, p. 136.

¹⁰⁶ SOUSA et alii, “A Agricultura da Comarca de Moncorvo...”, op. cit., p. 311.

¹⁰⁷ AHTM, CMTM, Tombos dos Bens do Concelho, lv. 1, fl. 146

¹⁰⁸ AHMT, CMTM, Actas, lv. 23, fl. 69, auto de 4 de Julho de 1682

¹⁰⁹ AHTM, CMTM, Actas, lv. 25, fl. 84, auto de 25 de Novembro de 1684

¹¹⁰ SOUSA et alii, “A Agricultura da Comarca de Moncorvo...”, op. cit., p. 311

¹¹¹ VILLA, MAIOR, Visconde, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit., p. 108

¹¹² OLIVEIRA, Águedo de – “Alguns quadros Histórico-Sociais de Moncorvo”, op. cit., p. 7. O mesmo ainda se verifica nos nossos dias.

definido como sendo a “*extremidade superior de um terreno*”¹¹³. Portanto, seriam a parte com mais elevação das courelas, ou terrenos anexos. Assim, as características apontadas, como as dimensões, fertilidade e culturas, aplicam-se perfeitamente a este conceito. Para o caso das dimensões, basta confirmar as medições constantes nos tombos, verificando-se que a largura mínima é pouco maior – 12 varas, em 1629 e 1777 – embora a máxima varie – 105 varas, em 1629; e 90 varas em 1777.

Um caso bem diferente é o dos *barrais*. São propriedades, tipológica e estruturalmente, diferentes das courelas. Em primeiro lugar, o seu nome deriva da característica dos solos – aparentemente terras mais barrentas. Na verdade, são terras que não beneficiam com a mesma facilidade das enchentes anuais. Situam-se unicamente na margem direita do Sabor, a partir da Coelha, até ao Boedo. No Tombo de 1629, somente são medidos os barrais da Coelha, em conjunto com as courelas e cabeceiros. Já no Tombo de 1777, acrescenta-se a medição de alguns no Lodoal, Raza e Boedo, num total de 9. A ausência da medição da maioria dos barrais, apesar de serem muito referidos nas margens das courelas, prende-se com duas realidades:

- a) não estão tão sujeitos às cheias do vale e, portanto, não se encontram no cerne do problema que os tombos elucidam;
- b) não são cultivados, pelo menos a grande parte, de cânhamo, pelo que o seu interesse para o erário público é menor.

Porém, temos a sorte de dispor de elementos complementares para podermos descrever estas propriedades, que apresentam um interesse assinalável, em termos agrícolas. Referimo-nos aos outros tombos e relações de bens, assim como à bibliografia e fontes impressas.

Em primeiro lugar, os *barrais* apresentam uma configuração tendencialmente quadrangular, sendo porém comum a existência de *rechaves*, que tornam mais difícil o cálculo das áreas. Existem casos em que ainda se podem assemelhar a *courelas*, mas é numa percentagem ínfima.

Outro aspeto prende-se com a produtividade. O Visconde de Villa Maior elucida-nos que a sua produtividade continua a ser elevada, dado que ocorrem frequentemente colheitas suplementares¹¹⁴. O mesmo dissera anteriormente José António de Sá, acentuando porém que estes dispõem de menor fertilidade relativamente

¹¹³ <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/cabeceiro> (consultado em 30.07.2013)

¹¹⁴ VILLA, MAIOR, Visconde, *Preliminares de Ampelographia e Oenologia...*, op. cit, p. 108.

às *courelas*¹¹⁵. Sobre a existência de colheitas suplementares, encontramos bastantes referências nos livros de atas da Câmara de Moncorvo, aquando do prolongamento da interdição dos gados no vale, dada a existência ainda de renovos¹¹⁶.

As culturas predominantes nos *barrais*, segundo o Tombo de 1545, seriam o “*pão de sementeira*” e o trigo. José António de Sá refere que se semeavam de trigo, milho, feijão e melões, entre outras e que nas margens possuíam “*grandes matas de oliveiras*”¹¹⁷. O Visconde de Villa Maior aponta o “*trigo alternado com o milho ou com o feijão*”¹¹⁸. Na relação de bens de António Caetano de Oliveira, já no final do séc. XIX, são referidos já os *barrais* com vinha, e ocasionalmente algumas oliveiras. Nestes períodos não é de excluir a existência de outras culturas além das já apontadas, se bem que em menor número.¹¹⁹ Fica claro, tal como dito acima, que com a decadência do cultivo do cânhamo, os produtos hortícolas, particularmente os melões, deixam de ser cultivados nos *barrais*, para ocupar o lugar daquele nas *courelas*.

Como se referiu, na documentação surgem outros tipos de propriedades. Por exemplo, uma *olga*, na margem direita do Sabor, no Tombo de 1629, o que parece indicar que seria uma propriedade destinada à horticultura¹²⁰. Os *tapados* são propriedades existentes já na zona marginal do vale, geralmente com culturas arbóreas como a oliveira ou amendoeira, e que estão cercadas por muros. Não é necessário descrever o que são olivais, somente anotar que, neste caso, não devem ser murados ou *tapados*. *Terra* é também uma designação usada por vezes, sendo um tipo de propriedade indistinta.

¹¹⁵ SOUSA et alii, “A Agricultura da Comarca de Moncorvo...”, op. cit., p. 311.

¹¹⁶ Entre outros anos, registamos a existência de renovos para além do normal, nos anos de 1700, 1705, 1708, 1714, 1725. Posteriormente o prazo da ribeira couta, ou seja, livre de gados, foi estendido até mais tarde.

¹¹⁷ SOUSA et alii, “A Agricultura da Comarca de Moncorvo...”, op. cit., p. 311

¹¹⁸ VILLA, MAIOR, Visconde, *Preliminares de Ampelographia e Oenologia...*, op. cit., p. 108.

¹¹⁹ O sr. João Leonardo referiu-nos que os *barrais* eram ordinariamente cultivados da forma descrita pelo Visconde de Villa Maior. O terreno era dividido em duas folhas estando num campo do barral o trigo e noutra o milho e o feijão – pequeno ou *vilarço*, vermelho, branco ou *feijão manteiga* e uma quarta espécie que é branca com pintas castanho-avermelhadas - ou o grão-de-bico. Referiu ainda a plantação de melões e melancias, que são famosas neste vale, confirmados em diversas fontes e bibliografia, assim como abóboras, cabaças e outras hortícolas. Por vezes, destina-se um espaço para semear cevada para o alimento dos animais. Era ainda comum a existência de árvores de fruto, como as figueiras, pereiras de excelente qualidade, ameixoeiras, pessegueiros e nespereiras, além de uma ou outra oliveira. Com a abertura do complexo agro-industrial do Cachão, assistiu-se à introdução de novas culturas em extensão, como o girassol, o pepino, o tomate, pimentos, repolhos e até couve-flor.

¹²⁰ <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/olga> (consultado em 30.07.2013)

O mesmo acontece com o *campo* ou *chão*. Verifica-se aqui uma ligeira diferença, já que estes dois designativos são usados geralmente para propriedades mais vastas, que não são enquadráveis na designação de quinta.

Destacamos dois casos: os Quinhões do Prado e o Roncal. Os rendimentos de ambos eram administrados pelo Concelho, mas como administrador dos bens da Igreja Matriz. No caso dos Quinhões, apesar de serem originalmente propriedade do Concelho, foram doados à Igreja para as obras da matriz de Moncorvo. Em ambos os casos são grandes áreas, a primeira com cerca de 35 hectares e o Roncal com cerca de 12 hectares¹²¹. Do Roncal sabemos que em determinada altura foi dividida em sortes, mas em outras fases era arrendado na totalidade. Teria servido para o pasto comum do gado bovino dos moradores de Moncorvo, ainda nos tempos medievais¹²².

Os Quinhões do Prado, como o próprio nome indica, era um terreno ou *campo* dividido em várias sortes ou porções de terra – quinhão, arrendadas anualmente. Em ocasiões o arrendamento foi entregue a uma só pessoa, podendo este subarrendar posteriormente. Sobre as suas culturas não se conhece nenhuma informação concreta. Porém, é de supor com alguma consistência, dada a fertilidade dos solos, que produzissem também cânhamo, ainda no séc. XVII, tendo sido gradualmente substituídos por trigo e milho, entre outras produções que os rendeiros achassem convenientes. Estas propriedades foram alienadas e vendidas em hasta pública por sortes, em 1871, por ordem do Estado¹²³.

Por fim, os *areeiros*, apesar de estes terem uma característica específica, terrenos na margem dos ribeiros, sem aptidão agrícola, mas com potencial valor económico, por exemplo, na construção civil, são por vezes identificados nos tombos como campo ou chão.

2.2.2.1 – Um caso aparte: as Quintas

As quintas na Vilariça constituem um quadro bastante diferente de toda a realidade que temos vindo a apresentar, sob várias perspetivas: localização,

¹²¹ Valor estimativo, tendo em conta as varas, a divergência de medições entre tombos e as confrontações a partir de fotografia aérea.

¹²² Cf. Capítulos apresentados por Moncorvo nas Cortes de Lisboa de 1498. In: ANTT, Leitura Nova, Além Douro, lv. 1, fl. 11. Transcrito por ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas* ..., op. cit., vol. IV, pp. 301-302).

¹²³ Cf. APLL, FFALC, Carta ao Ministro da Fazenda relativa à posse de terreno arrematado por compra dos quinhões do Prado, 13.12.1871.

enquadramento, dimensão, historial de formação, tipo de solos, culturas/utilização do solo e estruturas associadas. Por outro lado, não é fácil fazer o seu estudo e descrição, particularmente no que remete para as suas fases iniciais, dada a escassez de informação que possa ter relevância.

Vejamos as características gerais deste tipo de propriedade. Em primeiro lugar, a localização das quintas. Todas se encontram nas zonas marginais do vale, ou seja, nas zonas onde as cheias não chegam, ou quando as atingem é de forma tangencial (fig. 8). No que respeita à dimensão, esta varia entre os 20 hectares (quinta de Alfarela) e as centenas de hectares (quinta da Portela), mas com médias de 50-80 hectares. Importa também referir as formas de delimitação. Ao contrário do que acontece noutras regiões, geralmente não existem vedações. Pode haver alguns troços de muros, que são referidos na documentação. Mas, na generalidade, as quintas são delimitadas pelos ribeiros, pelos caminhos, pontualmente por marcos, ou por elementos da natureza como uma árvore ou um penhasco. É por esta razão que são tão referidos os danos efetuados nos campos, courelas e barraís, pelos gados aí criados¹²⁴.

Uma característica importante destas quintas é apresentarem solos de diversos tipos, o que lhes permite adotar alguma diversidade de utilizações tanto para a agricultura, como para usos pastoris. Nas zonas superiores das quintas encontram geralmente solos resultantes da decomposição dos xistos/grauvaques – caso das quintas da Silveira, Portela, Casas Queimadas, Alfarela e Rego da Lousa – ou da formação granítica – particularmente a quinta de Villa Maior, mas também as quintas da Granja e Carvalhal. Depois existe alguma variabilidade. Nas quintas aludidas em primeiro lugar passa-se diretamente para a existência de solos aluvionares, resultado de cheias extraordinárias. No caso da quinta de Villa Maior, possui solos ainda globalmente graníticos, mas em que a decomposição é maior – zona de *sairinhos*; e possui já solos areno-argilosos e solos de tipo aluvionar. No caso do Carvalhal, combina solos argilo-arenosos (*barreiros*) com solos resultantes de depósitos de cascalho e solos aluvionares. Na quinta da Granja, depois dos solos graníticos aparenta passar-se para os solos de tipo aluvionar.

Relativamente á utilização dos solos verificam-se alguns padrões, mas também algumas diferenças quer entre quintas, quer segundo a cronologia. As divergências ter-

¹²⁴ Veja-se a título de exemplo, os protestos pelos danos que os porcos existentes na quinta das Casas Queimadas fizeram nos campos da Vilaria (AHTM, FPCTM, Provimentos e Autos e Correição, Lv. 10, fl. 54)

se-ão vincado já no séc. XIX, com o alastrar da cultura da vinha. Mas vejamos primeiro o que se pode recolher a partir das informações documentais.

Tabela n.º 4 – Culturas das quintas, com base na documentação¹²⁵

	Séc. XVII	Séc. XVIII	1865	1895	Aprox. 1900
Villa Maior	Trigo, cevada, oliveiras	Centeio, oliveiras	Pouca vinha	Vinha replantada recentemente (300 pipas)	Oliveiras, vinha, pomar, horta, cereais
Carvalhal	Podem pastar cabras		Vinha		
Portela		Pastos, Azeite e Centeio			
Granja	Podem pastar cabras	Centeio	100.000 bachelos de vinha		Oliveiras, cereal, pomar, sobreiros e carrascos
Alfarela					Oliveiras, pomar, pastos
Casas Queimadas		Oliveiras e amendoeiras; Porcos			
Rego da Lousa					Cereal, amendoeiras e oliveiras
Silveira		Cereais e Oliveiras	300 pipas de vinho (ref. ^a De 1895)	Vinha, Olival e amendoal	Vinha, cereal, oliveiras, amendoeiras, pomar e horta

Pelo inscrito nesta tabela, podemos ficar com uma ideia mais ou menos precisa de algumas quintas, como é o caso de Villa Maior. Porém, torna-se evidente que os dados são manifestamente insuficientes. É natural que todas as quintas, dadas as condições do terreno, produzissem um ou vários tipos cereal, em todos os períodos. O mesmo acontece com a colheita do azeite. E neste caso particular, verificando-se a antiguidade das oliveiras da quinta de Alfarela, do Rego da Lousa e da Granja, pode-se comprovar que terão bem mais de um século de existência. Sobre os pastos levanta-se a mesma questão, particularmente no caso do gado ovino, dado que, ainda no séc. XX, era uma prática comum em algumas – caso da Portela e Granja – possuírem grandes rebanhos, arrendando inclusive os pastos dos barrais e courelas no período de inverno¹²⁶. Pouco credível é a ausência de referências ao gado bovino, a principal força

¹²⁵ Veja-se a tabela das referências às quintas, em anexo (tabela n.º 21).

¹²⁶ Informação do Sr. João Leonardo.

motriz para o trabalho dos campos. No caso da quinta da Silveira, o leite da vacaria serviu de alimento à população de Moncorvo até à segunda metade do séc. XX¹²⁷.

Por fim, uma referência à horticultura, somente tida em conta nas quintas de Villa Maior e Silveira, e já no final do séc. XIX. Não é porém de excluir que já houvesse hortas anteriormente, quer especialmente na primeira, como também no Carvalhal, na Granja e na Portela que apresentam melhores condições.

Outra ideia que parece ficar patente neste quadro é a transformação ocorrida no séc. XIX com a introdução do cultivo da vinha. Ora se podemos considerar esta expansão como correta até às pragas do oídio e depois da filoxera, certo é que em nenhum local, até ao final do séc. XX, a vinha se sobrepunha às restantes culturas. Somente a partir dos anos de 1980 é que se assistiu a um novo fulgor do cultivo da vinha, particularmente nas quintas, fruto dos apoios comunitários à reconversão agrícola¹²⁸.

Para reconstituir o edificado das quintas, a documentação escrita, se bem que sobre alguns aspetos possa ser proveitosa, no geral é também bastante insuficiente, em particular pela pouca relevância atribuída a algumas das construções.

Tabela n.º 5 - Construções rurais das quintas¹²⁹

	Casa	Eira	Lagar de Vinho	Armazém	Corriça ou Estábulo	Moinho	Palheiro	Forno	Capela	Pombal
Villa Maior	1625; 1900	1625	x	1900		1625; 1900	1900	1900		x
Carvalhal	1629 e ss.	x	1865	1865				x		
Portela	x	x			x				x	
Granja	1900	1900	x	1900	x		1900	x		
Alfarela	x	x						x		
Casas Queimadas	x	x			x					
Rego da Lousa	1900	1900			x					
Silveira	1757; 1895; 1900	1900	1895; 1900	1895; 1900	x		1900	x	x	

¹²⁷ Informação do Sr. João Leonardo; facilmente comprovável, inclusive na recente publicação autobiográfica de Ana Maria Magalhães (MAGALHÃES, Ana Maria, *Tudo tem o seu tempo*, op. cit., pp. 99 e 177)

¹²⁸ Assim como as alterações legislativas de 1980, que legalizam todas as vinhas que tinham sido plantadas até então de forma irregular.

¹²⁹ As datas são indicativas da sua presença, cf. a documentação. Já os campos assinalados com um x, representam os casos que foram confirmados mediante os trabalhos de campo.

Neste aspeto temos também de realçar que particularmente as quintas de Alfarela, Casas Queimadas e Rego da Lousa possuem muito menos variedade de estruturas e uma qualidade construtiva inferior, relativamente às quintas de Villa Maior, Granja, Carvalhal e Silveira. E isto prende-se, em primeiro lugar com materiais de construção utilizados – xisto *versus* granito –, mas principalmente pela riqueza e tipo de investimento efetuado pelos proprietários, particularmente no séc. XIX.

Tomemos como exemplo as habitações. No caso das quintas de Alfarela, Casas Queimadas e Rego da Lousa, são construções rurais em xisto, o que atualmente se define como vernacular, sem elementos arquitetónicos de vulto, porque muito provavelmente serviriam como habitação do caseiro, dos pastores e trabalhadores sazonais (se houvesse), bem como de armazém. Já nos restantes exemplos, tal não acontece. Particularmente no caso das quintas de Villa Maior, Granja, Carvalhal e Silveira existe uma distinção entre as casas de habitação do proprietário, a dos caseiros ou feitor, e a dos restantes trabalhadores. Porém, é certo que as construções dos proprietários em todos os casos aparentam ser de traça recente.

Entre estas estruturas habitacionais temos de realçar duas, por se revestirem de alguma antiguidade que as faz remontarem pelo menos ao séc. XVII. Em primeiro lugar as casas dos trabalhadores e feitor da quinta da Silveira, na zona a poente da atual estrada nacional, que são anteriores à reformulação da quinta empreendida por António Caetano de Oliveira, e poderão ter servido de estalagem, referida por diversos autores¹³⁰. Depois, as casas da quinta da Portela (fig. 72). Sabe-se que neste local, em meados do séc. XVIII, existia também uma estalagem¹³¹, que poderá ser esta edificação, posteriormente reaproveitada para casa de habitação do proprietário, construindo-se à margem a habitação dos feitores.

Pela qualidade construtiva e arquitetónica impõe-se a referência à casa da quinta da Silveira (fig. 73), construída já no final do séc. XIX, a mando de António Caetano de Oliveira. É uma habitação de cariz moderno, completamente diferente das existentes em todas as outras quintas, com amplos quartos e salas com fins determinados, muito ao gosto romântico.

Relativamente a outras estruturas, todas as quintas possuem eiras, estrutura muito importante na atividade agrícola, utilizando-se nomeadamente para malhar o

¹³⁰Nomeadamente ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IX, IPM/Museu Abade de Baçal e Câmara Municipal de Bragança, 2000, p. 482.

¹³¹ Referida, nomeadamente, no livro mestre da décima de 1765 (AHTM, FPCTM, Décima, Torre de Moncorvo, lv. 7).

cereal e o feijão, mas também para secagem dos figos. As eiras são lajeadas com xisto ou granito, conforme a disponibilidade do local. (fig. 71).

Mais interessante é a referência ao moinho da quinta de Villa Maior. Tem algum sentido, dado que o ribeiro dos Cavalos passa pela quinta. Estranho é não existirem moinhos quer na quinta da Silveira, quer na Granja e Carvalhal. Os fornos de cozer pão são estruturas importantes, daí a sua presença em algumas quintas, sendo de admirar a existência de somente um pombal.

Os estábulos ou *corriças* do gado são estruturas também indispensáveis, não tendo qualquer característica distintiva, excetuando os casos da quinta da Silveira e da Granja, provavelmente já construídos no séc. XX. Referem-se também somente três palheiros, que são as construções de maior vulto, sendo certo que as outras quintas possuíam locais para recolher a palha, nem que fosse para *fazer a cama* dos animais, bem como para a sua alimentação.

Sobre os armazéns e os lagares de vinho, pode-se afirmar com certeza que datam de meados do séc. XIX, no caso da Quinta do Carvalhal, sendo os restantes um pouco mais recentes. São estruturas amplas, recorrendo a técnicas modernas, particularmente interessantes na quinta da Silveira, bem como na do Carvalhal.

Em suma, pelo acima descrito, importa registar algumas considerações. Em primeiro lugar, os dados de que se dispôs são insuficientes para precisar alguns pontos importantes, nomeadamente sobre as culturas; sobre a criação efetiva das quintas – no sentido de ser uma propriedade com uma casa de habitação e um conjunto de estruturas de apoio; sobre a questão dos proprietários; da sua cronologia e evolução como propriedade.

Porém, com base nos dados existentes¹³² podemos definir alguns aspetos e afirmar com segurança que até ao séc. XVIII existiam no vale quatro quintas: Villa Maior, Granja, Carvalhal e Portela. Destas, a de Villa Maior é a de dimensão mais considerável, apresentando um conjunto de estruturas de apoio agrícola relevantes. A quinta da Portela seria uma quinta mais vocacionada para a pastorícia, tendo uma estrutura habitacional imponente, mas fica por esclarecer se esta era efetivamente a estalagem ou a casa principal da quinta.

No séc. XVIII, assiste-se ao surgimento de três novas quintas: Alfarela, Rego da Lousa e Casas Queimadas. Todas elas apresentam estruturas modestas, fruto também do

¹³² Veja-se a tabela n.º 21, em anexo, onde se enumeram cronologicamente as referências a cada uma das quintas.

material de construção que dispõem – o xisto. Funcionalmente centram-se na pastorícia e na produção de cereal e alguns núcleos de oliveiras.

Com o séc. XIX, graças ao espírito empreendedor, fruto dos capitalistas geralmente vindo das antigas famílias de cristãos-novos, assiste-se a uma reformulação das quintas de Villa Maior, Carvalhal, Granja e Silveira. A Silveira terá sido a última e a que sofreu mais transformações¹³³. Nesta fase de final do séc. XIX, surgem outras pequenas quintas, já no limite superior da área estudada, como é o caso da Pedra Danta ou a quinta das Eiras, assim como a quinta do Feiticeiro, junto ao Lodoal, que teve uma vida efémera e muito instável, fruto das cheias periódicas do vale¹³⁴. Ao contrário do que se poderia pensar, nenhuma das quintas reformuladas, ou das constituídas nesta data tem qualquer relação com a venda de terrenos públicos.

¹³³ Para uma descrição da quinta, além das citadas no texto, veja-se MAGALHÃES, Ana Maria, *Tudo tem o seu tempo*, op. cit, pp. 97-100 e 167-195

¹³⁴ A casa da quinta construída em 1859, conforme consta num lintel de uma das portas, ficou totalmente submersa por mais de uma vez. A atestá-lo está uma marca, no paramento norte, relativa á cheia de 1966. Ora, sabemos que quer a cheia de 1909, 1955 e 1961 atingiram maiores proporções, tendo sido mais devastadoras.

3 – As culturas e a importância dos gados no vale

O tema que este capítulo trata é a razão por que o vale da Vilarça é referido inúmeras vezes na bibliografia. Se se compulsar todas as informações facilmente se verificará que o tema indispensável, para além do tópico da fertilidade genérica do vale, é o das culturas. Como se sabe, a qualidade das informações é desigual: se nuns casos se chega ao pormenor de descrever cultura a cultura todo o ciclo anual do processo produtivo, instrumentos utilizados e montantes de produção, de que é expoente máximo José António de Sá, noutros fica-se pela breve menção de uma ou outra produção.

Sobre este tema em particular, o estudo empreendido por Nelson Campos Rebanda¹³⁵ é um marco para todo o Douro Superior, mas particularmente para a região aqui tratada. Não se limitando a compulsar as informações conhecidas na bibliografia e em algumas fontes manuscritas relevantes, avança novas interpretações, modificando muitas das conceções dadas por adquiridas sobre este espaço.

Se o vale da Vilarça é referido devido às suas culturas, aqui destacam-se claramente três, devido à sua invulgaridade relativamente ao que é comum no resto das áreas rurais do país: em primeiro lugar, o cânhamo; depois os melões e melancias; e, em menor escala, o feijão. Se o primeiro já é referido, pelo menos, desde o séc. XV, os restantes só começam a ser referidos a partir dos finais do séc. XVII. Porém, as culturas do vale não se ficam por estes produtos, apresentam uma variedade muito maior.

Tabela n.º 6 - Registo dos produtos existentes no vale, segundo fontes coevas¹³⁶

	Trigo	Milho	M. grosso	Centio	Cevada	Linho	Cânhamo	Azeite	Feijão	Grão	Melão e melancia	Cabaças	Legumes	Hortaliças	Vinho	Outras árvores de fruto
1459 ¹³⁷	x	x			x	x	x									
1545 ¹³⁸	x			x												
1549 ¹³⁹	x						x									
1592 ¹⁴⁰	x						x									

¹³⁵ REBANDA, Nelson Campos “A evolução da paisagem..., op. cit., pp. 240-315.

¹³⁶ As medidas do cânhamo são em pedras. As medidas dos sólidos são em alqueires (medida de Lisboa) e as dos líquidos em almudes (medida do Porto).

¹³⁷ Carta de Afonso V, de 7 de Julho de 1459 (Transcrito em ALVES, Francisco Manuel, *Memórias ...*, op. cit., vol. IV, p. 297; Original em ANTT, Leitura Nova, lv. 3, fl. 20v)

¹³⁸ APSA, Tombo de Santo António de Moncorvo, 1757, fls. 61v-65v. Veja-se tabela em anexos (tabela n.º 14)

¹³⁹ BARROS, João de, *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras os Montes*, Colecção dee Manuscritos inéditos agora dados à estampa, Tipografia Progresso, Porto, 1919, p. 119

¹⁴⁰ ADB, Gaveta das Cartas, n.º 4, fls. 267v-270. Transcrito em ABREU, Carlos, “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo, op. cit., pp. 105-111

1609 ¹⁴¹							x	x								
1682 ¹⁴²		x					x		x		x					
1684 ¹⁴³	x															
1699 ¹⁴⁴		x					x		x		x					
1706 ¹⁴⁵	x	x		x	x		16000	x			x		x	x		
1721 ¹⁴⁶	x					x	x	x			x		x			
1758 ¹⁴⁷	x				x		x	x	x	x	x	x				
1765 ¹⁴⁸	572	283	30	183	102		66	72	17	3	x					
1784 ¹⁴⁹	30000	12000		10000	4000	100	10000	5000	5000	200	x				2000	
1789 ¹⁵⁰	800	400	400	1200	300		200	440	150						400	
1805 ¹⁵¹		12000					x		x		x					
1865 ¹⁵²			x				x		x	x	x				x	
1882 ¹⁵³	x	x	x	x		x	x	x					x	x	x	x
1889 ¹⁵⁴			x								x			x		
1900 (c.) ¹⁵⁵	x			x				x							x	x
1904 ¹⁵⁶	x		x	x	x			x			x					
1908 ¹⁵⁷	x		x	x	x		x	x	x		x				x	x

No quadro acima estão enumerados os produtos referidos em fontes manuscritas e impressas, englobando todos os tipos de propriedades enunciadas em capítulo antecedente. Do exposto, mesmo que algumas fontes possam carecer de informação

¹⁴¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria, 1604-1609-1625*, Lisboa, 1974, p. 111-113

¹⁴² AHMT, CMTM, Actas, lv. 23, fl.69 e 84v, auto de 4 de Julho e 30 de Setembro de 1682

¹⁴³ AHTM, CMTM, Actas, lv. 25, fl. 84, auto de 25 de Novembro de 1684

¹⁴⁴ AHTM, FPCTM, Provimientos e Autos de Correição, lv. 1, fls. 111v

¹⁴⁵ COSTA, António Carvalho, *Corographia Portugueza...*, op. cit., pp. 418-426

¹⁴⁶ CARVALHO, António Veloso de, *Memórias da Torre de Moncorvo, mandadas fazer pela Câmara desta vila...*, 1721. (transcrito em FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo. Município Tradicional*, Torre de Moncorvo, 2001, pp. 435-453)

¹⁴⁷ Memórias Paroquiais de Torre de Moncorvo, Horta da Vilaria e Cabeça Boa. Publicadas em CAPELA, José Viriato et alii, *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, 2007, pp. 582-585; 594-595 e 603-607

¹⁴⁸ AHTM, FPCTM, Décima, Torre de Moncorvo, Lv. 7 (veja-se, em anexo, a tabela n.º 18).

¹⁴⁹ SÁ, José António de, *Descrição...*, op. cit., pp. 183-184

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle – “Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do séc. XVIII”, op. cit., pp. 216-234.

¹⁵¹ LINK, M., *Voyage en Portugal par le M. le Comte de Hoffmansegg; redige par M. Link, et faisant suite à son Voyage dans le même Pays*, Levraut, Schoell et C.gnie, Paris, 1805, pp. 20-24. De notar que este autor segue de perto as informações de José António de Sá.

¹⁵² VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit., pp. 107-118.

¹⁵³ LEAL, Augusto S. A. B. de Pinho, e FERREIRA, Pedro Augusto, *Portugal antigo e moderno. Dicionário...*, vol. XI, Lisboa, 1882, pp. 1312-1315.

¹⁵⁴ MARIZ, Joaquim de – “Uma Excursão Botânica em Traz os Montes”, in: *Boletim da Sociedade Broteriana*, Tomo VII, fasc. 1, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1889, p. 36

¹⁵⁵ CMTM, FACO, n.º 1 – Caderno da Relação de prédios pertencentes a António Caetano de Oliveira

¹⁵⁶ CARVALHO, Constâncio de, “A Vilaria”, *O Transmontano*, Torre de Moncorvo, ”, n.º 2659 de 26 de Maio de 1904 e n.º 2660 de 2 de Junho de 1904. Ed. em Moncorvo.

¹⁵⁷ PEREIRA, José Manuel Martins, *As Terras entre Sabor e Douro*, op. cit., pp. 76-80.

quer relativamente a culturas quer a montantes de produção, podem-se reter algumas informações de relevo.

Em primeiro lugar verifica-se muito claramente que o cânhamo, o trigo e o milho são produtos cultivados ao longo de todo o período em estudo, vindo já de séculos anteriores. Como atrás se referiu, são as três culturas praticadas nas *courelas*, bem como nos *barrais*, em sistema de rotação. No caso do cânhamo teria uma menor expressão neste último tipo de propriedade. São por isso as culturas com maiores montantes de produção.

Acerca do milho, convém esclarecer que até final do séc. XVIII, o milho aqui cultivado era o milho-miúdo, tendo por esta altura sido substituído pelo milho grosso, introduzido a partir do Minho¹⁵⁸. A primeira referência conhecida data de 1765, em que António Alves Teixeira tem de lucro das suas propriedades na Vilarça, 30 alqueires de milho grosso¹⁵⁹. José António de Sá só o refere explicitamente para a freguesia de Açoreira (concelho de Torre de Moncorvo)¹⁶⁰. A partir desta data os autores falam somente do milho – excetuando Pinho Leal que ainda os distingue –, sendo de se considerar que será sempre o milho grosso, tal como se verifica no séc. XX.

Sobre a cultura do cânhamo, existem múltiplas referências¹⁶¹, quer no que respeita ao cultivo, transformação, mercados, assim como à sua evolução no contexto do vale¹⁶², em conjunção ou contraposição com outras culturas. Estas menções, em termos qualitativos, são desiguais, mas este é um tema que merece por si um estudo aprofundado, que aqui não é possível¹⁶³. Porém, é possível traçar sinteticamente a evolução desta cultura, que se resume em três fases principais.

A primeira fase terá início pelo séc. XV/XVI e prolonga-se até 1656, data do regimento da feitoria. Esta será a fase de implantação da cultura, sendo certo que já teria uma dimensão forte desde meados do séc. XVI. No início do séc. XVII, a iniciativa

¹⁵⁸ MENDES, José M. Amado – “Trás-os-Montes nos finais do séc. XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)”, in: *Estudos Contemporâneos*, n.º 1, Instituto Politécnico de Bragança, Porto, 1980, p. 18

¹⁵⁹ AHTM, FPCTM, Décima, Torre de Moncorvo, lv. 7. Veja-se tabela n.º 18, em anexo.

¹⁶⁰ SÁ, José António, “Descrição Económica ...”, op. cit., p. 190

¹⁶¹ Veja-se particularmente SOUSA, Fernando de, et alii, “A agricultura ...”, ob. cit, pp. 311 e 324; VILLA MAIOR, Visconde de, “O Canamo na Villariça”, in: *O Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias correlativas*, volume VI, Tipografia Universal, Lisboa, 1863, p. 567-572; FERNANDES, Hirondino, “Da cultura do linho cânhamo em Moncorvo”, *Brigantia*, vol. 1, n.º 2, 1981, pp. 136-141; VERDELHO, Telmo, “A cultura do cânhamo em Moncorvo”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. I, n.º 0, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1981, pp. 7-15

¹⁶² É de particular importância a referência ao local onde se tascava o linho, na Foz do Sabor, margem esquerda, que surge no Tombo da Ribeira da Vilarça de 1777, assim como no Tombo dos bens da Igreja Matriz. Vejam-se as tabelas n.º 8, 10 e 13, em anexo.

¹⁶³ Trabalho iniciado por João Carvalho, de que não conhecemos desenvolvimento.

régia chama a si o controle da produção e transformação, com o estabelecimento da feitoria em 1617. As casas e armazéns localizaram-se no campo da Corredoura, no limite poente da vila de Torre de Moncorvo¹⁶⁴. Porém, é somente no reinado de D. João IV, com o Regimento de 1657, que se regulamenta a mesma produção.

Com este regimento inicia-se um novo período que se vai estender até meados do séc. XVIII. A autoridade régia controla efetivamente a produção, transformação e distribuição, com prejuízos notórios para os agricultores. Aparentemente a partir de meados da centúria de setecentos a máquina administrativa entra em decadência, talvez por falta de recursos monetários¹⁶⁵. A feitoria ou cordoaria acaba por ser abandonada ainda na década de 40, tendo sido instalado nesse edifício o depósito de pólvora em 1754, na preparação para a guerra que se avizinhava¹⁶⁶.

Inicia-se aqui uma terceira fase, marcada pela lenta agonia da produção do cânhamo. É relevante o ano de 1771, em que se extinguem todas as feitorias do reino, mantendo-se porém na Vilariça uma produção elevada até à década de 90 desse século. Importa também referir que desde 1788, por iniciativa de Pina Manique, e até 1817 surgem várias notícias com vista à animação da cultura, continuando esta permanentemente a decair. Nesta data a produção cifra-se pelas 800 a 1000 pedras de linho. No início do séc. XIX, os edifícios da feitoria acabam por ser vendidos a particulares¹⁶⁷. Ainda no século XIX, o último grande impulsionador desta cultura é o Visconde de Villa Maior, com o seu importante artigo sobre o cânhamo na Vilariça e o modo de o tornar novamente uma cultura atrativa, tal como fizera quase 70 anos antes José António de Sá, e ambos sem sucesso. O cultivo continua a ocorrer até meados do séc. XX, com produções cada vez mais marginais. Nesta fase de decadência a transformação do linho passa de Torre de Moncorvo para Vila Nova de Foz Côa, servindo para o consumo local e regional¹⁶⁸.

¹⁶⁴ Sobre as funções aí desempenhadas veja-se VERDELHO, Telmo, “A cultura do cânhamo...”, op. cit., pp. 7-15, com base nas informações do regimento de 1656; e FERNANDES, Hirondino, “Da cultura do ...”, op. cit., pp. 137-138. Além das poucas informações aí contidas não conhecemos outras adicionais.

¹⁶⁵ Cf. FERNANDES, Hirondino, “Da cultura do ...”, op. cit., pp. 141.

¹⁶⁶ Guerra dos 7 anos em que Portugal, e particularmente na vila de Torre de Moncorvo, acabou por ser invadida pelas tropas espanholas.

¹⁶⁷ Uma parte destes edifícios foi transformada em lagar de azeite, existindo ainda hoje, se bem que bastante adulterados e com outras utilizações, nomeadamente *stands* de automóveis e oficinas. Situam-se no largo da Corredoura, em Torre de Moncorvo, defronte da antiga escola primária.

¹⁶⁸ Veja-se em anexo uma cronologia com as principais referências desta cultura e da feitoria em Moncorvo, e em particular o cultivo no vale da Vilariça, bem como dos factos aqui apresentados.

A crer no que escreveu Manuel Severim de Faria, a oliveira terá sido introduzida no vale no final do séc. XV¹⁶⁹. Porém, surge como uma cultura com maior incremento a partir dos meados do séc. XVII¹⁷⁰. Conforme refere o Visconde de Villa Maior, a partir de meados do séc. XVIII a situação ter-se-á estabilizado, mantendo-se as árvores existentes¹⁷¹. A produção, no que concerne à área em estudo, não era muito relevante, concentrando-se nas quintas, existindo pontualmente uma ou outra oliveira nos barrais. A comprová-lo estão os tombos privados¹⁷², bem como as referências de José António de Sá¹⁷³. Ainda hoje se pode verificar esta evidência, se bem que existam *barrais* que sejam totalmente preenchidos por oliveiras, facto que terá ocorrido em data posterior a 1850. É importante anotar aqui que em 1765, existiam 5 lagares de azeite em Torre de Moncorvo, 2 em Cabeça de Mouro, 1 em Cabeça Boa e 1 na Horta da Vilariça¹⁷⁴, o que é considerável, particularmente os existentes em redor do vale – Cabeça de Mouro, Cabeça Boa e Horta da Vilariça. Porém, verifique-se o facto de nenhuma das quintas estudadas possuir algum lagar de azeite, indicando talvez que esta produção seria mais significativa noutras partes das respetivas freguesias, como acontece na de Torre de Moncorvo¹⁷⁵.

No terceiro quartel do séc. XVII assiste-se a um importante incremento no cultivo dos legumes e hortaliças¹⁷⁶. Assumem particular importância o feijão pequeno, dito *vilariço* ou *chícharo*, bem como o grão-de-bico, os melões e melancias e as *cabaças* ou abóboras. Se alguns se produzem para o mercado local e regional, existem produtos que atingem dimensão nacional. O caso dos melões é paradigmático, sendo

¹⁶⁹ REBANDA, Nelson Campos, *A evolução da paisagem...*, op. cit., p. 252

¹⁷⁰ Idem, p. 257

¹⁷¹ O Visconde de Villa Maior refere mesmo que no último século, ou seja, entre 1765 e 1865, somente dois proprietários de Moncorvo efectuaram plantações relevantes (VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit, pp. 116).

¹⁷² APSA, Tombo do Morgado Santo António de Moncorvo, 1757; AHTM, FACO, n.º 1. Vejam-se em anexo as tabelas de resumo das propriedades constantes destes tombos.

¹⁷³ SOUSA et alii, “A Agricultura da Comarca de Moncorvo...”, op. cit, p. 311

¹⁷⁴ AHTM, FPCTM, Décima, Torre de Moncorvo, Lv. 7. Os de Torre de Moncorvo pertenciam a Benta Escolástica de Morais, António Sarmiento de Vasconcelos, António Francisco de Carvalho e Castro, José Luís Carneiro de Vasconcelos e Manuel António de Gouveia Sá e Vasconcelos. Em Cabeça de Mouro pertenciam a Tomás Silvestre Vannini, de Vilarinho da Castanheira e outro ao Dr. Mergulhão, de Ligares. Na Cabeça Boa, Manuel Morgado possuía $\frac{3}{4}$ de um lagar. Na Horta da Vilariça, o lagar era de Domingos Fernandes. Para o caso de Torre de Moncorvo, lamenta-se o facto de todos os lagares terem sido destruídos ao longo do séc. XX.

¹⁷⁵ O principal centro oleícola ficava na zona circundante à vila, estendendo-se pelas encostas entre a vila e os vales da Vilariça e Sabor.

¹⁷⁶ Luís Medeiros Velho refere que o avanço do cultivo destes produtos se fez à custa da decadência do cultivo do cânhamo. (*Plano das vantagens dos interesses que resultão à Nação Portuguesa pelo estabelecimento da esquecida agricultura do canamo*, transcrito por OLIVEIRA, Aurélio, “Memória sobre os Linhos...”, op. cit., pp. 148. No caso do vale parece não haver tal problema, tendo as diversas culturas coexistido por largos anos e com produções assinaláveis.

aludidos largamente na bibliografia científica, mas também na literatura¹⁷⁷. Dada a sua relevância, era comum verem-se nos *barrais* e *courelas* até ao séc. XX, cabanas feitas com a palha do centeio, destinadas ao abrigo dos guardas dos meloais (fig. 80). A referência aos cabaneiros ou guardas dos meloais, que sofriam de várias doenças, nomeadamente a malária, designada também por *sezão* ou *febre palustre*, recua já ao séc. XV¹⁷⁸, reforçada no séc. XVIII¹⁷⁹ e XIX¹⁸⁰.

A cevada parece ter tido alguma importância aqui somente no séc. XVIII, fase em que é sempre referida, pese embora o seu cultivo já no séc. XV. Com base nos montantes reportados, pode-se considerar, no séc. XVIII como a sexta cultura. A sua produção teria como principal função a alimentação do gado¹⁸¹.

O vinho é neste quadro referido no séc. XVIII, em parte da freguesia de Moncorvo. Se seguirmos a informação do Visconde de Villa Maior, a introdução da vinha no vale deve-se a António Bernardino Gomes, “*que de 1836 a 1840 plantou as primeiras vinhas nas proximidades do valle da Villarça nos terrenos argilosos*”¹⁸², ou seja, nos terrenos altos junto à aldeia da Horta da Vilarça¹⁸³. A sua expansão terá ocorrido mais tarde, sempre no entorno do vale e no contexto das quintas que então se reformulavam – Villa Maior, Silveira, Carvalhal e já no rio Douro, o Rego da Barca e as Bandeiras. O impulso desta cultura deve-se particularmente à família Oliveira Pimentel – Luís Cláudio e o filho Júlio Máximo, depois 2.º Visconde de Villa Maior – João António Monteiro e, posteriormente, a António Caetano de Oliveira. Ainda que tardiamente, a filoxera também aqui se fez sentir, como relata Afonso Pereira Cabral,

¹⁷⁷ Podem-se referir além dos já citados no quadro acima, por exemplo: Francisco da Fonseca Henriques, em *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, Lisboa, 1731, p. 225, e *Aquilegio Medicinal ...*, Lisboa, 1726, pp. 248-249; Duarte Rebello de Saldanha em *Ilustração Medica, ethico-politica, historico-sistemática, sceptico-ecletica, físico-analítica, e theorico-pratica...*, Offic. de Joam de Aquino Bulhoens, Lisboa, 1762, p. 120; Campos Monteiro em *Versos fóra de moda*, Porto, 1922, p. 277; Camilo Pessanha na sua *Correspondência, dedicatórias e outros textos*, Lisboa, 2012; Manuel Botelho de Oliveira (citado por Manuel de Sousa Pinto, *Manuel Botelho de Oliveira*, Lisboa, 1926, p. 16); José Leite de Vasconcelos em *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, 1980, vol. II, p. 89 e vol. III, p. 170; ou Sant’ Anna Dionísio, em *Ares de Trás-os-Montes*, Porto, 1977, pp. 6 e 268

¹⁷⁸ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias ...*, op. cit., tomo IV, pp. 302-303

¹⁷⁹ No Livro mestre da décima, datado de 1765, são referidos como existentes na freguesia de Cabeça Boa 12 cabaneiros, num total de 68 pessoas registadas, ou seja, quase 1/5 do total (AHTM, FPCTM, Décima, Torre de Moncorvo, Lv. 7)

¹⁸⁰ Evidencia-se o trabalho de Ricardo Raphael de Almeida, *Ligeira contribuição*, op. cit., principalmente a pp. 35-36

¹⁸¹ Era para esta função que era cultivada no séc. XX, no vale. Sabe-se que hoje a sua produção é maioritariamente para o fabrico de cerveja, o que poderá ser um aspeto a considerar.

¹⁸² VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit, pp. 116.

¹⁸³ Apesar desta informação, o mesmo Visconde refere que no Rego da Barca, já existiam vinhas desde 1815 (VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit, pp. 64). Apesar desta quinta já se situar fora do vale da Vilarça, e assim do âmbito estrito deste trabalho, é uma informação relevante a considerar.

isto já em 1881. Assim, dentro do período estudado, esta continua a ser uma cultura marginal no contexto do vale, tendo alguma projeção na área das quintas, ainda que diminuta.

Merecem aqui uma referência as árvores de fruto. É certo que somente surgem no final do séc. XIX, associadas diretamente ao vale. Porém, existiram, pelo menos desde o final do séc. XVII, no entorno da vila de Moncorvo¹⁸⁴. No séc. XIX, fala-se de pomares nas grandes quintas de António Caetano de Oliveira¹⁸⁵, que poderão ter sido plantados a seu mando. Nos meados do séc. XX, já existiam disseminadas pelas quintas e alguns barrais espécies como: as figueiras; pereiras, em grande quantidade e qualidade; pessegueiros, ameixeiras e nespereiras. Os figos eram secos ao sol e usados quer para a destilação como para alimento dos trabalhadores das grandes quintas no inverno¹⁸⁶. Por fim, uma referência às frutas de espinho, que já terão sido plantados no troço final do Sabor no final do séc. XIX, com bons resultados, dada a sua qualidade.

Os gados na Vilaria desempenham um duplo papel. Se, por um lado, se constituem como fontes de valor e rendimento económico, por outro lado, são elementos perturbadores do normal desenvolvimento e aproveitamento das culturas. O mais comum é encontrarem-se referências aos danos causados pelos gados – particularmente ovelhas, cabras, bois e porcos.

Os bovinos eram os animais por excelência utilizados para os trabalhos agrícolas no vale, quer para as lavras, como para o transporte. Esta realidade só se altera já em meados do séc. XX, com a introdução dos tratores. José António de Sá refere-se à quase inexistência de criação de gado, sendo comum virem da Galiza, Montalegre e Chaves¹⁸⁷. Não é de excluir o uso da raça Mirandesa. Tanto nos provimentos da correição¹⁸⁸ como nas atas da Câmara se verificam várias referências aos bois utilizados na Vilaria, tanto pela sua utilidade para os trabalhos agrícolas, como pelos danos causados. É particularmente interessante a postura de 28 de Julho de 1730, em que se ordena a António Teixeira Alves, que retire os bois da Ribeira, no Boedo, pelos danos que causavam aos moradores da Horta da Vilaria¹⁸⁹. Existem também provimentos em

¹⁸⁴ COSTA, António Carvalho, *Chorographia Portugueza...*, op. cit., p. 425

¹⁸⁵ CMTM, FACO, n.º 1 (veja-se quadro de resumo em anexo)

¹⁸⁶ Informações do Sr. João Leonardo, confirmadas por diversos agricultores e trabalhadores da Vilaria.

¹⁸⁷ SOUSA, Fernando de, et alii, “A agricultura da comarca de Moncorvo...”, op. cit, p. 334

¹⁸⁸ Encontram-se referências, pelo menos, nos anos de 1701, 1703, 1708, 1715, 1716, 1734, 1736, 1738.

¹⁸⁹ AHTM, CMTM, Actas, lv. 59, fl. 42

que se autoriza o pasto dos bois nas courelas dos seus proprietários¹⁹⁰, como também nos baldios¹⁹¹.

O gado ovino é também comum no vale. A raça é autóctone, denominada de Churra da Terra Quente. São conhecidas as referências, particularmente nas quintas, para a produção de leite, queijo, carne e lã. Os pastos de verão e de inverno da quinta da Portela são recorrentemente referidos nos livros da décima, bem como o queijo da quinta do Carrascal¹⁹², por José António de Sá. As posturas dirigidas a este tipo de gado relacionam-se, geralmente, com os danos que fazem nos renovos, principalmente no verão e outono¹⁹³. É comum também encontrarem-se posturas a impedirem a mistura de cabras com ovelhas, prática aliás proibida pela legislação do reino, a pedido dos procuradores de Torre de Moncorvo, em capítulos de Cortes no reinado de D. João IV¹⁹⁴.

Justamente sobre as cabras que, desde 1631¹⁹⁵, pelo menos, foram impedidas de entrar na Vilariça pelos danos que causavam a todas as culturas, existem também algumas referências sobre as suas transgressões¹⁹⁶.

Por fim, as referências aos porcos na Vilariça são muito menores¹⁹⁷, sabendo-se que havia criação destes animais na quinta das Casas Queimadas, como já se disse em capítulo anterior¹⁹⁸.

¹⁹⁰ AHTM, FPCTM, Provimentos e autos de Correição, lv. 7, fl. 30v.

¹⁹¹ AHTM, FPCTM, Provimentos e autos de Correição, lv. 6, fl. 83.

¹⁹² A quinta do Carrascal situa-se a montante do Boedo, quase totalmente na área concelho de Vila Flor.

¹⁹³ São inúmeras as referências a este facto quer nos provimentos da correição como nas atas da Câmara. É este um dos motivos principais que leva a que se crie o lugar de Meirinho da Ribeira, em 1699 (AHTM, FPCTM, Provimentos e autos da Correição, lv. 1, fl. 111), que se irá manter ao longo de todo o séc. XVIII e XIX.

¹⁹⁴ CARVALHO, Porfírio Homem de, Primeiras linhas de direito agrário deste reino, Impressão Régia, Lisboa, 1815, cap. IV, § 6º.

¹⁹⁵ Sentença emitida pelo Desembargo do Porto, a favor dos moradores de Açoreira, termo de Torre de Moncorvo, que engloba o termo dessa freguesia, como também a de Moncorvo e Larinho. A sentença encontra-se registada no livro de atas da Câmara de 1676 (AHTM, CMTM, Actas, lv. 18, fls. 95 e ss).

¹⁹⁶ AHTM, CMTM, Actas, lv. 57, fl. 92v; AHTM, CMTM, Actas, lv. 103, auto de 29 de janeiro de 1806.

¹⁹⁷ Conhecem-se referências aos danos dos porcos da ribeira da Vilariça, segundo os provimentos em 1694, 1708 e 1797 (AHTM, FPCTM, Provimentos e autos de Correição, lvs. 1, 2 e 10)

¹⁹⁸ Veja-se capítulo 2.2.2.1.

4 – Os projetos de encanamento como melhoramento das condições agrícolas

Um dos ramos da engenharia hidráulica é a regularização e contenção dos caudais dos cursos de água, com particular destaque nos que apresentam especial relevo no âmbito das atividades económicas, como a agricultura e a pesca, ou no melhoramento das comunicações.

É conhecida a existência de vários projetos deste tipo no território nacional – como é caso dos rios Lima, Cávado, Tâmega, Vouga, Mondego, Tejo ou Sado – num leque temporal bastante vasto desde pelo menos o séc. XV até aos nossos dias. Na grande maioria dos casos, os trabalhos e, conseqüentemente, os resultados foram insuficientes ou nulos¹⁹⁹. São várias as causas apontadas para o fracasso destes projetos, de que se deve evidenciar a falta de conhecimentos, de técnica e de mão-de-obra, mas também os problemas de conjuntura política e económica, ou mesmo a falta de manutenção de alguns trabalhos efetuados. O mesmo não aconteceu em outros países europeus que, a partir do Renascimento, apostaram em vastos projetos hidráulicos deste tipo – como é o caso dos projetos em Espanha, França, Inglaterra, que trouxeram reconhecido desenvolvimento à economia desses países²⁰⁰.

No território estudado, até à data, era conhecida a referência do P.e Carvalho da Costa sobre trabalhos antigos²⁰¹; os ordenados por José António de Sá²⁰²; os que foram por ele referidos como tendo decorrido no séc. XVII²⁰³; o que Columbano Pinto Ribeiro de Castro aborda²⁰⁴; e a provisão e regimento para o encanamento da Ribeira da Vilarça e Rio Sabor, por ordem do Príncipe Regente em 1806 – transcritos pelo Abade de Baçal²⁰⁵. Acredita-se terem sido letra morta ou, no mínimo, que os projetos ou a sua aplicação foi deficiente.

¹⁹⁹ A regularização eficaz do curso da maior parte destes rios só foi conseguida em pleno séc. XX, com os projectos do Ministério das Obras Públicas, tanto na construção de diques, como é o caso do Rio Tejo e Sado, como com os vários empreendimentos hidroelétricos.

²⁰⁰ Essa informação já é referida em pleno séc. XVIII, por Domingos Vandelli, nas Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa.

²⁰¹ COSTA, P. António Carvalho da – *Chorographia Portugueza, eDescripçam do Famoso Reyno de Portugal, ...*, Tomo I, Livro Segundo, Tratado I, Off. Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1706, pp. 425

²⁰² SOUSA, Fernando de, “A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, vol. IV e V, 1973-74, pp. 282-286.

²⁰³ cf. OLIVEIRA, Aurélio de, “Memória sobre os Linhos de Trás-os-Montes e Alto Douro de José António de Sá”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (10), GEHVID, Porto, 2000, p. 141; SOUSA, Fernando de, et alii, “A Agricultura da comarca de Moncorvo”, op. cit., pp. 312

²⁰⁴ MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1981, p. 237

²⁰⁵ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo IV, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000, pp. 316-323.

Sem prejuízo de poderem existir tentativas anteriores, conseguiram-se apurar os seguintes projetos e ordens de construção²⁰⁶. O primeiro projeto é referido por José António de Sá em 1794/1795 na *Memória sobre o Estado da Agricultura da Comarca de Moncorvo*²⁰⁷ ..., e em 1797 no *Parecer e Memória sobre a cultura dos linhos na Província de Trás-os-Montes...*²⁰⁸, com base nas determinações de Cortes de 1653, alvarás de 13 de Setembro 1655 e 19 de Setembro de 1656 – estes registados no Livro de Registos da Câmara de Moncorvo de 1616, a fl. 351v. e 368²⁰⁹. Com base nas informações de Sá, terão sido os procuradores de Torre de Moncorvo a solicitarem o encanamento, devido às “*desordens e demandas*” que existiam fruto das dificuldades que havia em fazer cumprir o que estava escrito no Tombo de 1629. O rei ordena pela primeira provisão que os proprietários das courelas plantem choupos ou amieiros, ficando a inspeção a cargo do juiz de fora. A obra começaria na primavera ou Outono seguinte. Segundo o mesmo autor refere, tal não chegou a efetivar-se por incumprimento do juiz de fora²¹⁰. Assim, em 1656 é incumbido o superintendente dos linhos cânhamos Mateus de Sá Pereira de a efetivar, sabendo-se que não teve qualquer efeito duradouro.

Em 1675, o Príncipe regente D. Pedro envia uma carta à Câmara com instruções precisas para se efetuar o encanamento da ribeira e rio Sabor, por ser muito conveniente. Determina ainda que se faça com toda a brevidade.²¹¹ Esta nova ordem indica claramente que as anteriores não teriam sido cumpridas.

Como anexo à referida carta estão inclusas as instruções para a obra. Começa por referir que os trabalhos terão início no Boedo, junto à quinta do Carrascal até à foz do rio Sabor. No que reporta à ribeira, ordena que o novo álveo seja aberto no local mais conveniente e que faça menor dano aos campos, com a largura e profundidade suficiente para recolher toda a água, mesmo em leito de cheia. Nas margens construir-

²⁰⁶ Veja-se em anexo a tabela n.º 22

²⁰⁷ Publicada integralmente em SOUSA, Fernando de, et alii, “A agricultura ...”, ob. cit., pp. 298-338

²⁰⁸ Publicado integralmente em OLIVEIRA, Aurélio de, “Memória sobre os Linhos ...”, ob. cit., pp. 137-152

²⁰⁹ Segundo António Veloso de Carvalho, que redigiu em 1721, as Memórias de Torre de Moncorvo para serem enviadas à Academia Real de História Portuguesa, as provisões constantes no livro velho das provisões sobre o encanamento datam de 7 de Setembro de 1655 e 15 de Outubro ? de 1656 (citada em FERNANDES, Ilda, *Torre de Moncorvo. Município Tradicional*, Torre de Moncorvo, 2001, p. 448). Infelizmente o livro em questão não existe no AHTM, e não foram localizadas nos arquivos centrais.

²¹⁰ SOUSA, Fernando de, et alii, “A agricultura ...”, ob. cit., p. 312; OLIVEIRA, Aurélio de, “Memória sobre os linhos...”, ob. cit., p. 140

²¹¹ Carta de 19.12.1675. Transcrita em AHTM, CMTM, Actas, Lv. 17, fl. 54

se-á um marachão²¹², fortificado com estacas de pinho provenientes do Roboredo, metidas ao *bogio*, isto é, enterradas com um bate estacas, plantando-se árvores paralelamente. Reforça-se que os marachões devem ter bastante altura para que o gado não possa passar nem destruir, a eles ou às árvores enquanto não crescerem. Estipula ainda que deverão ser feitas algumas passagens no curso da ribeira. O encanamento do rio Sabor será efetuado da mesma forma, podendo ser fortificado com pedra em zonas mais sensíveis ao ímpeto das águas. Para a efetivação das obras é ordenado que venham trabalhar as companhias de ordenanças e de auxiliares da província, com a ferramenta necessária, depois de fortificarem as praças. Deverão assistir à obra o Governador das armas da província, bem como o Juiz de Fora de Moncorvo e o Capitão-Mor, que à data era o Feitor da feitoria dos linhos cânhamos. Para o pagamento contribuíam os proprietários, incluindo a Câmara como administradora dos bens da Igreja, assim como os rendimentos da terça real.

Pelo que acima se expõe, este seria um empreendimento de grande dimensão, sendo necessários conhecimentos técnicos consideráveis, ao contrário do que tinha sido ordenado por D. João IV, em 1653-1656, que somente requeria a plantação de árvores. Daí que seja requisitado o exército e não os habitantes de Moncorvo para a sua prossecução. Mas, qual seria o resultado? Não temos a certeza se os trabalhos sequer tiveram início, mas pelo que indica no final do séc. XVII o padre António Carvalho da Costa: “[Os campos] *acham-se ao presente destroçados com os estragos, que nelas executa a Vilarça com as mudanças que faz de sua corrente, que à poucos anos se intentou encanar; obra utilíssima, se se conseguira*”²¹³. Isto parece indicar que as obras terão tido início, mas não foram concluídas, e assim os danos nas propriedades prosseguiram.

Em 1697, o corregedor Gaspar Cardozo ordena que se encane a ribeira da Vilarça nos Quinhões do Prado, através da plantação de árvores e à custa dos rendimentos da Igreja, que a Câmara administra, iniciando-se as obras em Outubro desse ano. Vê-se que este é novamente um projecto modesto, cujos efeitos são duvidosos, dado que se aplica a uma pequena parcela de terreno, ficando o resto dos

²¹² “Obra de pedra, & cal na borda do rio, a modo de cães, para ter mão nas cheas; ou valla, que em lugares paludosos se levanta, para fazer escorrer a agua das terras.” (BLUTEAU, Raphael – Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico..., vol. 5, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, 1712-1728, p. 316).

²¹³ COSTA, P. António Carvalho da – *Chorographia Portugueza...*, op. cit, p. 425. Como se sabe, apesar desta obra ter sido publicada pela primeira vez em 1706, terá sido redigida com base em informações do séc. XVII. Assim, o autor deve referir-se aos trabalhos de 1675.

campos totalmente desprotegidos. Não sabemos da sua concretização, mas é certo que não volta a ser referido nos provimentos, nos anos imediatos. Porém, nas atas municipais de 1700, logo três anos depois, é ordenada a construção de uma safarda²¹⁴ e marachão na ribeira da Vilariça, no sítio do Boedo, ou seja, um pouco acima da ordenada pelo Corregedor.

O marachão, segundo o auto de 4 de Agosto de 1700, seria de terra e pedra, plantando-se nele árvores e silvas, na forma enunciada pela ordem de 1675. Refere-se no mesmo auto que teriam de concorrer para esta obra todas as pessoas que tivessem fazendas no local – incluindo o concelho, por ser administrador dos rendimentos dos Quinhões do Prado e do Roncal, pertencentes à fábrica da Igreja Matriz – pois é “*comúa*” a todos e por o terem requerido alguns dos donos das terras. A administração da mesma obra é entregue ao Licenciado Domingos Pinto Velho, da Horta da Vilariça, por estar perto do local onde se iria construir bem como por ser o que teria melhores capacidades para a sua concretização, sendo obrigado a dar conta de todas as despesas e participar quais são os proprietários que aí possuem fazendas e qual a sua dimensão, de forma a repartir a despesa na proporção devida. O modo de construção seria determinado pelos oficiais da Câmara ou por alguém que eles nomeassem²¹⁵.

No auto de 22 de Dezembro do mesmo ano, é referido que tinha sido concedido, cerca de seis meses antes desta data, ou seja, em Abril, a Tomé Dias Sid, o aforamento de uma courela e mais terrenos adjacentes pertencentes ao concelho, com obrigação de pagamento de foro anual e da construção de uma safarda ou marachão, não concretizado pelo mesmo²¹⁶. Depreende-se que por este não a ter construído por sua conta é que foi lançada em Agosto a construção a cargo de todos os proprietários da ribeira.

Logo a 30 do mesmo mês, é apresentado o rol solicitado ao licenciado Domingos Pinto Velho, enumerando todos os proprietários que teriam de contribuir para a construção da referida obra, estipulando-se o valor que cada um teria de pagar – um vintém por vara – pela dimensão da sua propriedade na face encostada à ribeira. No

²¹⁴ Este deve ser um regionalismo pois apesar de não existir em nenhum dicionário antigo ou moderno, foi possível encontrar este termo no blogue Castelo Branco, sobre a região de Mogadouro que o aplica assim: “Sulco a sulco e lentamente as batatas iam-se regando conforme as instruções de seu pai pois dizia sempre para não abrir de mais a safarda, não conseguiria segurar a água. Mais algum tempo e estaria tudo regado incluindo os feijões e abóboras.” (http://castelobrancomogadouro.com/index.php?option=com_content&view=article&id=421:cronica-de-um-bom-malandro-&catid=51:isaias-cordeiro&Itemid=58).

Neste sentido a safarda é uma barreira que se usa para conter as águas, quando se procede à rega, ou melhor um dique de terra para conter as águas.

²¹⁵ AHTM, CMTM, Actas, lv. 29, fl. 51v-52.

²¹⁶ Idem, fls. 97-97v.

mesmo é também afirmado que Tomé Dias Sid também contribuirá pela courela e terreno que lhe foi aforado. Nesta data afirma-se que a safarda já tinha sido concluída na zona montante do Boedo (provavelmente junto à quinta da Terrincha), mas que se deveriam continuar os trabalhos para jusante, caso sobrasse dinheiro dos proprietários contribuintes²¹⁷. A cobrança é ordenada pela Câmara em 6 de Janeiro do ano seguinte, sendo o alcaide da vila, Roque da Rocha Maciel, encarregado de a efetivar junto dos proprietários, recebendo a quita correspondente pelo seu serviço²¹⁸.

Em 2 de Outubro de 1708 volta a ser referida a mesma safarda, alterando-se o termo marachão por estacada e referindo-se, certamente por lapso, que tinha tido início no ano anterior. Antes dissera-se que a obra de 1700 estava incompleta e Domingos Pinto Velho, entretanto já falecido (depois os seus herdeiros), tinha ainda ficado com cento e trinta mil réis²¹⁹. É ordenado o reinício das obras, mas não há notícia se se chegaram a concretizar.

Novamente em 6 de Dezembro de 1721 se determina que se faça uma safarda na Ribeira “*por ser muito necessario acodir aos quinhois do prado que rendem para a Igreja*”²²⁰. Esta obra é exclusivamente para defender os terrenos da Igreja, administrados pela Câmara, concorrendo para ela somente os rendimentos da mesma, e não de outros proprietários. No mesmo documento se refere que a obra terá início na terça-feira seguinte, portanto seria urgente e, talvez, de pouca monta. Repete-se assim o que se verificou em 1697. Será por falta de interesse, de visão e conhecimentos ou de meios monetários?

O que se pode dar por provado é que desde esta altura até à chegada de José António de Sá a Torre de Moncorvo não temos notícia de qualquer outro trabalho. São mais de sessenta anos sem qualquer atividade nem diretivas por parte dos oficiais. E sabemos que a situação da ribeira e das propriedades não era a melhor²²¹.

A vinda de José António de Sá para Torre de Moncorvo é uma autêntica revolução sob determinados aspetos. Neste caso em particular, como também em outros campos da administração, apesar de todos os seus esforços, quer pela escrita como pela prática, os trabalhos por ele ordenados e as suas solicitações ao poder régio não tiveram um desenlace favorável. Mas vejamos em pormenor: como o próprio refere, as

²¹⁷AHTM, CMTM, Actas, lv. 29, fl. 101v.

²¹⁸AHTM, CMTM, Actas, lv. 30, fls. 2v-3.

²¹⁹AHTM, CMTM, Actas, lv. 37 fls. 67v-68.

²²⁰AHTM, CMTM, Actas, lv. 50, fl. 91v.

²²¹ SOUSA, Fernando, et alii, , “A agricultura..., ob. cit, pp. 311-312.

primeiras preocupações com a ribeira datam do período em que é juiz de fora (1784 – 1788); porém, as decisões que toma não implicam nenhuma obra pública, ou seja, o encanamento.

Em 1788 toma posse como corregedor da Comarca de Moncorvo, e logo na sua histórica, extensa e minuciosa correição de 1789 desloca-se à Vilarça, analisa a situação dos campos e dos cursos de água dizendo que perante *“as miseráveis circunstancias a que os tem reduzido a negligencia, e descuido dos proprietários. [...] [por] não hir o rio encanado tomando inconstantemente novos leitos, e diversa corrente: daqui sucedem perdas irreparáveis, allem disso huma incerteza de domínio alterado com tantas contingências. [§] A outra parte da Vilarça até a fos do Sabor se acha também no maior estrago, porque a ribeira tem comido, e destruído os prédios confinantes correndo sem encanação, nem álveo certo.”*²²²

Perante o que viu, e de acordo com a jurisdição que possui, ordena o encanamento pelos donos das propriedades, descrevendo a melhor maneira de o reallizar: *“Á vista dos inspectores, e pessoas inteligentes com a assistência dos interessados, se demarcasse o leito antigo do rio, e o percizo álveo para o curso natural das águas, e dipoiz de se ter assentado na sua direcção se plantarião em linhas laterais, salgueiros, chopos, e outras arvores deste género com distancia de 5 ou 6 palmos, e com varas, e ramos se enterlaçarião as piquenas arvores á maneira de cestos, com a advertência de não ficarem muito tapados; no meio se lhe deitaria silvas, pedras, e ervas que apparecessem de ambos os lados, conservandose linhas rectas nas carreiras das estacas, o mais que podesse ser. Assim quando vem as cheias como estes séves não fazem resistência, vão-se coando as águas, e deixão muito nateiro no meio, e entre os ramos decidos: com o que succede que as arvores peguem em breve tempo, ficando a ribeira bem encanada. E em algumas profundidades, que se encontrarem, para que as arvores fiquem na mesma linha horizontal, e obviar a alguns piquenos regatos que se extravazão da ribeira, com damno da agricultura, se farião grandes cestos altos de 8 pes sem fundo, os quaes se encherião de pedras dipoiz de se terem posto nas ditas profundidades perpendicularmente chegados huns aos outros, e no primeiro anno se intupirião ate a altura de 8 pes, e no segundo se porião outros em cima sendo necessário até que ficassem no mesmo nivel que os campos vizinhos, ou que se obste inteiramente a sahida das aguas extravazadas; assim se evita o grande gasto*

²²² SOUSA, Fernando de, “A memória dos abusos praticados..., op. cit, pp. 282 e 284.

das assudes, as quaes pela maior parte cauzão damno, porque as enchentes escávão a terra oppé dellas, e a levão, quando todo enterasse hé que subsista com os eterogenios que trazem as aguas. Este methodo hé fácil, e tem feito o florescimento da agricultura de França, Inglaterra, e outros paizes. [§] O Sabor igualmente se podia encanar o qual supposto fosse mais deffícil, do que a ribeira, he com tudo em menos distancia; poiz que apenas chega a meya legoa desde a sua entrada na Vilariça até a fos do Douro; e assentamos na vezita que devia ser a sua direcção desde a fraga da Ola, em que começaria a encanarse ate defronte de Alfarela pela parte do poente e desde esta fraga tornaria a encanação pela parte do nascente indireitando o rio pelo citio dos Sairinhos até ao Douro.”²²³

Depois de um projecto tão preciso e elucidativo, o magistrado é lúcido ao considerar: *“Hé com tudo huma grande deffículdade para se executar a encanação deste rio, pela incerteza dos domínios: Por costume antigo confirmado pelos tombos, quando o rio tomava diverso curso, vg., para a parte esquerda os proprietários da direita agricultavão as suas courellas ate o rio lavrando o que ficava descoberto; igualmente sucedia na parte contraria, quando o rio se encaminhava para a direita, e nesta forma ficarião muitos prejudicados. E para evitar este damno, e obterse a encanação provi que requeressem a Sua Magestade para mandar proceder ás adjudicações precisas, citadas as partes, que poderião usar dos recursos competentes; occupandose em tanto na encanação da ribeira pela forma exposta.*”²²⁴ No mesmo provimento nomeia ainda João Carlos de Oliveira Pimentel para inspetor de agricultura e obras públicas, de forma a acompanhar os trabalhos.²²⁵

Como se pode observar, este projeto pouco difere do que tinha sido apresentado mais de cem anos antes (1675). Qual foi então o resultado? Nenhum. O próprio corregedor acaba por confessar isso mesmo em escritos posteriores, evidenciando os passos efetuados e os resultados (ou a sua ausência). Diz que nas representações à Rainha dá conta das ordens que tinha dado para o encanamento do rio Sabor, ribeira da Vilariça, e ribeiros dos Cavalos e Granja, que a mesma confirma por aviso de 1 de Setembro de 1790, mandando ainda que se elabore uma carta topográfica caso surjam dúvidas e se remeta à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Porém, refere adiante que *“ainda se não começou a dar passo algum nesta matéria, porque espero*

²²³Idem, pp. 284-285.

²²⁴ Idem, pp. 285-286. O mesmo problema já tinha sido levantado e estabelecida sua resolução em 1675. E vai-se colocar novamente em 1806.

²²⁵ AHTM, PCTM, Provimentos e Autos de Correição, lv. 8, fl. 66.

engenheiros ou pessoas inteligentes na hidráulica para se começar uma obra de tão conhecida utilidade, requerida e determinada tão repetidas vezes a favor dos campos mais férteis do Reino (...). E já para ela se me tinham destinado engenheiros pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que ainda não poderam partir”²²⁶. Adianta mais quando inquirido em 1797 sobre o cânhamo e linhos, que “*as minhas auzencias nesta Corte por cauza das Reformas daquela comarca, e não ter podido partir Engenheiro que se me destinou para este effeito pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra deo cauza a não se ter ainda começado tão interessante obra*”²²⁷. Porém, reafirma a necessidade da sua implementação, segundo os Alvarás de 1655 e 1656 e as correções de 1789²²⁸.

Assim, os propósitos de José António de Sá não tiveram qualquer efeito prático imediato²²⁹, mas devem ter ficado na memória. Um desses sinais é-nos dado em 1796, por Columbano Pinto Ribeiro de Castro, antigo corregedor da comarca de Moncorvo e na data juiz demarcante de Trás-os-Montes. No seu trabalho diz ser muito necessário efetuar o encanamento da ribeira, porque não tem álveo certo, e apresenta o modo de se efetuar a construção: “*E se pode fazer esta obra com suavidade, plantando cada hum, nas margens das suas testadas, freixos, álamos, vimes e salgueiros, que com facilidade pegão e lanção raízes e, enlaçando-se humas com outras, apertão as agoas e fazem uma espece de parede que segurão as terras dos lados e obrigão a continuar sempre na mesma carreira, limpando as areas com a força d’ agoa, deixando na occasião de enchentes as terras beneficiadas com lodos e natas*”²³⁰. Afirma ainda que este é o

²²⁶ SOUSA, Fernando, et alii, , “A agricultura..., ob. cit, p. 314).; o mesmo refere nos provimentos de 1790-1791: “*No que toca a Encanação [fl. 8] da Ribeira da Villariça Sua Magestade tem determinado mandar Engenheyros para o trabalho della, e dipoes da sua chegada se darão as providencias necessarias para obter huma obra de tão manifesto interesse, e utilidade publica*” (AHTM, PCTM, Provimentos e autos de Correição, lv. 9, fl. 7v-8)

²²⁷ OLIVEIRA, Aurélio de, “Memória sobre os Linhos ..., ob. cit, p. 141

²²⁸ Idem, Ibidem.

²²⁹ Veja-se o que o provedor de Moncorvo José Manuel de Sousa Cardozo Pizarro, em 18.10.1795, diz sobre o assunto: “*O Corregedor da Comarca Joze Antonio de Sá, de genio inquieto, e pouco sólido, teve a ambição de se querer fazer conhecido, sem cogitar os meios, que devia escolher. Pós em preturbação o meu antecessor, tirando partido das suas molestias, e inacção: escreveo muito para se plantarem arvores, cuja plantação nem animou, nem se verificou; imaginou e propos planos para se incanarem os rios Tua, e Sabor, sabendo que herão impraticáveis estas obras pela falta de meios...*” (ANTT, MR, maço 468, n.º 674, citado em FERNANDES, Hirondino da Paixão, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Ministério do Reino - ANTT*, Instituto Superior Politécnico de Bragança/Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, Bragança, 1993, pp. 96. São conhecidas as contendas entre José António de Sá e o Provedor Manuel Pinto de Escobar, à data Provedor da Comarca, pelo que algumas das críticas do provedor Pizarro serão algo tendenciosas, mas não totalmente desprovidas de crédito.

²³⁰ MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes...*, op. cit., p. 237

processo utilizado em outros rios da província e, inclusive, no troço superior da ribeira²³¹.

Em 1806, o príncipe regente D. João manda, a 2 de Abril de 1806, uma provisão e um regimento de forma que se consiga “*segurar a corrente do Rio Sabor, e Ribeira Velariça no termo de Torre de Moncorvo, afim de que tendo hum álveo permanente, e firme se evite o estrago do seu fertil campo*”²³².

A provisão começa por referir o estado de ruína dos campos na parte superior, leia-se zona até à foz da ribeira da Vilariça, mas ainda pior no troço entre a foz da ribeira da Vilariça e a foz do rio Sabor. Aponta de seguida as medidas tomadas por D. João IV em 1655 e 1656, referindo que não foram executadas por incumprimento respetivamente do juiz de fora e do superintendente da Feitoria dos Linhos Cânhamos, assim como da Câmara que, como administradora dos bens da Igreja, deveria ter dado o exemplo e ser a primeira a fazê-las cumprir – “*portando-se na administração das ditas terras contra a expectação porque que lhe foi confiada*”²³³. Por fim ordena que os alvarás antigos tenham pronta execução, e para isso cria uma Junta de Proprietários, sendo especificadas normas no regimento que passaremos a analisar.

O texto começa por mandar encanar o rio Sabor e a ribeira da Vilariça²³⁴, reconhecendo que terão sido efetuados alguns trabalhos na ribeira, mas no Sabor terá sido impossível por os “*commisarios*” não terem a jurisdição necessária. Assim, é no troço do Sabor, principalmente na Foz, Frieiras e Alfarela que a situação é pior. Nomeia uma Junta de Proprietários com plenos poderes – “*sem que das suas determinações haja recurso para tribunal algum*”²³⁵, exceto para o Príncipe Regente, por intermédio do Conde de Villa Verde. A Junta seria constituída por o juiz de fora como presidente, o capitão-mor – António Luís de Carvalho e Castro, o reitor da Colegiada e os proprietários Lucas Agostinho de Gouveia Vasconcellos e João Carlos de Oliveira Pimentel. Caso haja impedimento serão nomeados substitutos dos dois últimos, alguém da mesma categoria social. Poderão ser também nomeados dois inspetores para os acompanharem nos trabalhos. As reuniões da Junta terão lugar nos Paços do Concelho, e as suas determinações serão assentes em livro próprio.²³⁶

²³¹ Idem, ibidem.

²³² ALVES, Francisco Manuel, *Memórias ...*, op. cit., p. 317.

²³³ Idem, p. 323.

²³⁴ Note-se que não refere os ribeiros dos Cavalos e da Granja. Terá sido por desconhecimento, ou porque teria sido feita alguma obra nestes cursos?

²³⁵ Idem, p. 317.

²³⁶ Não existe qualquer registo desse livro no AHTM.

Relativamente aos trabalhos propriamente ditos, estabelece, tal como nos projetos anteriores, que se deverá começar pela ribeira da Vilariça, junto à Quinta do Carrascal, isto é por alturas do Ribeiro Grande que delimita o termo de Moncorvo e o de Vila Flor, porque “*não ha as dificuldades que se encontrão no resto do campo; e que a ribeira Velariça (...) não é de tantas aguas e força como o Rio Sabor (...) além da maior facilidade se podem adquirir conhecimentos praticos e de muita vantagem para o resto dificultoso da mesma obra*”²³⁷; só numa segunda fase se avançará para o Sabor.

O leito da ribeira deverá ser encostado ao cabeço da Derruída, a vila deserta de Santa Cruz da Vilariça, por ser aí o seu leito natural, e só terá saído dele, como ainda hoje acontece, devido à incúria da Câmara e dos proprietários que deram “*ocasião para o rompimento da ribeira para o lado occidental*”²³⁸. Ainda sobre o leito ou álveo, determina que é a Junta que deve definir a sua largura, atendendo ao caudal torrencial de inverno, porque o campo é inundado devido ao fenómeno da *rebofa*, que já atrás explicamos e, conforme refere o documento “*sem que esta enchente faça impressão nos barrancos dos ditos rios pela serenidade gradual do crescimento e pela que se observa quando as aguas baixão*”²³⁹. Depois de estabelecido o leito, cada um dos proprietários deveria plantar árvores próprias, como salgueiros, choupos, vimeiros e tamargueiras, abrigadas com estacas, de forma que a ribeira não voltasse a desviar-se para ocidente.

Na parte do rio Sabor, reconhecendo os problemas que existem neste curso para estabelecer o leito certo, que foram atrás descritos por José António de Sá, é ordenado que o rio fique encostado à barranca ocidental, ou seja, que corra junto aos Sairinhos da Foz, tendo porém a Junta *direito salvo* em alterar esta determinação, com base em opiniões de “*peçoas intelligentes e versadas na cultura daquelle terreno*”, podendo indemnizar os eventuais prejudicados²⁴⁰.

O Regimento regula ainda os seguintes aspetos: os trabalhos serão de acordo com os alvarás de 1655/56; o pagamento poderá ser feito pelos proprietários, se a Junta assim o entender, da mesma forma que se fizeram os trabalhos em 1700; estabelece-se condições relativamente ao número de caminhos e acessos, bem como ao emparcelamento de propriedades. Por fim, refere que os trabalhos se deverão fazer na

²³⁷ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias ...*, op. cit., 318.

²³⁸ Idem, *Ibidem*

²³⁹ Idem, p. 319.

²⁴⁰ Idem, pp. 320-321.

Primavera e Outono, e no fim de cada estação o Presidente da Junta deverá elaborar um relatório do progresso da obra²⁴¹.

Perante o texto da provisão e do regimento, é notório que os termos, decisões e referências são, no geral, muito parecidas com o anteriormente solicitado por José António de Sá. Não é de menosprezar que tenha sido por sua influência que se terá ordenado esta provisão e regimento, dado que se encontrava nesta altura na Corte, com um alto cargo – Superintendente Geral das Décimas. Porém, também não é de descurar o relatório de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, decerto com importância. Vejamos agora qual foi a reação da Câmara e das pessoas relevantes de Moncorvo.

A carta régia e as instruções e regimento foram presentes em Câmara no dia 27 de Abril de 1806. De todo os pontos do documento só se opuseram ao número de elementos por que deveria a Junta ser constituída. Isso mesmo é dito na carta que enviam ao Príncipe Regente, transcrita integralmente no mesmo auto. Dizem que o número de deputados é muito pequeno, tendo em conta a importância do empreendimento, o grande número de deliberações que são esperáveis que se tenham de efetuar, aliado aos trabalhos de inspeção. Propõem assim, para além dos já cinco nomeados, mais oito “deputados”, quatro pertencentes à classe dos proprietários – dos quais o Príncipe Regente poderá escolher quatro dos seguintes: João Osório da Veiga Cabral, Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, Manuel Diogo Monteiro de Mello, António Xavier Carneiro de Magalhães, António Manuel de Carvalho, José Vicente de Gouvea Sá e Vasconcellos, João Gouvea Sarmiento de Vasconcellos – e quatro pertencentes à classe dos lavradores – que sairão dos seguintes: Manuel José de Sousa, António Trigo, José António de Meireles, Manuel António da Mesquita e Diogo de Almeida. Dois teriam o mandato de um ano, sendo nomeados pelos restantes elementos da Junta. Desta forma, afirmam os elementos presentes na sessão, haveria uma maior proximidade e harmonia entre as classes sociais, ou seja, os interessados, em primeiro lugar, no empreendimento, e a melhor forma para que este tivesse o sucesso que era tão necessário²⁴².

Através da consulta da documentação posterior não conseguimos apurar se a Junta foi constituída da forma que os “moncorvenses” queriam, mas sim que as ordens foram cumpridas, pelo menos em parte, isto segundo três documentos. O primeiro é o auto de Câmara de 11 de Junho de 1807, em que é referido que os moradores das

²⁴¹Idem,p. 321-322.

²⁴² AHTM, CMTM, Actas, lv. 103, fls. 139 a 142v.

Cabanas e lugares adjacentes ao vale da Vilariça iam às margens do rio e ribeira cortar os Salgueiros e inclusive arrancar as cepas plantadas pelas ordens anteriormente descritas e “*em que atualmente se trabalha*”²⁴³. A Câmara ordena que as mesmas árvores não possam ser cortadas com multa pesada de seis mil réis, na primeira vez, e prevaricando novamente pagará outra multa de igual valor e pena de trinta dias de cadeia. É de apontar a autorização dada aos proprietários dos terrenos para o corte das árvores, o que é deveras admirável!

O segundo documento é também um auto de Câmara e data já de 3 de Janeiro de 1817.²⁴⁴ Nele se solicita que o se prorogue o mandato do Juiz da Fora, António José Libório pelas qualidades e relevantes servidos efetuados. Entre esses distinguiu-se “*principalmente e de sobre maneira no zello e actividade com que tem promovido, e augmentado o incanamento da Ribeira Villariça, e Rio Sabor*”, tendo sido interrompidas pelas guerras.²⁴⁵

O terceiro documento é a resposta, em auto de Câmara de 31 de Maio de 1817, a um Aviso Régio sobre a promoção da cultura do cânhamo na província²⁴⁶, em que informam que o encanamento ainda não está concluído, mas que se realizou algum progresso pela Junta de Proprietários, mas a sua execução foi interrompida pelo “*tumultuozo das guerras, que se lhe seguirão*”, sendo porém projetada a sua conclusão.²⁴⁷

Por estes documentos se conclui que as obras tiveram início logo em 1806, mas terão sido logicamente interrompidas devido ao caos instalado pelas Invasões Francesas, tendo recommçado em data incerta, principalmente pelo zelo do mesmo juiz. Também se depreende que nesta data o trabalho ainda não estaria concluído, não se sabendo se se terá realmente efetuado todo o encanamento.

Porém, o assunto do encanamento não termina aqui. Em 1821, as Cortes, ordenam à regência, através do Conde de Sampaio Presidente do Conselho, que sejam remetidos a carta e o regimento de 1806²⁴⁸. Desconhece-se o propósito e o desenlace. Mas, a 9 de Maio de 1823, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Ministro do Reino

²⁴³ Idem, fls 22...

²⁴⁴ AHTM, CMTM, Actas, lv. 108, fl. 20v -25v.

²⁴⁵ Idem, fl. 21v-22. No mesmo documento, como veremos adiante também se refere à (re)construção da ponte da Vilariça, ou do Carvalhal, graças à sua iniciativa.

²⁴⁶ Aviso da Secretaria de Governo, de 17 de Fevereiro de 1817, referido em AHTM, CMTM, Actas, Lv. 108, fls. 58-62

²⁴⁷ AHTM, CMTM, Actas, Lv. 108, fl. 60v.

²⁴⁸ Carta de 24 de Abril de 1821, endereçada ao Conde de Sampaio, com aviso intercalado – MR, maço 328, n.º 429, citado em FERNANDES, Hironidino, 1993, pp. 68-69.

endereça a Manuel Gonçalves de Miranda, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, onde refere que “*sendo necessário examinar a ruína do Campo de Villariça na Comarca de Moncorvo cauzada por falta de emcanamento e mudança de leito do ribeiro do mesmo nome, formando o plano, e orçamento da despesa precisa para o seu reparo; e não havendo alli pessoa apta segundo informa o Corregedor da Comarca; peço a V. Ex.^a queira ter a bondade de ensinhar-me se na proximidade do referido Campo, ou na Provincia existe algum Official Engenheiro a quem possa cometter-se esta diligencia.*” Em nota de despacho informa-se que “*não há nem hum Engenheiro nem o tempo he oportuno para este trabalho*²⁴⁹, *que deverá ficar para melhor ocasião*”²⁵⁰. Conclui-se assim que nesta data haveria já problemas com o encanamento, pelo que a obra não teria sido anteriormente concluída.

Os últimos trabalhos que se conhecem para o período estudado prendem-se com as cheias de 1831 e 1837. Nos dois ditos anos, dado “*que achandosse a Ribeira Velariça em estado de Levar a maior parte das propriedades por esta se ter tirado do seu álveo, e não se poder pela ponte transitar quando as aguas creção; Deliberarão que se convocassem os Lavradores [48v] para ver se de boa vontade convinha em aprontar se para se fazer a delegencia a fim de de que a dita Ribeira voltasse o antigo álveo.*”²⁵¹. No caso da primeira é nomeado um diretor de obra, o Procurador do Concelho, os trabalhadores são pagos e é ordenado o corte de pinheiros na mata do Roboredo para a estacaria²⁵².

Em suma, estes dois últimos intentos seriam obras pontuais e localizadas possivelmente na parte anteriormente intervencionada e de mais fácil conserto, pelo que o grosso do projeto (pelo menos no rio Sabor), como vimos, não foi concretizado, a crer na carta de 1823. Sem querer desculpabilizar a inércia dos moncorvenses e em parte do poder central em conseguirem aplicar-se nesta obra²⁵³, é importante registar a informação de Águedo de Oliveira que, apesar de já estar fora do âmbito cronológico

²⁴⁹ Devido à situação política nacional instável, com o ressurgimento do absolutismo.

²⁵⁰ AHM, DIV, 1, 17, cx. 7, n.º 3 – Obras no campo de Vilariça, em Moncorvo

²⁵¹ AHTM, CMTM, Actas, lv. 119, fl. 48).

²⁵² AHTM, CMTM, Actas, lv. 117, auto de 2 de Novembro de 1831.

²⁵³ Não é de excluir a hipótese de que o encanamento ordenado em 1806 se tenha concretizado pelo menos até 1817, mas que terá ficado interrompido ou mal conduzido. As solicitações de 1823 seriam uma forma de corrigir a situação. De referir que Ricardo Rafael de Almeida refere, em 1900, que os proprietários plantavam, por espontânea vontade, árvores e arbustos nas margens da ribeira para conter o ímpeto das águas (ALMEIDA, Ricardo Raphael de – *Ligeira contribuição para o estudo das febres palustres na Vilariça*, Typ. A vapor da Real Officina de S. José, Porto, 1900, pp. 27-28). A plantação de árvores continuou a efetuar-se durante o séc. XX, sendo bem visível a galeria ripícola da ribeira da Vilariça e seus afluentes, menos perceptível no Rio Sabor.

deste trabalho, nos elucida das dificuldades reais e técnicas de se efetuar o encanamento definitivo do rio: “[O Vale] *carece de ser protegido contra as torrentes que descem e contra as «rebofas» que ascendem. O Ministério das Obras Públicas começou já os seus estudos, a fim de se estabelecerem diques de protecção, moderadores, apropriados ao ímpeto das correntes. Também com a sua ajuda se procedeu a desassoreamentos, limpezas e rectificações, custeadas pelos proprietários*²⁵⁴: *Mas uma cheia mais que inopinada destruiu e atrasou o trabalho que parecia excelente. Infelizmente tem de se recomençar.*”²⁵⁵

Dentre estes projetos, que começam ainda na primeira metade do séc. XX, é de realçar o da construção de uma barragem no rio Sabor, a montante da foz da Ribeira da Vilariça, de forma a conter a corrente do rio e aproveitar a água para o regadio controlado do vale²⁵⁶. Como sabemos, este empreendimento só teve início no séc. XXI²⁵⁷. Porém as cheias, mesmo ainda existentes nos nossos dias, deixaram de ser tão devastadoras e concomitantemente tão benéficas para a riqueza dos solos, tendo sido isso conseguido não só com os trabalhos no vale mas, principalmente, pelos vários empreendimentos hidroelétricos do vale do Rio Douro, com particular destaque para a barragens da Valeira e do Pocinho. Contra o uso de diques e barragens já em 1790 se insurge Domingos Vandelli, a propósito do encanamento do rio Mondego, tendo à data apontado como a melhor solução o modo enunciado por José António de Sá para os trabalhos na Vilariça.²⁵⁸

Do que acima fica exposto, podemos dividir os trabalhos públicos relativos ao encanamento e estabilização do rio Sabor e Vilariça em dois grupos principais:

- 1 – Grandes projetos públicos que pretenderam resolver definitivamente o problema;
- 2 – Trabalhos pontuais para colmatar a situação de forma temporária ou parcelar.

²⁵⁴ Sobre este trabalho, que data de 1961-1962, de iniciativa privada, mas com participação direta da Câmara de Moncorvo, existe um processo detalhado no AHTM, com correspondência trocada entre o Município e a Direcção Geral de Serviços Hidráulicos (AHTM, CMTM, Obras Municipais, Desobstrução da ribeira da Vilariça, pt. 1

²⁵⁵ OLIVEIRA, Águedo de – “Alguns quadros Histórico-Sociais de Moncorvo”, op. cit., p. 8.

²⁵⁶ Os projetos preliminares foram elaborados entre 1935 e 1942, e publicados em 1945, no boletim da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (pp. 99-172). Este projeto foi posto em execução com um vasto e complexo plano de regadio do vale, com a construção de várias barragens de regadio no troço superior do vale da Vilariça e vales adjacentes. Terminou já na presente centúria com a barragem do Ribeiro Grande, entre as freguesias de Nabo (concelho de Vila Flor) e Horta da Vilariça (concelho de Torre de Moncorvo).

²⁵⁷ Ao contrário do projeto inicial, que propunha a construção de uma barragem um pouco a montante da Quinta da Laranjeira, o em desenvolvimento implica a construção de duas barragens, a principal (montante) já nas freguesias de Larinho/Cardanha, e uma a jusante próximo da foz da ribeira da Vilariça.

²⁵⁸ VANDELLI, Domingos – “Memoria sobre o encanamento do Mondego”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815*, Tomo III, Banco de Portugal, Lisboa, 1991, p. 18.

Dentro do primeiro grupo encontram-se os trabalhos ordenados em 1653-1656, 1675, 1789 e 1806. Excetuando o primeiro, de que não temos conhecimento direto, mas em que aparentemente o método construtivo passa somente pela plantação de árvores para conter o leito do rio e ribeira, todos os outros são obras de engenharia de razoáveis dimensões que requeriam pessoal especializado e combinam a técnica dos marachões (ou “cestos” como lhe chama José António de Sá) com a plantação de árvores. Dois deles são de iniciativa central (1675 e 1806), um por ordem do corregedor (1789), e o outro por iniciativa dos povos (1653). De todos estes só temos a certeza que a ordem de 1806 foi cumprida, ainda que parcialmente.

No segundo grupo encontram-se as iniciativas de 1697, 1700, 1707-1708, 1721, 1831 e 1837. Estas são obras pontuais, confinadas ao troço superior da ribeira da Vilarça – Quinhões do Prado e, ocasionalmente, o Boedo, quase todas elas solicitadas e ordenadas pela Câmara de Moncorvo, visando a proteção das propriedades da Igreja, administradas pela edilidade. Excetuam-se os trabalhos de 1700, em que são chamados a participar, contribuir e a defender os seus campos os outros proprietários da ribeira. Eram obras de pequena monta, com resultados a longo prazo muito duvidosos, ou de que não há conhecimento (excetuam-se os trabalhos de 1700).

De todos os trabalhos efetuados no período estudado, sabemos hoje, por evidência no terreno e pelos desenvolvimentos posteriores também aqui apontados, que os resultados foram escassos e o motivo por que se projetaram estas intervenções não foi cumprido. Ainda à data, José António de Sá assacava as culpas aos proprietários que não se mostravam interessados na prossecução das obras por mesquinamente pensarem no seu pequeno prejuízo pontual em vez do interesse geral e futuro que também os iria beneficiar.²⁵⁹ Por outro lado, como atrás referimos, as obras de pequena dimensão efetuadas pelo município tiveram resultados a longo prazo deficientes. Assim, verifica-se também uma falta de visão por parte dos dirigentes municipais. A agravar, a incúria é também dos cargos dirigentes a nível local: em 1653 o juiz de fora não cumpre nem faz cumprir as ordens régias; de seguida o superintendente dos linhos cânhamos faz o mesmo; entre 1721 e 1789 não é tomada nenhuma medida para defesa dos campos, estando estes em péssimo estado, conforme verifica José António de Sá, no início da sua Correição²⁶⁰. Já no século XIX, numa altura em que se mostra vontade efetiva, a

²⁵⁹ O autor refere isso mesmo em variados trabalhos. Refira-se a título de exemplo a memória de 1790, publicada e SOUSA, Fernando de, “A memória dos abusos praticados...”, op. cit, p. 284-286

²⁶⁰ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de Correição, lv. 8, fls. 46v e ss.

nível central e local, em resolver situação e de forma duradoura, surgem as Invasões Francesas e a instabilidade política, social e militar, que impedem a prossecução do intento.

Como nota final, convém reforçar a razão e o interesse da execução deste tipo de obra. José António de Sá é exemplar a referir o principal motivo: evitar desordens e demandas, que levavam a que os campos ficassem por cultivar, com dano para os proprietários e, até à sua extinção em meados do séc. XVIII, para a feitoria dos linhos cânhamos²⁶¹. É por este motivo em particular – a preservação da produção dos linhos cânhamos – que é ordenado o encanamento do rio em 1653, em 1675 e 1806. Se se tivesse dúvidas veja-se que a fiscalização da primeira obra (1653-1656) é entregue ao superintendente²⁶²; em 1675 é ordenada a assistência ao feitor²⁶³; e em 1806 é explícito no próprio documento²⁶⁴. Em outros é referida a preservação dos campos e as sementeiras – como é o caso dos trabalhos ordenados em 1697, 1700, 1721 ou 1806. Nas atas de 1837, é ainda invocado o problema de não se poder transitar pela ponte da Vilarica²⁶⁵. Esta questão da passagem do rio e ribeira é levantado por várias vezes ao longo do período em análise.

²⁶¹SOUSA, Fernando de, et alii, “A agricultura ...”, op. cit, p. 312

²⁶²Idem, Ibidem.

²⁶³AHTM, CMTM, Actas, lv. 17, fl. 57

²⁶⁴ALVES, Francisco Manuel, *Memórias ...*, op. cit., p. 320

²⁶⁵AHTM, CMTM, Actas, lv. 119, fl. 48

5 – O acesso e a circulação

5.1 – Os acessos para o vale

A estrutura viária portuguesa até meados do séc. XIX era deplorável, como notaram diversos autores contemporâneos nacionais²⁶⁶ que se dedicaram ao estudo do nosso país, bem como estrangeiros²⁶⁷ que o visitaram²⁶⁸. Evidentemente que a região de Moncorvo não estava numa situação muito diferente²⁶⁹. Não obstante, periodicamente tanto o Corregedor nos seus provimentos²⁷⁰, como a Câmara tomavam medidas²⁷¹, dentro das suas possibilidades económicas e da disposição das populações, para minorar a situação.

Podem-se considerar acessos para o vale os seguintes²⁷²:

- 1) Caminho dos Chibos, que liga Torre de Moncorvo, pela Corredoura até à Vilarça, junto à Foz do Ribeiro de Santiago;
- 2) Caminho da ponte da Portela (EM 325). Liga Torre de Moncorvo á referida ponte, pelo atalho das Pegas, que vai dar um pouco acima das Casas Queimadas;

²⁶⁶ Por exemplo: OLIVEIRA, Aurélio de “‘Discurso sobre o paiz do Douro’ de José Jacinto de Sousa”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. III (6), GEHVID, Porto, 1998, pp. 225; OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle – “Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior”, op. cit, pp. 199-259; COSTA, José Inácio da, “Memória Agronómica Relativa ao Concelho de Chaves, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo I, Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 287; Cardoso, João Luís, *Portugal como Problema; Volume V – A Economia como Solução – Do Mercantilismo à Ilustração (1625-1820)*, Fundação Luso-Americana e Público, Comunicação Social SA, Lisboa, 2006, p. 141.

²⁶⁷ Nomeadamente LINK, M., *Voyage en Portugal...*, op. cit., pp. 19-23;

²⁶⁸ O melhor trabalho sobre o assunto é MATOS, Artur Teodoro de, *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980. Têm sido publicados entretanto muito outros sobre a rede viária no período estudado, como por exemplo PINA, Maria Helena Mesquita, “A região Duriense – Alguns apontamentos sobre a sua rede de transportes (séc. XVII-XIX)”, *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 1999, pp. 525-548; SILVA, Ana Cristina Nogueira da – *O Modelo Espacial do Estado Moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998, p. 215; BAPTISTA, Maria Isabel Alves – “A rede viária transmontana no século XVIII”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XII, n.os 1-2, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1992, pp. 111-124; BARROS, Amândio Morais, e BARROS, Susana P., “Caminhos e devoções. Viajar no Douro medieval e moderno”, In: *Douro – Estudos e Documentos*, 11, GEHVID, Porto, 2001, pp. 181-195.

²⁶⁹ Veja-se, por exemplo, ABREU, Carlos, “A Itineração na Antiga Comarca da Torre de Moncorvo”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. VIII (15), GEHVID, Porto, 1998, pp. 87-101; bem como OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle – “Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior”, op. cit, pp. 199-259; SOUSA, Fernando de, “A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, vol. IV e V, 1973-74, pp. 289; MENDES, José Maria Amado, “*Trás-os-Montes ...*”, op. cit., p. 38

²⁷⁰ Nos provimentos e autos de correição encontram-se referência à compostura dos caminhos em 1694, 1697, 1716, 1718, 1719, 1720, 1733, 1734, 1737, 1739, 1748, 1773, 1778, 1781, 1788, 1789, 1790-1793, 1797, 1799, 1801 (AHTM, FPCTM, Provimentos e Autos de Correição)

²⁷¹ É referida a compostura de caminhos em 1676, 1680 a 1684, 1702, 1705, 1727 a 1729, 1742, 1795, 1812, 1843, 1861 e 1865 (AHTM, CMTM, Actas)

²⁷² Veja-se a fig. 17, em anexo, que resume os caminhos aqui enunciados

- 3) Estrada de Bragança, que acompanha o percurso do vale e corresponde, salvo algumas variações, à atual EN 102;
- 4) Estrada que vem de Vila Flor, passando pela Quinta do Carrascal, e entronca com a estrada de Bragança, junto à Quinta da Silveira, no Boedo;
- 5) Caminho de Vilarinho da Castanheira, passando pela Cabeça de Mouro para as Cabanas;
- 6) Caminho da barca do Pocinho até ao Rego da Barca, correspondendo, grosso modo, ao troço do IP2.

O caminho principal é o dos Chibos (acesso n.º 1), já que é o percurso de ligação à vila de Torre de Moncorvo. É por aqui que transitam os trabalhadores, jornaleiros, lavradores e proprietários, desde tempos imemoriais até aos nossos dias. É por aqui também que são trazidos os produtos para o abastecimento da vila, assim como o cânhamo depois de tascado, para ser transformado e armazenado na feitoria. Será, aparentemente por este caminho que irá transitar de novo para ser embarcado no porto de Foz Tua. Como se refere na *Descrição do Rio Douro para cima do cachão de: Sam Salvador...*, de 1790, era uma boa estrada para uso de carros²⁷³.

Em alternativa a este caminho existia o caminho da ponte da Portela (acesso n.º 2), que era usado preferencialmente para a ligação da vila com as outras localidades da comarca, através da estrada de Bragança (acesso n.º 3) e da de Vila Flor (acesso n.º 4), que se dividem na zona do Boedo. Não é de excluir que o tráfego para o porto de Foz Tua se fizesse por Vila Flor (acesso n.º 4), em vez de ir por Vilarinho da Castanheira (acesso n.º 5), como parece figurar nos mapas. Muitos troços do acesso n.º 5 são ainda visíveis, particularmente entre as Cabanas de Cima e a Cabeça de Mouro. É sabido que este vence um desnível muito acentuado, com dificuldades de transposição ainda no séc. XX muito elevadas²⁷⁴.

²⁷³ OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle, “Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do séc. XVIII”, op. cit., p. 232

²⁷⁴ Deixamos nota da informação da Dra. Casimira Machado Leonardo (n. 1918), natural de Larinho (Torre de Moncorvo), que se deslocava frequentemente desta localidade para a Lousa (Torre de Moncorvo), dado ser a terra materna. O percurso que geralmente efetuavam consistia em: deslocarem-se com animais até ao Pocinho (Vila Nova de Foz Côa), embarcava no comboio até à estação de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), passando aí o rio Douro pela barca, subia depois até à Lousa pelo caminho existente. A jornada durava quase um dia, mas era de longe preferível a ter que ir pela Cabeça de Mouro (Torre de Moncorvo) ou, em alternativa pelo Castedo (Torre de Moncorvo). Esporadicamente iam do Larinho até à Ponte do Sabor, pelo caminho dos Castelhanos, seguindo depois pela estrada antiga de Vila Flor, pelo Nabo (Vila Flor), sendo este percurso mesmo assim, muito longo.

A partir do Pocinho o percurso oficial para Torre de Moncorvo e para as outras terras da província de Trás-os-Montes era por um caminho paralelo à atual EM220. Porém desde sempre os povos vindos da Beira tentavam usar o acesso n.º 6, passando diretamente ao vale da Vilarça, sem terem de se deslocar a Torre de Moncorvo. Ora este caminho (acesso n.º 6) nunca foi um percurso aceitável pela administração municipal moncorvense, porque via perder os seus lucros da portagem, e por ver danificados os frutos da ribeira da Vilarça. Sobre este assunto existem diversas referências desde o séc. XVI²⁷⁵, mantendo-se ainda no início do séc. XVIII²⁷⁶.

Até agora tem-se falado particularmente da viária terrestre. Porém, a grande via fluvial que é o rio Douro apresenta também relevância, particularmente no que se refere a trocas comerciais. São vários os produtos escoados pelo Douro com destino ao Porto. Destacam-se numa primeira fase o cânhamo e os melões²⁷⁷. Já no séc. XIX, o vinho acaba por substituir o cânhamo nas transações.

Podemos dividir a circulação no Douro, e particularmente o escoamento dos produtos da Vilarça, em duas fases, tendo como o ponto de viragem a abertura do Cachão da Valeira, também denominado de S. Salvador da Pesqueira. Este é um projeto antigo que remonta ao reinado de D. João III, mas que só se concretizará já com D. Maria I, entre 1780 e 1792, tendo a Câmara de Moncorvo prestado apoio assinalável²⁷⁸. Assim, até 1789, data da passagem dos primeiros barcos para montante do Cachão, o rio somente era navegável até este ponto, pelo que assumia grande importância o cais de Foz-Tua, como único centro distribuidor e escoador de produtos para e de Trás-os-Montes²⁷⁹. Para o caso dos produtos oriundos da Vilarça e destinados ao Porto, era necessário efetuar-se um longo percurso por caminhos tortuosos e em condições miseráveis, a que já atrás nos referimos²⁸⁰.

²⁷⁵ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias ...*, op. cit., pp. 295 e ss. Documento de 1459.

²⁷⁶ AHTM, CMTM, Actas, lv. 36, fl. 21v, de 1707 e AHTM, CMTM, lv. 50, fl. 55, de 1721.

²⁷⁷ MORAIS, João Pinto de, e MAGALHÃES, António de Sousa Pinto, *Memórias de Ansiães*. Câmara Municipal. Carrazeda de Ansiães, 1985, p. 47; SOEIRO, Teresa, “Douro, um rio de vida”, in: *Viver e Saber Fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos Preliminares*, Museu do Douro, Peso da Régua, 2003, pp. 359-412

²⁷⁸ Veja-se a este propósito a carta de agradecimento pelos serviços prestados pela Câmara de Moncorvo, remetida pela administração da Companhia Geral de Agricultura do Alto Douro em 1783: “*Cachão não podemos duvidar de que Vossas Senhorias nos coadjuvaram em tudo quanto for consernte ao bem dos mesmos Povos. Do mesmo modo porque Vossas Senhorias podem estar certos de que lhes prestaremos os nosos efficazes officios em tudo quanto for utilidade publica*” (AHTM, CMTM, Actas, lv. 89, fl. 66v-67v)

²⁷⁹ REBANDA, Nelson Campos, “A evolução da paisagem agrária no Douro Superior”, op. cit., p. 268.

²⁸⁰ Principalmente o acesso n.º 5 – para Vilarinho da Castanheira até Foz-Tua, mas também o acesso n.º 4 – Estrada de Vila Flor, seguindo depois por Carrazeda de Ansiães até ao referido porto.

Mesmo depois de aberto o Cachão da Valeira, o transporte dos produtos pelo porto de Foz-Tua vai-se manter até ao início do séc. XIX, já que os trabalhos de desobstrução²⁸¹ do rio para montante estavam em curso, tornando navegável até à foz do Sabor em 1809²⁸². A partir daqui assiste-se ao estabelecimento de um novo porto nessa área, mais propriamente no Rego da Barca, lugar já existente, mas que se vai desenvolver consideravelmente com a instalação de diversos armazéns, lagares e casas de habitação²⁸³. Existira ainda um outro porto na margem direita do Sabor, no local onde hoje é a Foz do Sabor, que servia de interface das vilas de Macedo de Cavaleiros, Vila Flor e Alfândega da Fé, conforme nos relata o Visconde de Villa Maior²⁸⁴. Porém, a sua importância era bastante menor, tal como foi a sua duração.

5.2 – A circulação no Vale

No vale da Vilariça, a rede viária desempenha um duplo papel: por um lado, é o único meio de acesso às diversas propriedades; além disso, ou melhor, também por este facto, constitui-se como um elemento fundamental para a sua organização. Se verificarmos as imagens, tal como as confrontações dos tombos, recorrentemente se utilizam os caminhos como limites. No caso do Tombo de 1629, do total de 409 propriedades medidas, 266 são delimitadas por um ou mais caminhos²⁸⁵, ou seja, 65%. Já no Tombo de 1777, o número é reduzido para somente 138, de um total de 390, ou seja, 35%. Esta redução drástica deve prender-se com a alteração dos limites de algumas propriedades, mas principalmente porque o caminho deixa de ser um ponto de referência. Mas sabemos, através da sistematização dos tombos, que a rede de caminhos é ligeiramente alterada entre os dois manuscritos, como a seguir se evidencia.

Vejamos então os principais percursos (fig. 18). Em 1629, corria na margem esquerda do rio Sabor um caminho paralelo ao rio, mas do outro extremo das courelas,

²⁸¹ Para se ter um conhecimento pormenorizado dos obstáculos existentes no rio Douro desde o Cachão da Valeira até à Foz do Sabor, consultar OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle, “Um manuscrito inédito..., op. cit., pp. 216-218; e ABREU, Carlos, *A estruturação do território ibérico na Raia Duriense e as vias de transporte: êxitos e fracassos*, Tese de Doutoramento em Geografia apresentada à Facultad e Geografía e Historia da Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011, pp. 151-248.

²⁸² REBANDA, Nelson Campos, “A evolução da paisagem..., op. cit., p. 274.

²⁸³ Apesar de existirem várias referências pontuais, falta um trabalho de síntese sobre a importância deste local, que se torna o centro de transações comerciais do leste transmontano entre o início do séc. XIX e o estabelecimento do caminho-de-ferro.

²⁸⁴ VILLA MAIOR, Visconde de, *Preliminares de Ampelographia...*, op. cit., pp. 126, 130 e 137.

²⁸⁵ Foram registadas 12 propriedades com 2 caminhos a delimitá-las.

desde a Foz do Sabor até às Casas Queimadas, sendo possível que se prolongasse para a ponte do Sabor, na Portela. Este caminho consta também do Tombo de 1777, aí afirmando-se perentoriamente que seguiria para a ponte da Portela, indo ao encontro do caminho para Torre de Moncorvo.

Em 1629, existem três derivações deste caminho para o rio: ao pé do Cabeço de Alfarela, entre as courelas n.º 40 e 41; ao pé da Fraga de Alfarela, entre as courelas n.º 53 e 54; e nas Casas Queimadas entre as courelas n.º 79 e 80. Pelo contrário em 1777, somente se verificam duas passagens para o rio: na Fraga de Alfarela, entre as courelas n.º 51 e 52; e nas Casas Queimadas entre as courelas n.º 72 e 73²⁸⁶. Todas estas derivações para o rio correspondem a passagens para a outra margem, por vau, sobre que nos iremos debruçar mais adiante. Importa também referir que é ao caminho Foz do Sabor – Casas Queimadas que chega o que vem de Torre de Moncorvo, dito caminho dos Chibos, junto à atual courela grande, que corresponde à propriedade n.ºs 26 e 27 do Tombo de 1629 e n.º 26 do Tombo de 1777.

Na margem direita o panorama é um pouco mais complexo. Visualizando os tombos, porém, pode-se concluir a existência dos caminhos seguintes:

a) Caminho, que é a atual EM 1173, que ligava a Foz do Sabor ao cruzamento junto à Quinta do Carvalhal, seguindo daí pelos Barreiros da Horta. Começa encostado às barrancas da Sairinha, passando junto à Quinta de Villa Maior e dividindo daí para norte os barrais. Este caminho encontra-se referenciado nos dois tombos, se bem que em alguns troços não está registado pelas propriedades circundantes não terem sido medidas.

b) Existia um outro caminho na mesma direção N/S, designado por Estrada velha de Bragança no Tombo de 1777, que iniciava na Coelha, junto a um provável vau, passando pelo meio das courelas até à foz da ribeira da Vilariça, atravessando no outro vau existente que faz ligação com o caminho das Casas Queimadas. Este caminho está igualmente referenciado nos dois tombos e ainda hoje parcialmente visível, no troço entre a foz do ribeiro dos Cavalos e a foz da ribeira da Vilariça.

c) Em 1629, havia o prolongamento deste caminho para norte até ao Boedo, passando pela então Ponte da Vilariça, encostado aos barrancos da Derruída (antiga vila medieval de Santa Cruz da Vilariça), o qual entretanto foi obliterado.

²⁸⁶ Para se visualizar os caminhos vejam-se os mapas em anexo, bem como as tabelas n.º 7 a 17

d) Na direção este/oeste existia em ambos os Tombos, um caminho na Coelha, que fazia a ligação ao rio e aos caminhos enunciados na alínea a) e b).

e) Na mesma direção existia um caminho nas Frieiras, junto à Foz do Ribeiro dos Cavalos, que fazia a ligação com o vau de Alfarela e com a estrada referida na alínea b).

f) Ainda nesta orientação existe um outro caminho, por baixo da Veiga Redonda, que faz a ligação entre os caminhos referidos nas alíneas a) e b) e segue na direção oeste para as Cabanas de Cima, sendo ainda visíveis muitos troços até à Cabeça de Mouro, seguindo posteriormente para Vilarinho da Castanheira²⁸⁷.

g) Junto à Quinta do Carvalhal existe novamente um caminho nesta orientação; não referido no Tombo de 1629, mas já existente em 1777. É um dos troços da atual estrada municipal que liga o cruzamento da Portela à Horta de Vilarça (EM 623), passando pela ponte.

h) Para norte, só existem os referidos troços da estrada de Bragança e a de Vila Flor, cuja situação atualmente se alterou nalguns pontos, mas ainda é facilmente recuperável recorrendo à CMP de 1940.

5.2.1 – As formas de travessia da ribeira e do rio

Desde sempre foi necessário transpor os cursos de água deste espaço, dado que, a mesma casa agrícola, senhorio, instituição ou lavrador possuía propriedades nas duas margens do rio e da ribeira, e portanto havia necessidade de travessia permanente. Já vimos acima algumas evidências desta realidade.

Quanto às formas de travessia da ribeira da Vilarça e troço final do rio Sabor são referenciados três tipos: através dos vaus, de pontes e da barca. As duas últimas, como abaixo se comprova, nem sempre existiram no período em análise. No caso da barca – na Foz do Sabor – só temos conhecimento dela a partir de 1826, com o pedido de João António Ferreira Henriques e, tanto a ponte na Junqueira como a que está junto à quinta do Carvalhal, estiveram largos anos arruinadas. Não é de excluir a existência de embarcações de menor dimensão para o transporte de pessoas e pequenas cargas entre as margens do rio Sabor. Estas são denominadas de *bateiras* (figs. 41 e 87), estudadas

²⁸⁷ Seria este o caminho de ligação ao porto do Foz-Tua, que referimos no capítulo antecedente.

recentemente por Lois Ladra e Valdemar Pinho, que regista dois exemplares dentro do limite da área por nós estudada²⁸⁸.

A travessia através dos vaus foi a forma corrente e relativamente fácil de cruzar o rio até ao séc. XX, particularmente nos períodos de estio. A partir da documentação consultada, como a carta militar, os tombos e outra documentação histórica é possível, não sem dificuldade, fazer a reconstituição dos pontos de passagem no rio. Já acima se referiu quais seriam os pontos principais, mas é importante acrescentar aqui alguma informação. Na documentação são referidos explicitamente cinco pontos: vau Rebunhoso ou Rovinhoso²⁸⁹, vau de Alfarela²⁹⁰, vau Torto, na Coelha²⁹¹, vau de Freixo, junto às Casas Queimadas²⁹² e os Passadouros²⁹³.

Na cartografia, particularmente na Carta Militar de Portugal, folha n.º 118, de 1946, são apresentados dois: um entre o fim da estrada que vem de Moncorvo e vai dar aos Sairinhos, a sul do Barral dos Passadores²⁹⁴; e um segundo entre a Alfarela e a foz do Ribeiro dos Cavalos.

Analisando o Tombo de 1777 em pormenor, e conjugando a informação relativa aos limites das courelas, verificamos a existência de quatro caminhos, dois de cada margem, que se dirigem para o Sabor. Na margem direita as passagens são no cabeço de Alfarela²⁹⁵ e nas Casas Queimadas²⁹⁶; na margem esquerda são no Vau Rebunhoso, por cima da Coelha²⁹⁷, e na Foz da Ribeira da Vilariça, no local designado por Fraga da Ola²⁹⁸. O último caso é explícito ao referir que faz a ligação com o caminho que passa às Casas Queimadas. Observando a cartografia, que atrás referimos, conclui-se que existem mais dois vaus, um na Alfarela, que será o denominado vau de Alfarela, e Passadouro; e o Vau Rebunhoso ou Vau Torto, por cima da Coelha. O terceiro é o vau de Freixo, que faz a passagem entre o caminho da foz da ribeira da Vilariça e o das

²⁸⁸ LADRA, Lois, e PINHO, Valdemar, “Tecnologia tradicional da navegação fluvial em Trás-os-Montes. As bateiras do rio Sabor”, *Brigantia*, vol. XXX-XXXI, 2010-2011, pp. 411-424. É conhecida a existência de bateiras ao longo do séc. XX. Porém não é possível afirmar perentoriamente que existiriam no período estudado, dado que não temos documentação nesse sentido.

²⁸⁹ APQAVE/OV, Cópia do Tombo do Morgado de Mendel de 1625; AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv.1; APSA, Tombo do Morgado de Santo António, de 1757; AHTM, ACO, n.º 1-Relação de prédios de António Caetano de Oliveira.

²⁹⁰ APQAVE/OV, Cópia do Tombo do Morgado de Mendel de 1625.

²⁹¹ Idem, Ibidem

²⁹² APSA, Tombo do Morgado de Santo António, de 1757

²⁹³ AHTM, FACO, n.º 1 - Relação de prédios de António Caetano de Oliveira

²⁹⁴ Passadouros é o topónimo geralmente utilizado.

²⁹⁵ AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv. 3, propriedade 51, a fls. 41v.

²⁹⁶ Idem, propriedade 74, a fls. 53-53v.

²⁹⁷ Idem, propriedade 157, a fls. 98-99v.

²⁹⁸ Idem, propriedade 220, a fls. 133v.

Casas Queimadas. Serão então no total três vaus principais, utilizados no séc. XVII e XVIII, não sendo de descurar que se servissem outros pontos para atravessar o rio. Uma pista para esta realidade é-nos dada nas instruções anexas à Carta Régia de 2 de Abril de 1806, relativa ao encanamento da ribeira da Vilariça e rio Sabor, quando refere que *“pella indiscrição e liberdade com que fazem atravessadoiros e caminhos desnecessários por toda a extensão do campo [...], e que dá ocasião a serem cortadas as barrancas que obstam ao rompimento dos rios para o centro do mesmo campo”*²⁹⁹ Ordena de seguida que se conservem 3 passagens: o caminho da fonte dos Chibos, que vai passar à Alfarela; o das Casas Queimadas; e a passagem pelo local da ponte da Vilariça no Carvalhal.³⁰⁰

Cabe ainda referir aqui a perigosidade da passagem dos vaus nos períodos de inverno, particularmente nas épocas em que ambas as pontes da ribeira da Vilariça estavam arruinadas. Isso mesmo é dito nos capítulos dos provimentos da correição de 1709³⁰¹ e particularmente em 1715, quando dizem que por falta de haver uma ponte *“grandes perigos que tem susedido nos vaos della de muita gente que se tem afogado por ser tan caudeloza”*³⁰².

Uma outra forma de travessia da ribeira da Vilariça foi através de pontes. A referência mais antiga que possuímos é a da ponte junto aos Quinhões do Prado e às casas do Carvalhal, presente tanto no Tombo do Morgado de Mendel de 1625³⁰³, como no Tombo da Ribeira da Vilariça de 1629³⁰⁴. Particularmente pela descrição do Prado do Concelho deste último documento, assim como posteriormente no Tombo de 1777³⁰⁵ percebe-se que a ponte se encontra no extremo sudeste da propriedade. Pode ainda comprovar-se a sua localização pelo levantamento efetuado a mando do município de Moncorvo, com base neste último Tombo e em outras informações, que ainda refere o local onde existiria³⁰⁶ (fig. 35).

²⁹⁹ ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas* ..., op. cit, tomo IV, p. 321

³⁰⁰ Idem, Ibidem

³⁰¹ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 2, fls. 135v

³⁰² AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 3, fls. 120

³⁰³ APQAVE/OV, Cópia do Tombo do Morgado de Mendel de 1625, p. 31

³⁰⁴ AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, Lv.1, fls. 207-229 e em particular 233-233v.

³⁰⁵ Aqui referida como a Ponte velha da Vilariça, (AHTM, CMTM, C/D, Tombos dos Bens do Concelho, lv. 3, fl. 191)

³⁰⁶ AHTM, CMTM, C/D, Registo de Património, Levantamento das propriedades pertencentes ao concelho no Vale da Vilariça, 8 croquis, 1932.

Em 2005, no âmbito de uma intervenção de reconhecimento geológico efetuado pelo IST precisamente neste local, surgiram, numa das valas, estruturas em granito que foram sumariamente registadas por elementos do PARM³⁰⁷, e que na data eram apontadas como sendo “*de sapatas de construções mais elevadas, entretanto desaparecidas*”³⁰⁸. As referidas sapatas são construídas em silhares de granito aparelhado existindo ainda quatro fiadas num dos arranques. Conclui-se assim, verificada a informação no terreno, que seria a referida ponte, que hoje está mais de 2 metros abaixo do solo atual, fruto das diversas enchentes, tendo inclusive a ribeira mudado de curso, passando cerca de 150 metros para oeste.

Esta ponte ainda existia em 1698, quando o corregedor determina que se faça um curral defronte da “*ponte da Villariça velha*”³⁰⁹. Porém, em 1709 já tinha sido destruída pela cheia³¹⁰. Nesta data determina-se a sua reforma “*per modo da ponte de pão o mais bem assentados, abremaranho em de pedraria estacada se necessário for*”³¹¹. Com base nesta informação, somos levados a supor que a existente teria as sapatas em granito e o tabuleiro em madeira, como se faria de novo. No ano seguinte, o corregedor determina o cumprimento deste provimento, o que indica que as obras não teriam começado.³¹²

Recuando um pouco na cronologia, e apesar de estar fora do âmbito geográfico direto, é importante referir que junto à povoação da Junqueira existia já no séc. XVII, uma outra ponte, particularmente importante já que servia de ligação à estrada entre Torre de Moncorvo e Vila Flor. Até 1967³¹³ é o único sítio em que se pode atravessar a ribeira da Vilariça durante as grandes cheias, já que a ponte junto aos quinhões do Prado ficava, e ainda hoje fica, intransitável³¹⁴. A arrematação para a sua construção data de 1669, por Francisco Vaz no valor de 9 mil cruzados e 240 mil réis. Não suportando tal encargo, o arrematante terá feito sociedade com António Lopes de Sousa³¹⁵, e Manuel

³⁰⁷ PARM – Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo. No local fizeram o registo Nelson Rebanda, Rui Leonardo, Liliana Reis, Cláudia Manso e Constança Espírito Santo.

³⁰⁸ PARM, *Inventário de Património Arqueológico e de alguns valores arquitectónicos do concelho de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo, 2008, vol. 2, ficha ADG-026.

³⁰⁹ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 1, 95v-96

³¹⁰ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 2, fl. 135v

³¹¹ Idem, Ibidem

³¹² AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 3, fl. 11v-12

³¹³ Nesta data foi concluída a nova ponte de betão na Junqueira, substituindo a anterior.

³¹⁴ Sobre este mesmo assunto, vejam-se as considerações do Visconde de Vila Maior em *Preliminares de Ampelographia*, op. cit., pp. 106-107

³¹⁵ Mestre-de-obras de grandes empreendimentos na região como a reforma da ponte de Remondes, o zimbório e o lajeado da Igreja Matriz de Moncorvo.

João.³¹⁶ A mesma ponte terá sido destruída por volta de 1709, já que o Corregedor quando determina a reforma da “*ponte da Vilaria velha*” refere explicitamente que esta era nesse momento mais necessária, já que faltava a ponte da Junqueira³¹⁷.

Desde 1710 até 1817, as informações sobre pontes na Vilaria, apesar de poderem gerar confusão, já que por vezes não especificam o local a que se reportam, aparentemente são sempre sobre a ponte da Junqueira.³¹⁸ Mas vejamos resumidamente a informação existente.

Em 1715, os moncorvenses solicitam ao Rei, por intermédio do Corregedor, uma provisão para que se faça e renove a ponte da ribeira da Vilaria que “*he piquena e demanda pouco custo de finta*” e “*preciza ao serviso dos pasageiros destas duas provincias Beira Minho e Tras os Montes*”³¹⁹.

Em 1726, é apresentada uma provisão régia para se “*redeficar a ponte da Villarissa ao citio da Junqueira*”³²⁰. Em 1730, nos provimentos é-nos dado a saber que a ponte da Vilaria ainda estava por construir, e que por tal se mandasse prender o arrematante Francisco Vaz Velloso, de modo a que este fizesse a obra³²¹, alertando também os oficiais da Câmara para que cumprissem a provisão de Sua Majestade³²². Em 1731 e 1732 repetem-se estes provimentos pelo que a ordem do Corregedor não terá sido cumprida. Em 1734, o Corregedor ordena aos oficiais que dessem conta a Sua Majestade sobre a ponte da Vilaria³²³. Em 1737, refere-se que Francisco Vaz Velloso, pedreiro de Alfândega da Fé, arrematara a ponte da Junqueira e se lhe tinha dado o dinheiro, sem que a dita obra tivesse lugar. É ordenada a execução dos seus bens e de seus abonadores.³²⁴ O mesmo provimento é repetido no ano seguinte. Em 1739, o Corregedor ordena que o Provedor da Comarca continue as execuções dos bens do

³¹⁶ RODRIGUES, Luís Alexandre, “Mestres de obras de arquitectura e sociedades. A construção de pontes na Beira Alta e em Trás-os-Montes no século XVII”, In: *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro*, FLUP, Porto, 2007.

³¹⁷ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 2, fls. 135v-136

³¹⁸ Alia-se a isto o facto de faltarem vários dos capítulos dos provimentos, e principalmente vários livros de atas. De provimentos faltam toda a década de 1720 e entre 1739 e 1748. Das atas da Câmara faltam os seguintes anos, neste período: 1717, 1729, 1732-1736, 1748, 1751-1753, 1755-1759, 1761, 1764-1766, 1768-1769, 1773, 1777-1779, 1781 e 1787.

³¹⁹ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 3, fl. 119v-120v.

³²⁰ AHTM, CMTM, Actas, lv. 55, fl. 43v – ajuntamento de 26 de Junho de 1726

³²¹ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 5, fl. 20.

³²² AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 5, fl. 14.

³²³ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 5, fl. 117

³²⁴ AHTM, PCTM, Provimentos e autos de correição, lv. 6, fl. 107

arrematante assim como dos fiadores, pelo prejuízo de se não fazer a ponte na ribeira da Vilariça.³²⁵

Ainda sobre a ponte da Junqueira, em 1743, é referido novamente Francisco Vaz Velloso, desta vez para que fosse solto da cadeia de forma a que fizesse a esta ponte; a Câmara delibera positivamente desde que apresente um fiador e a termine a dentro de seis meses, já que a finta tinha ocorrido há mais de vinte anos e era uma obra necessária³²⁶. Em 1748 repete-se a mesma ordem³²⁷. Em 1750 ainda a ponte da Vilariça, presumivelmente a da Junqueira, não está feita, repetindo-se as ameaças do Corregedor com vista à sua conclusão, sob pena de pesadas multas aos oficiais da Câmara³²⁸.

Até 1817, não volta a ser referida qualquer ponte, excetuando-se o Tombo dos bens do concelho de 1766-1770, que menciona a ponte da Vilariça, junto aos Quinhões do Prado³²⁹, e o Tombo da ribeira da Vilariça de 1777, que fala do paredão da ponte velha. Em ambos os casos não se especifica se está em funcionamento. É também de estranhar não haver qualquer referência às pontes nos diversos trabalhos de José António de Sá e no de Columbano Pinto Ribeiro de Castro.

Em 1817, a propósito de uma representação ao rei, pedindo que o Juiz de Fora permaneça na vila devido à sua ação brilhante é dito que “*com não menos efficacia se tem comportado na construção, e redifficação de huma Ponte na dita Ribeira Villariça, que em tempos muito remottos alli foi edificada, mas demolida de todo à muitos annos restando della apenas huns pequenos indiceos de pedras em montão*”³³⁰. A ponte aqui referida é a que está junto aos Quinhões do Prado, e que hoje serve de passagem da Quinta da Portela para a Horta da Vilariça e portanto desviada cerca de 600 metros para noroeste da ponte velha que atrás se mencionou. No mesmo documento se declara que a ponte da Junqueira, no então concelho de Alfândega da Fé, estava em funcionamento³³¹, pelo que terá sido efetivamente construída nesse longo espaço de tempo.

Relativamente à nova ponte dos Quinhões do Prado, chame-se assim para distinguir das demais, depois da sua construção por volta de 1817, é novamente referida

³²⁵ Idem, fl. 167-167v

³²⁶ AHTM, CMTM, Actas, lv. 68, fls. 4v-5, 7v-8

³²⁷ AHTM, PCTM, Provimientos e autos de correição, lv. 7, fl. 14v-15 e 20-20v

³²⁸ Idem, fl. 45, ano de 1750

³²⁹ APQAVE/OV, Tombo dos Bens do Concelho de 1766-1770, cópia de 1784, fl. 23 e 27

³³⁰ AHTM, CMTM, Actas, lv. 108, fl. 22, auto de 3 de Janeiro de 1817

³³¹ Refere textualmente que era “*penozo de hir e vultiar além de huma Legua dirigindo-se Ponte da Junqueira destrito da Villa de Alfandega da Fé*” (AHTM, CMTM, Actas, lv. 108, fls. 22v-23, auto de 3 de Janeiro de 1817)

em 1828, aquando da nomeação de um inspetor para as suas obras³³². Em Novembro de 1831³³³ e Outubro de 1837³³⁴, na sequência de cheias da ribeira, alude-se à existência da ponte, dizendo, na primeira data, que é “*uma ponte de pao*”. No ano seguinte o carpinteiro Luís António Rego, efetua o seu conserto³³⁵.

Em 1845 é ordenada a sua reparação, na sequência das cheias³³⁶. Consta igualmente nos orçamentos camarários de 1849 e 1850³³⁷. Em 15 de Agosto de 1854 é arrematada a obra, documento em que se descreve o modo de construção: “*Com tres traves de Zimbro em cada hum dos olhaez, não havendo todo este numero será suprido por traves de Castanho, com taboens de pinho com tres dedos de bitolla attestado, currimão e grade em cruz forte e com toda a cigança necessária bem oliada; com a pregage própria para toda esta obra, e com os gatos de ferro que se julgarem necessários em numero, cumprimento, e grossura, sendo a referida grade de Castanho, e largura, a que tinha ultimamente, o currimão terá os varões necessários para sigurança, o corrimão terá duas mãos de roxo terra*”³³⁸.

Em Outubro de 1883, o sobrado é reparado novamente e o modo de construção é mais especificado: “*O sobrado da ponte consta de seis vigas longitudinaes de nove metros e quarenta e cinco centímetros cada uma, trinta centímetros quadrados até ao meio terminando na extremidade mais fina em trinta centímetros de deametro; estas vigas serão substituídas vinte centímetros nos pegões levando nas extremidades espigões de ferro sinco de tres centímetros quadrados e chumbados perpendicularmente sobre o leito das mesmas traves e cavilhadas por sima; o taboleiro será construído de travessas de castanho de resto em meio fio de des centímetros quadrados e tres metros e vinte centímetros de comprimento assentes com intervalos de dois centímetros e pregadas a cavilhas apropriada.*”³³⁹

A ponte que existe atualmente, que é a que acima fica descrita, foi reformulada em meados do séc. XX, tendo o tabuleiro em madeira (fig. 90) sido substituído por betão. Analisando tanto os arranques como o pilar central, verificamos que apresenta

³³² AHTM, CMTM, Actas, lv. 114, fl. 144

³³³ AHTM, CMTM, Actas, lv. 117, auto de 2.11.1831

³³⁴ AHTM, CMTM, Actas, lv. 119, fl. 48

³³⁵ ANDRADE, António Júlio – “Dicionário Histórico dos architectos, mestres de obras e outros construtores da vila de Torre de Moncorvo, *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XI, n.os 3-4, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1991, p. 41

³³⁶ AHTM, CMTM, Actas, lv. 121, fl. 66

³³⁷ Idem.

³³⁸ AHTM, CMTM, Actas, lv. 122, fl. 104v-105v

³³⁹ AHTM, CMTM, Actas, lv. 128, fl. 55-56

silhares em granito (fig. 92), alguns deles com siglas, o que remete para o seu reaproveitamento, confirmando o que é referido no documento de 1817, atrás aludido. São ainda visíveis os entalhes na parte superior destas três massas pétreas – arranques e pilar – os encaixes para colocar as vigas do sobrado (fig. 93) assim como o resto de alguns dos espigões de ferro, referidos tanto em 1854 como em 1883. Tendo-se confirmado as medidas dos vãos, verifica-se que correspondem às descritas pelo documento de 1883.

Relativamente à ponte da Junqueira, são hoje visíveis, como também confirma Carlos de Abreu, três fases³⁴⁰. A última surge na sequência da trovoada de 16 de Junho de 1955 (figs. 94 e 95), que destruiu o arco central e levou a que se colocasse uma estrutura em ferro fundido. São ainda perceptíveis duas fases anteriores. Uma deverá ser a do séc. XVII, aparentemente a original e que corresponde aos níveis basais da ponte, quase até ao nível dos arcos laterais; a outra fase da segunda metade do séc. XVIII ou inícios do séc. XIX, quando constroem o arco central e a parte superior da ponte, que em 1955 será novamente destruído. Observando as imagens coevas da trovoada de 1955, é curioso verificar que apesar de o paramento montante e jusante da ponte ser feito com silhares de granito aparelhados, o cerne da estrutura é maioritariamente em xisto. Ainda relativamente às fases construtivas desta ponte aqui apontadas, serão precisos mais estudos, e novos documentos, para as confirmar definitivamente³⁴¹.

Por último, como meio de travessia, temos a referir a barca da Foz do Sabor. Esta foi estabelecida já em 1826, por requerimento de João António Ferreira Henriques. Antes desta data, não temos qualquer referência escrita. Tal solicitação foi satisfeita com a importante condição de os habitantes da vila e termo não pagavam a passagens, assim como o transporte dos linhos cânhamos. O rendimento que a Câmara obteria com o estabelecimento deste meio de passagem do rio deveria entrar no cofre de obras públicas, com a função de custear as obras de estradas, calçadas, pontes e fontes³⁴². Não temos a certeza se esta barca faria a ligação entre as duas margens da foz do Sabor, ou entre o Sabor e o rio Douro, ou seja entre Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, tal como acontecia no Pocinho. A designação leva-nos a inclinar para a primeira

³⁴⁰ ABREU, Carlos, *A estruturação do território ibérico na Raia Duriense...*, op. cit., pp. 107-109

³⁴¹ Refira-se que José Martins Pereira aponta obras de alteamento e alargamento do tabuleiro da ponte na segunda metade do séc. XIX, na sequência da construção da estrada a macadame (PEREIRA, José Manuel Martins – *As Terras entre Sabor e Douro*, J. L. dos Santos & C.^a, Setúbal, 1908, pp. 44-45).

³⁴² AHTM, CMTM, Actas, lv. 114, fls. 62v-64

hipótese. O que temos por certo é que volta a ser referida aquando do seu arrendamento pela Câmara em 27.05.1883³⁴³, com algumas das cláusulas do regulamento das barcas de 15 de Julho de 1883³⁴⁴. O que refere acerca dos preços das passagens é elucidativo das condições de navegabilidade do rio, e das técnicas de manobra da barca: “*quando a barca andar á corda o preço de passagem é: por cada pessoa vinte reis, por cada cavalgada ou boi trinta reis. Quando a barca andar a remo o preço de cada passagem é: por cada pessoa quarenta reis por cada cavalgada ou boi sessenta reis. Quando as courellas forem cobertas o preço da passagem é: por cada pessoa sessenta reis, por cada cavalgada ou boi, oitenta reis*”³⁴⁵.

Apesar de não termos encontrado mais referências documentais relevantes, sabemos que ainda na segunda metade séc. XX, no inverno, era utilizada uma barca (fig. 80) neste local, tendo sido desativada no início dos anos 70³⁴⁶, com a construção de uma ponte com tabuleiro de madeira na Foz do Sabor, na sequência da subida da cota do rio Sabor devido à construção do aproveitamento Hidroeléctrico da Valeira. Aparentemente, e com base nos registos fotográficos, esta barca assemelha-se estruturalmente aos barcos de pesca, e às barcas de passagem do rio Douro, descritas por Teresa Soeiro³⁴⁷.

Pelo exposto, verifica-se a existência de uma rede de caminhos bem estruturada no contexto do vale. Como se sabe, os eixos viários são estruturas de longa duração pelo que é admirável verificar que ainda no séc. XVIII deixaram-se de utilizar percursos. É o caso da dita estrada de Bragança entre a foz da Vilariça e a antiga ponte. Parece-nos evidente que tal facto terá ocorrido a partir do momento em que se desativou a ponte antiga, que teria uma orientação bastante diferente da atual. Este seria um caminho

³⁴³ AHTM, CMTM, Actas, lv. 128, fls. 32v e 33v

³⁴⁴ As cláusulas aplicáveis são as seguintes: “1.º *Que haja huma barca de paçage [...] enquanto as Camara comfinantes do Rio Douto não mandão fazer os concertos neessarios na estrada que chamão da bouça, o que as Camaras de Moncorvo e Fóscoa farão no proximo foturo inverno: que as barcas terão a capacidade e tripulação necessaria para o bom, necessario, e prompto serviço da paçagem*
2.º *Que [fl. 22] o rendimento destas barcas seja pago em quatro prestaçoens eguais no fim de cada tres mezes, sendo o arrematante ou arrematantes obrigados a entrar o Coffre dos Municipios interessados neste rendimento com a quantia que a cada hum pertença as ditas prestaçoens; pela falta de cujo pagamento o arrendatario hé responsavel para com as Camaras interessadas*
5.º *Que os direitos de paçagem sejão iguais para todos os paçageiros excepto para os militares em serviço, correios, e mais pessoas empregadas em serviço publico, porque estes não pagarão couza alguma.*” (AHTM, CMTM, Actas, lv. 121, fls. 21v-22)

³⁴⁵ AHTM, CMTM, Actas, Livro 128, fls. 33v

³⁴⁶ Informação fornecida por o Sr. João Leonardo.

³⁴⁷ SOEIRO, Teresa, “Douro, um rio de vida”, op. cit., pp. 386-387 e 394-400.

muito antigo, possivelmente o caminho principal antes da existência da ponte da Portela, fazendo a ligação entre Torre de Moncorvo e Bragança, atravessando o rio Sabor nas Casas Queimadas, ou um pouco a jusante. O topónimo usado para o designar – Estrada de Bragança – parece confirmar esse facto. Com a sua desativação, no início do séc. XVIII, vai-se afirmar um novo caminho, ao fundo dos quinhões do Prado, entre a Quinta do Carvalhal e o cruzamento da Portela, passando pela nova ponte da Vilarica.

Conclusão

Ao longo das páginas que nos foram concedidas tentamos abordar um tema vasto e complexo. Centrando-nos no baixo vale da Vilariça, procuramos caracterizar alguns dos seus aspetos, num espaço de tempo que se enquadra no Período Moderno e alvares da Contemporaneidade. Possivelmente fomos demasiado ambiciosos, porém cremos ter dado um contributo importante no âmbito da Arqueologia Rural e Espacial Moderna e, particularmente, para o estudo desta região, os nossos objetivos primordiais.

Em primeiro lugar, é importante regressar aqui a alguns aspetos relacionados com a preparação desta tese. Foram lidos, transcritos e compulsadas milhares de folhas inéditas, fruto de uma pesquisa que durou vários anos, bem como bastantes fontes impressas, bibliografia, cartografia e fotografia. Infelizmente foi-nos impossível apresentar aqui as transcrições integrais dos documentos.

Relativamente ao texto que agora apresentamos, temos a evidenciar que, em primeiro lugar, o vale apesar de ser maioritariamente de origem aluvionar, que é a fonte primordial da sua fertilidade, fruto da relação com os cursos de água, apresenta grande diversidade geológica e pedológica, que determina a organização da propriedade e o tipo de culturas.

Os cursos de água tanto são fundamentais para a fertilidade das terras, particularmente as que lhe estão adjacentes, através do fenómeno da *rebofa*, como para a destruição ou inutilização das propriedades. Esta segunda questão levanta-se principalmente por não haver um leito definido tanto para a ribeira da Vilariça, como para o rio Sabor.

Para obviar este problema ao longo do período foram tomadas várias iniciativas com vista ao encanamento do rio. Ficou aqui provado que, mesmo que algumas se tenham efetivado ainda que parcialmente, nenhuma conseguiu resolver a situação, que se vai estender até ao séc. XX. Ao não existir encanamento vão surgir problemas de várias ordens, nomeadamente com a definição dos limites das propriedades, bem como questões relacionadas com a sua posse.

Paralelamente às iniciativas de obras públicas de hidráulica, cujos projetos conseguimos reconstituir em parte, assemelhando-se a outras iniciativas empreendidas noutros locais – caso do Mondego –, desde o início do séc. XVII que as entidades públicas mandam elaborar instrumentos legais para delimitação das propriedades: os Tombos da Ribeira da Vilariça de 1629 e o de 1777. Sabemos que é com base nesses

documentos que se vai organizar a propriedade ao longo de mais de três séculos, mesmo que sejam imperfeitos e alvo de dúvidas recorrentes.

A partir destes documentos – os Tombos de 1629 e 1777 – bem como outros instrumentos legais privados, quase todos inéditos e por estudar convenientemente, conseguimos obter um leque diversificado de informações, relacionadas com a toponímia; tipos, dimensões e posse da propriedade; culturas existentes; formas de demarcação.

Relativamente às formas de delimitação concluímos que na área inundável se recorreu preferencialmente a delimitações efémeras, reservando-se as formas duradouras como os marcos, signos em pedras ou paredes, preferencialmente para as zonas marginais.

No que concerne à estruturação da propriedade, além das características atrás referidas, verificou-se uma pulverização de parcelas que aumenta no séc. XVIII, assim como a dispersão de bens possuídos por um proprietário ou instituição, trazendo grandes inconvenientes. Constatou-se ainda a grande desigualdade da dimensão das propriedades, mesmo dentro de uma classe tipológica.

Sobre a tipologia das propriedades concluiu-se que se pode considerar que na área central do vale existem três: courelas, barrais e campos. Se os primeiros dois tipos apresentam características bem definidas no que se refere à localização, tipo de produção e produtividade, já os *campos* são um grupo de propriedades cujo ponto comum é a dimensão, podendo significar um espaço agricultável que pode ser subdividido, parecido com as *agras* e *leiras* do Entre Douro e Minho, aqui designado por *Quinhões*, como um terreno sem qualquer valor agrícola – os *areiros*. Nas áreas mais afastadas, encontram-se os *tapados*, olivais e as quintas.

A existência das quintas já se verifica no séc. XVII, tendo-se constituído ou surgido novos terrenos com esta designação no séc. XVIII e XIX. Apesar de terem um denominador comum, que é a presença de estruturas habitacionais e dependências relacionadas com a produção, possuem características diferentes, fruto das condicionantes geográficas e geológicas, assim como das suas funcionalidades e época histórica em que se constituem.

Para o estudo das culturas interessou-nos mais compreender a sua evolução no contexto do vale, do que caracterização dos ciclos anuais de produção e dos meios e técnicas associadas. Assim concluímos que se existem culturas que se mantêm com

maior ou menor vigor por todo o período estudado – caso dos cereais e do cânhamo; existem outras que se desenvolvem no séc. XVII – olival, legumes e hortaliças; XVIII – a cevada; e XIX – o vinho e árvores de fruto. Foi também interessante perceber que com a introdução de uma nova cultura, o mapa das áreas de produção podia reorganizar-se. A alteração da localização dos produtos hortícolas é um caso evidente, aquando da decadência da produção do cânhamo e na época da introdução da vinha. Neste caso em particular (a vinha), a sua introdução ocorre da periferia – zona das quintas, para o centro do vale – os barrais, obrigando a uma recomposição das culturas em cada tipo de propriedade.

Dada a especificidade e importância da cultura do cânhamo, pareceu-nos importante desenvolver a sua evolução ou, melhor dizendo, explicar as fases do seu apogeu e declínio. Esta cultura merecia por si um estudo autónomo. O mesmo acontece com os gados, que aqui foram sinteticamente abordados, e mais numa perspetiva da sua relação com as culturas.

Sobre a viária de acesso ao vale, o que nos parece mais importante destacar é a importância da abertura do Cachão da Valeira para a alteração das rotas e percursos. Não é despendendo tentar compreender quais são os percursos terrestres utilizados. A questão da utilização do caminho para o porto de Foz-Tua, através de Cabeça de Mouro e Vilarinho da Castanheira, foi um assunto que não ficou definitivamente esclarecido. O mesmo acontece com a importância da utilização do caminho entre o vale e a barca do Pocinho.

No interior do vale, constatou-se que a rede de caminhos apesar de ter sofrido alterações pontuais de configuração e de traçado se mantém e está bem distribuída. O caso da decadência da dita estrada velha de Bragança e o surgimento do caminho entre o Carvalhal e a Portela explica-se pela ruína da ponte e pela constituição de uma nova em local diferente, e com diferente orientação. A questão desta travessia, assim como da barca da Foz do Sabor, e da ponte da Junqueira, são aspetos que não estão totalmente esclarecidos e merecem o aprofundamento do seu estudo.

Em sentido contrário, encontra-se o estudo das iniciativas de encanamento, que pareceu revestir-se de capital relevância no quadro do tema e objetivos delineados. A principal conclusão a tirar é que apesar de terem existido bastantes iniciativas legislativas, tanto por parte dos órgãos públicos locais como nacionais, ficaram sempre

por cumprir os objetivos, fruto de contingências de diversa ordem, mas onde a negligência desempenha um papel de relevo.

Este trabalho não está isento de lacunas e carências. Em primeiro lugar, temos perfeita consciência que teria sido importante aprofundar o tema das culturas, particularmente no que se refere às técnicas, utensílios, meios, montantes e ciclos de produção, formas de armazenamento dos produtos e mercados. O mesmo aconteceu com os gados. Se para as culturas existem já alguns estudos e fontes importantes publicadas recentemente³⁴⁸, para o estudo dos gados permanece uma lacuna importante, existindo ainda bastante informação não estudada ou publicada³⁴⁹.

No que se refere à estruturação da propriedade ensaiamos, com base nos dois Tombos Gerais de 1629 e 1777, numa primeira fase, efetuar uma transposição cartográfica, tentando desta forma compreender melhor a evolução da propriedade. Dado a falta de conhecimentos informáticos acabamos por abandonar esta hipótese que seria muito interessante e que evidenciaria alguns dos problemas que levantamos sobre esse assunto. Numa segunda fase, efetuamos uma sistematização sumária das parcelas constantes nos referidos Tombos, que serviu de apoio a muitas das conclusões aqui apresentadas quer no capítulo da propriedade, como também na questão da circulação do vale. Acabamos por os excluir dos anexos, dados os problemas de ligação entre algumas parcelas que não conseguimos resolver. Porém, a elaboração destes “mapas” sistematizados serviu-nos para confirmar que José António de Sá estava correto ao dizer que os dois Tombos Gerais (principalmente o de 1777) “*tem ainda muita confusão*”³⁵⁰. E esta confusão, que se compreende bem no Tombo de 1777, prende-se, por exemplo, com a má descrição das confrontações e nas medições, que muitas vezes não podem ser as corretas.

No capítulo 5, relativamente ao acesso e circulação do vale, ficou por estudar um aspeto importante que se prende com os meios de transporte, particularmente o estudo

³⁴⁸ Destaca-se o trabalho de Nelson Campos Rebanda “A evolução da paisagem...”, op. cit.; e a publicação da memória da Agricultura da Comarca de Moncorvo, de José António de Sá (SOUSA, Fernando de, et alii “A agricultura da comarca de Moncorvo...”, op. cit.

³⁴⁹ Evidencie-se aqui os fundos do Arquivo Histórico de torre de Moncorvo, mas também o Arquivo Distrital de Bragança.

³⁵⁰ SÁ, José António de, “Descrição Económica ...”, op. cit., p. 185.

dos carros de bois, sumariamente abordado pelo Abade Tavares³⁵¹ e estudadas por Fernando Galhano³⁵². Era ainda nossa intenção efetuar um estudo mais aprofundado sobre as quintas; o mesmo se pode dizer sobre as questões de salubridade; do aspeto humano e da caracterização das profissões e atividades do vale; e aprofundar a evolução das conceções políticas e económicas dos agentes políticos centrais e locais. Porém, particularmente sobre estes pontos, optamos, dada a falta de espaço, por os excluir, esperando por uma oportunidade futura ou deixando o terreno livre a outros investigadores que pretendam estudar este assunto.

Temos também de dizer, que apesar de termos recorrido a um elevado volume de informação importante que se encontrava inédita, ficaram por consultar bastantes documentos que poderão ser de suma importância para os temas aqui tratados, e de que só dispusemos do seu conteúdo geral. Destaca-se a informação existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Pública Municipal do Porto e Arquivo Distrital de Braga.

Resta-nos afirmar ainda, com alguma esperança, que esta será uma primeira base de trabalho, a que poderemos dar seguimento. Cremos ser esse o espírito do Ensino Universitário, e particularmente deste Ciclo de Estudos em Arqueologia.

³⁵¹ TEIXEIRA, Tavares, “Ethnographia Transmonstana. A Agricultura (Concelho de Moncorvo)”, in: *Portugália*, vol. 2, Porto, 1905-1908, pp. 627-638

³⁵² GALHANO, Fernando, *O Carro de Bois em Portugal*, Instituto de Alta Cultura/ Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1973, pp. 78-85

Fontes e Bibliografia

1 – Fontes Manuscritas

AHM – Arquivo Histórico Militar

Divisões, Campanhas na Metrópole e Europa, Estabelecimento do regime Liberal (1820-1823), cx. 7, n.º 3, Obras no campo de Vilariça, em Moncorvo, 1823 (DIV / 1 / 17 / 07 / 03)

AHTM – Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo

- CPD - Colecção de Pergaminhos e Documentos

n.º 127 - 2 de Abril de 1806 – Encanamento do rio Sabor e da Ribeira da Vilariça, afim de evitar os estragos ocorridos no vale da Vilariça, gaveta 10

n.º 128 – 2 de Abril de 1806 - Instrumento e regimento para mandar segurar a corrente do rio Sabor, e Ribeira da Vilariça no termo de Torre de Moncorvo, gaveta 10

- CMTM – Fundo da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo

B – Órgãos do Município, Câmara Municipal

2 – Acórdãos, Actas, Assentos, Autos e Vereações (104 livros, 1694-1899)

C – Serviços Administrativos e Financeiros

C/D – Património e Aprovisionamento

1 – Arrematações de bens (6 livros, 1735 -1851)

3 – Tombos dos Bens do Concelho (3 livros, 1629-1777)

5 – Prazos (3 livros, 1761-1830)

6 – Arrendamentos e Arrematações da Igreja Matriz (4 livros, 1810-1877)

9 – Registo de Património. N.º 1 - Levantamento das propriedades pertencentes ao concelho no Vale da Vilariça, 8 croquis, 1932

H - Justiça

2 – Achadas/Rendeiro dos Verdes (7 livros, 1676-1791)

J/B – Obras Municipais

1.9.12/1 – Desobstrução da Ribeira da Vilariça. 1961-1962

- PCTM – Fundo da Provedoria da Comarca de Torre de Moncorvo

3 - Tombo e Abolições de Capelas (4 Livros, 1777-1831)

5 - Registo de provisões, portarias, ordens e ofícios da Provedoria (19 livros, 1657-1834)

7 – Provimentos e Autos de Correição (11 livros, 1693-1816)

8 – Décima, Torre de Moncorvo (concelho) (76 livros, 1704-1834)

12 – Lançamento dos quatro e meio por cento, Torre de Moncorvo (12 livros, 1719-1762)

- Fundos Diversos/ Fundo: António Caetano de Oliveira [ACO]

1 - Caderno da Relação dos Prédios que pertencem a António Caetano de Oliveira no Concelho de Moncorvo, s/d

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo Conselho Ultramarino. Série Reino

- Escrito sobre o linho da feitoria de Moncorvo, AHU_CU_Reino, Cx. 4, pasta 4.

- Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre o requerimento do contratador do fio de Moncorvo Diogo Henriques Pereira, da compra do cânhamo que quer fazer na Andaluzia. Lisboa, 7 de Março de 1624. AHU_CU_Reino, Cx. 4-A, pasta 19.

- Carta do conde de Miranda, governador do Porto, [D. Diogo Lopes de Sousa], acerca do fio que o provedor da Torre de Moncorvo deve enviar com brevidade. Lisboa, 15-28 de Junho de 11624. AHU_CU_Reino, Cx. 4-A, pasta 31.

- Consulta (minuta) do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre as consignações de dinheiro para as feitorias de linho cânhamo de Santarém e da Torre de Moncorvo e para a feitoria de Coimbra. AHU_CU_Reino, Cx. 5-A, pasta 39.

- Carta ao rei [D. Filipe III], do contratador do linho cânhamo da vila de Torre de Moncorvo, dando contas da recolha daquele produto. 1635. AHU_CU_Reino, Cx. 8, pasta 14.

- Despacho do Conselho da Fazenda ordenando ao almoxarife da Torre de Moncorvo que passasse ao de Coimbra certa quantia para pagamento do linho da feitoria daquela cidade. 1635. AHU_CU_Reino, Cx. 8, pasta 33.

- Carta ao rei [D. Filipe III] do executor do linho cânhamo de Torre de Moncorvo, Barvro de Arroio, sobre o pagamento do linho que já havia sido ceifado. Fevereiro de 1635. AHU_CU_Reino, Cx. 8, pasta 37.
- Despacho do Conselho da Fazenda ordenando ao provedor da Torre de Moncorvo que informasse sobre a arrecadação anual do linho na feitoria de sua comarca. 3 de Dezembro de 1635. AHU_CU_Reino, Cx. 8, pasta 55.
- Carta ao rei [D. Filipe III] de João da Fonseca Porto sobre o lance feito por Jorge Lopes de Negreiros para a arrematação do contrato do fio e enxárcia em Torre de Moncorvo. 1636. AHU_CU_Reino, Cx. 8-A, pasta 2.
- Carta ao rei [D. Filipe III] de Francisco Carneiro de Castro, sobre a entrega do pau-brasil e o recebimento do linho cânhamo que viera de Torre de Moncorvo. 1636. AHU_CU_Reino, Cx. 8-A, pasta 13.
- Carta ao rei [D. Filipe III] de João de Medeiros Correia, sobre o linho recolhido em Moncorvo. 1637. AHU_CU_Reino, Cx. 9, pasta 17.
- Informação do [oficial dos Armazéns] Luís César sobre a entrega do fio vindo de Santarém, Coimbra, Torre de Moncorvo para a enxárcia dos galeões. Lisboa, 11 de Dezembro de 1638. AHU_CU_Reino, Cx. 9-A, pasta 27.
- Cartas ao rei [D. Filipe III]: do superintendente dos linhos cânhamos de Torre de Moncorvo, João de Medeiros Correia, sobre a entrega do dinheiro para a consignação da feitoria do ano de 1638; e carta dos oficiais da Câmara de Moncorvo, sobre o zelo com que serve o juiz de fora e superintendente dos linhos, João de Medeiros Correia. 28 de Maio de 1639. AHU_CU_Reino, Cx. 10, pasta 11.
- Carta ao rei [D. João IV] do superintendente da Torre de Moncorvo, Gaspar de Lemos Galvão, queixando-se da falta de dinheiro existente na feitoria dos linhos cânhamos da vila de Moncorvo. 30 de Dezembro de 1641. AHU_CU_Reino, Cx. 10-A, pasta 56.
- Informação sobre o que expõe o executor do almoxarifado da vila da Torre de Moncorvo, André de Madureira, acerca da conveniência em se saber se Diogo Henriques Pereira, primeiro contratador da feitoria do Linho Cânhamo da dita vila, acabou o seu contrato e se dele deu conta. [1630]. AHU_CU_Reino, Cx. 14, pasta 5.
- Memória sobre o linho cânhamo [sic] colhido na comarca de Torre de Moncorvo. 1620 AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 11.
- Consulta do Conselho da Fazenda ao rei D. João IV, sobre carta do superintendente da feitoria dos linhos de Moncorvo, Gaspar de Lemos Galvão, reclamando a restituição do dinheiro que os fronteiros da dita comarca haviam tomado, pela consignação que tinham. Lisboa, 26 de Junho de 1642. AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 12.
- Ofício do intendente geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, reencaminhado uma memória do juiz de fora da vila de Torre de Moncorvo, doutor José Antônio de Sá, sobre a produção agrícola de Trás-os-Montes; Ofício do intendente geral da Polícia, reencaminhando ofício do desembargador corregedor e provedor da comarca do Porto, Francisco de Almada e Mendonça, em que informava ter remetido ao governador e capitão general de Pernambuco trinta alqueires de linhaça cânhamo provenientes de Moncorvo. 1785-1788. AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 21.
- Ofício ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do desembargador corregedor e provedor da comarca do Porto, Francisco de Almada e Mendonça, sobre a cultura do linho cânhamo nas comarcas do Norte (e, especialmente, em Torre de Moncorvo) a circulação de navios, o apetrechamento de vasos de guerra; 1799-1800, AHU_CU_Reino, Cx. 23, pasta 30.

APFLL – Arquivo Particular da Família Lopes Leonardo

FFALC – Fundo Francisco António Lopes Cardoso

- Carta ao Ministro da Fazenda relativa à posse de terreno arrematado por compra dos quinhões do Prado, 13.12.1871, 3 fls.

APQAVE/OV – Arquivo Particular da Quinta das Aveleiras / Oficina Vinária - D. Maria da Graça Oliveira Morais de Almeida Pinto Félix, Torre de Moncorvo

- Tombo dos bens do Concelho desta villa e seo termo, 1784
- Cópia do Tombo do Morgado de Mendel de 1625.

APSA – Arquivo Particular do Solar de Santo António de Torre de Moncorvo

- Tombo do Morgado de Santo António. 1757 (Tombo do Morgado de S. António que Instituiu Affonso Domingues de Madureyra, e Felippa Vaz Primeiros instituidores deste Morgado de que hoje hé administrador Luís Camelo de Castro Fidalgo da Casa de S. Mag.e. Anno de 1757. Torre de Moncorvo)

- N.º 1.4 - Provisão e pedido de Provisão para o Tombo do Morgado do Marmeleiro, pedido por José Bernardo Malafaia de Castro Pereira, bisneto do instituidor Tomé de Castro Borges, 1772
- N.º 1.35 - Tombo das propriedades na posse da Família Carvalho e Castro – Vilarica e outros – de herança do Morgado de Santo António, Marmeleiro e D. Josefa Antónia Sarmiento, 1823
- N.º 2.1 - Certidam do Tombo da Comenda desta Villa da Torre de Moncorvo de 1605, s/d

PARM – Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo

- Carta Arqueológica de Torre de Moncorvo. Freguesia de Torre de Moncorvo. Processo da Estação Quinhões/Feiticeiro.

2 – Cartografia

APFLL – Arquivo Particular da Família Lopes Leonardo

Carta Militar de Portugal, esc. 1:25.000. Folhas 118 e 130, Serviços Cartográficos do Exército, 1946.

AHM – Arquivo Histórico Militar

FALCÃO, Balthazar Antonio - *Planta tirada a golpe de vista da estrada de Moncorvo até Lagoaça e daqui até Bragança, e da parte compreendida entre o Douro e a estrada de Moncorvo onde se mostra a parte em que os Franceses se supunha quererem paçar*, escala não determinada, 1810 (AHM - 1379-2-22A-109 DSE- CRT/2003)

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

EÇA, Lourenço Homem da Cunha de - Carta militar das principais estradas de Portugal, Mapa, Escala [ca. 1:470000], Lisboa, 1808 (disponível em <http://purl.pt/6302>)

FORRESTER, Joseph James - *O Douro portuguez e paiz adjacente contando do rio quanto se pode tornar navegavel em Espanha*, Mapa, 1848 (disponível em <http://purl.pt/22487>)

LIMA, Luís Caetano de, Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa..., Off. de Joseph Antonio da Sylva, Lisboa, 1734-1736 (disponível em <http://purl.pt/403>)

LODGE, John, *The kingdoms of Portugal and Algarve* [Material cartográfico], Escala [ca 1:1300000], London : Laurie & Whittle, 1794 (disponível em <http://purl.pt/3870>)

CD – Casa do Douro

Serviço de Cadastro, Cadastro das vinhas da Região Demarcada do Douro, Cartografia, Freguesia da Horta da Vilarica, fls. 21 a 37

ICC – Institut Cartogràfic de Catalunya

STOCKDALE, John - *A new Military Map of Spain and Portugal ...*, 1812 (disponível em <http://cartotecadigital.icc.cat>)

IGP – Instituto Geográfico Português – Cartoteca

AUFFDIENER, Joseph - *Configuração do rio Douro* [Material cartográfico], cerca de 1790. CA292/IGP (disponível em <http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/cartoteca/detalheC.asp?cod=22>)

CARVALHO, José Monteiro de - Carta geographica da Provincia de Tras-os-Montes [Material cartográfico], 1755. CA75/IGP (disponível em <http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/cartoteca/detalheC.asp?cod=92>)

CARVALHO, Luís Gomes de – *Carta topographica da parte da Provincia de tras os Montes, comprehendida entre o Douro e o Sabor, ate Bragança* [Material cartográfico], 1797. CA76/IGP (disponível em <http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/cartoteca/detalheC.asp?cod=95>)

PYTHON, Joao Bento - *Mappa para demostrar todos os passos do rio Douro desde o rio Agada athe o rio Pinhao* [Material cartográfico], 1762. CA296/IGP (disponível em <http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/cartoteca/detalheC.asp?cod=512>)

MAP/DRAPN/DRD/NTM – Núcleo de Torre de Moncorvo da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

- Carta de Solos de Portugal. Esc. 1:50.000. Folha 11-A. Ed. Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, Lisboa, 1971.

- Cadastro de Imóveis Rurais. [Aplicação informática]

PARM – Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo

Carta Geológica de Portugal nas escalas 1:50.000 e 1:250.000

RAHE – Real Academia de la Historia, de Espanha

Departamento de Cartografía y Artes Gráficas, C-I c 45, n.º 558 – *Mapa del Sureste de la provincia de Tras-os-Montes*, escala c. 1:143.900, 1762, (disponível em <http://bibliotecadigital.rah.es>)

3 – Imagens (Fotografias e Gravuras)

AJFTM – Arquivo Fotográfico da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo

- Registos fotográficos de Luís Lopes

APFLL – Arquivo Particular da Família Lopes Leonardo

- Arquivo Fotográfico

APLL – Arquivo Particular de Luís Lopes

- Arquivo Fotográfico

APMS – Arquivo Particular de Miguel Sá

- Arquivo Fotográfico

APMMA – Arquivo Particular Marlie Matos André

- Arquivo Fotográfico

APQAVE/OV – Arquivo Particular da Quinta das Aveleiras / Oficina Vinária - D. Maria da Graça Oliveira Morais de Almeida Pinto Félix, Torre de Moncorvo

- Coleção de Bilhetes-postais

APSA – Arquivo Particular do Solar de Santo António de Torre de Moncorvo

- Arquivo Fotográfico

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

PIMENTEL, E., *Foz de Sabôr e Valle de Villariça*. Gravura, Ed. Magalhães & Moniz, ca. 187... (disponível em <http://purl.pt/5572>)

PIMENTEL, E., *Quinta do Silho*, Gravura, Ed. Magalhães & Moniz, [ca. 187-?]. - 1 gravura : madeira, p&b (<http://purl.pt/5538>)

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

“Ponte da Ribeira da Villariça”, In: *O Primeiro de Janeiro*, n.º 57, de 8 de Março de 1903, p. 1

CM-TM – Centro de Memória – Torre de Moncorvo

FSJ - Fundo Prof. Doutor Santos Júnior

- Fotografias (Pts. 495 e 595)

FLB - Fundo Leonel Brito

- Filme *Gente do Norte*, 1977

- Arquivo fotográfico digital

MF&RM – Museu do Ferro & da Região de Moncorvo

FGMB – Fundo Gabriel Monteiro de Barros

- Arquivo Fotográfico

NMFDS – Núcleo Museológico de Fotografia do Douro Superior

- Arquivo Foto Peixe.

PARM – Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo

- Arquivo Fotográfico

4 – Fontes Impressas

Arquivo Distrital de Braga – *Tombo das propriedades dos beneficiados desta igreja da villa da Torre*, Gaveta das Cartas, doc. 51. Transcrito em: ABREU, Carlos - “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII - XVIII)”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. IV (8), GEHVID, Porto, 1999, pp. 105-111.

Tombo das propriedades da igreja de Santa Maria da Torre de Moncorvo, Registo Geral, Livro 65, fls. 2-6v. Transcrito em: ABREU, Carlos - “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII - XVIII)”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. IV (8), GEHVID, Porto, 1999, pp. 112-115.

Além Douro, lv.4, fl. 222 – *Capítulos Especiaes dados a Moncorvo por D. Afonso V*. Publicado por Alves, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000, doc. n.º 103, pp. 291-295

Além Douro, lv. 3, fl. 20v. – *Capitulos especiaes dados a Moncorvo por D. Afonso V em 7 de Julho de 1459*. Publicado por Alves, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000, doc. n.º 104, pp. 295-299

Além Douro, lv. 3, fl. 3 – *Carta de doação de um cercoito na Ribeira da Vallarica que em outro tempo foi povoado, de 16 de Fevereiro de 1468*. Publicado por Alves, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000, doc. n.º 105, pp. 299-300

Além Douro, lv. 1, fl. 11v – *Capitulos apresentados por Moncorvo nas Cortes de Lisboa. 7 de Março de 1498*. Publicado por Alves, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. IV, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000, doc. n.º 106, pp. 300-304

Chancelaria de D. João IV, Doações, lv. 17, fl. 69v – [Alvará de nomeação de Jeronimo Ozorio d’ Almeida como superintendente das feitorias do linho de Santarém, Coimbra e Memcorvo]. 27 de Agosto de 1644. Publicado por VITERBO, Sousa – “Artes Industriaes e Industrias Portuguezas. Industrias Textis e congeneres”, *O Instituto*, n.º 51, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1904, pp. 570-571.

Memórias Paroquiais, vol. 8, mem. 8 – *Cabeça Boa*. Publicado por CAPELA, José Viriato et alii, *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, 2007.

Memórias Paroquiais, vol. 8, mem. 10 – *Cabeça de Mouro*. CAPELA, José Viriato et alii, *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, 2007.

Memórias Paroquiais, vol. 18, mem. 144 - *Horta*. CAPELA, José Viriato et alii, *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, 2007.

Memórias Paroquiais, vol. 37, mem. 75 – *Torre de Moncorvo*. CAPELA, José Viriato et alii, *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Braga, 2007.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cod. 569, fls. 28-31 – “Relação da produção da Fábrica dos Linhos Cânhamos da Comarca da Torre de Moncorvo, e Pinhel; e das remessas que se têm feito para o Porto; e da correspondência do produto à despesa; e do em que pode ter utilidade à Real Fazenda”. Publicado por FERNANDES, Hírdino da Paixão – “Da Cultura do Linho Cânhamo em Moncorvo”, in: *Brigantia*, vol. 1, n.º 2, Bragança, 1981, p. 136-141

Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 728 – Descrição do Rio Douro para Cima do Cachão de: Sam Salvador denominado no Paíz = Cachão da Baleira = com o Mappa das Freguezias superiores ao mesmo...”. Publicado por OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle – “Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do séc. XVIII”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. 1, GEHVID, Porto, 1996, pp. 215-259

CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – Mappa do estado actual da província de Trás os Montes e Nova demarcação e regulação das comarcas e distritos da província de Trás-os-Montes. Publicado por MENDES, José Maria Amado – *Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1981

LUCENA, D. José Maria de, Mappa Historico e Politico do Reyno de Portugal. Publicado por OLIVEIRA, Aurélio de – “Mappa Historico e Politico do Reyno de Portugal”, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, Série I, vol. 4/5, FLUP, Porto, 1973-1974, pp. 29-53. Original depositado na BPMP, ms. 940.

SÁ, José António de – “Memória académica em que se dá a descrição da Provincia de Tras os Montes e se propoem os methodos para a sua reforma”. Publicado em SOUSA, Fernando de “Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá, in: *População e Sociedade*, n.º 3, CEPESE, Porto, 1997, pp. 371-399

_____ “Memória sobre o modo de honrar os Lavradores, e evitar a sua estupidez e ignorância com aplicação a provincia de Traz os Montes”. Publicado em OLIVEIRA, Aurélio de “Memória sobre o modo de honrar os Lavradores da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (9), GEHVID, Porto, 2000, pp. 147-154

_____ “Memória dos abuzos praticados na Comarca de Moncorvo, e provimentos do Corregedor Joze Antonio de Sá”. Publicado por SOUSA, Fernando de - “A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, vol. IV e V, 1973-74, pp. 223-327

“Memória do estado da Agricultura da Comarca de Moncorvo”. Publicada por SOUSA, Fernando de, et alii – “A Agricultura da comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de setecentos”, In: *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, Edições Afrontamento / CEPESE, Porto, 2009, pp. 298-338

“Parecer e memoria sobre a cultura dos linhos na Província de Trás-os-Montes de José António de Sá”. Publicado em OLIVEIRA, Aurélio, “Memória sobre os Linhos de Trás-os-Montes e Alto Douro de José António de Sá”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (10), GEHVID, Porto, 2000, pp. 139-146

SOUSA, José Jacinto de – Discurso sobre o Paiz do Douro. Publicado por OLIVEIRA, Aurélio de “Discurso sobre o paiz do Douro’ de José Jacinto de Sousa”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. III (6), GEHVID, Porto, 1998, pp. 203-228. Original depositado na BPMP, ms.563

VELHO, Luís António Medeiros – “Plano das vantagens dos interesses que rezultão á Nação Portuguesa pelo estabelecimento da esquecida agricultura do Canamo...”. Publicado em OLIVEIRA, Aurélio, “Memória sobre os Linhos de Trás-os-Montes e Alto Douro de José António de Sá”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (10), GEHVID, Porto, 2000, pp. 146-152.

CARVALHO, António Velozo de – “Memórias das notícias que El Rei Nosso Senhor ordena se dêem à Academia Real de Historia Portuguesa, da Câmara desta vila de Torre de Moncorvo e lugares de seu termo” Publicado por FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo. Município Tradicional*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 2001, pp. 435-452. Original depositado em BNP, cod. 222, fl. 128 e ss.

5 – Bibliografia

ABREU, Carlos – “O Município de Torre de Moncorvo no Século XVIII”, In: *II Edição do Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos*, Fundação da Juventude, 1996.

_____ “A Sociedade Moncorvense no Antigo Regime”, in: *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda. Congresso Histórico dos 450 anos da Diocese – Actas*, Bragança, 1997, pp. 187-201

_____ “Torre de Moncorvo na cartografia antiga”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. VIII (16), GEHVID, Porto, 1998, pp. 27-38

_____ “As igrejas da vila de Torre de Moncorvo com estatuto de matriz (séculos XIII - XVIII)”, in: *Douro*

– *Estudos & Documentos*, vol. IV (8), GEHVID, Porto, 1999, pp. 83-117

____ “A Itineração na Antiga Comarca da Torre de Moncorvo”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. VIII (15), GEHVID, Porto, 1998, pp. 87-101

____ “Para a história do antigo Convento Trinitário e culto à Senhora dos Remédios na Paróquia de S. Lourenço da Lousa”, *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 5, C. M. de Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa, 2003, pp. 43-57

____ *A estruturação do território ibérico na Raia Duriense e as vias de transporte: êxitos e fracassos*, Tese de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Geografia e Historia da Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011

AFONSO, Belarmino – “Ritos de delimitação e sacralização do espaço no nordeste Trasmontano”, *Brigantia*, vol. XIII, n.ºs 3-4, 1993, pp. 89-104

AGUILERA, César – *História da Alimentação Mediterrânica*, Terramar, Lisboa, 2001

ALVES, Francisco Manuel – “Moncorvo. Subsídios para a sua história ou notas extrahidas de documentos ineditos, respeitantes a esta importante villa trasmontana”, in: *Ilustração Trasmontana. Arquivo Pittoresco, Literario e Científico das terras trasmonstanas*, Empresa da Ilustração Trasmontana, Porto, 1908-1909

____ *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 12 volumes, Câmara Municipal de Bragança/Museu do Abade de Baçal/IPM, Bragança, 2000

ALMEIDA, Ricardo Raphael de – *Ligeira contribuição para o estudo das febres palustres na Vilarça*, Typ. A vapor da Real Officina de S. José, Porto, 1900

ALVÃO, Domingos, *O Douro de Domingos Alvão*, Encontros de Fotografia, 15.ª ed., Coimbra, 1995.

ANDRADE, António Júlio – “Dicionário Histórico dos arquitectos, mestres de obras e outros construtores da vila de Torre de Moncorvo”, *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XI, n.os 3-4, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1991, pp. 21-48

ANDRADE, Martim Francisco Ribeiro d’ – *Tratado sobre o Canamo, composto em francez por Mr. Marcandier ...*, Of. De Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1799

ANILEIRO, Ana Dolores Leal – *O linho no concelho de Penafiel*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP, Porto, 2010 (disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56191>)

BAPTISTA, Maria Isabel Alves – “A rede viária transmontana no século XVIII”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XII, n.os 1-2, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1992, pp. 111-124

BARBOSA, Pedro Gomes – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central. Séc. XII a 1325*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1992

BARBOSA, I. de Vilhena – “A Villa da Torre do Moncorvo”, in: *As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d’Armas*, vol. 3, Typographia do Panorama, Lisboa, 1862, pp. 86-91

BARROS, Doutor João de – *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras os Montes. Colecção de Manuscritos inéditos agora dados à estampa*, Tipografia Progresso, Porto, 1919 [original de 1549, depositado na BPMP]

BARROS, Amândio Morais, e BARROS, Susana P., “Caminhos e devoções. Viajar no Douro medieval e moderno”, In: *Douro – Estudos e Documentos*, 11, GEHVID, Porto, 2001, pp. 181-195.

BATH, B. Slicher van – *Historia Agrária da Europa Ocidental*, Editorial Presença, Lisboa, 1984

BLOT, Maria Luísa B. H. Pinheiro – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*, Trabalhos de Arqueologia, 28,

Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2003.

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico...*, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, 1712 – 1728, 8 v. (disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>)

BRANCO, Adérito António – “O Nordeste Transmontano no Séc. XIX. Algumas reflexões sobre as razões do seu ensimesmamento”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XIV, n.º 1/2, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1994, pp. 151-165

BÚRCIO, Ângelo Luís Marques – *Necessidades de água de rega para o perímetro norte do aproveitamento hidroagrícola do Vale da Vilarça. Estudo de base para a sua estimativa e gestão da rega*, Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2009 (policopiado)

CABRAL, Affonso do Valle Coelho Pereira – “A Região Vinhateira do Alto Douro desde a Barca d’ Alva até ao Cachão da Valeira”, in: *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, Sexto Anno, n.º 3, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895, pp. 343-482

CAPELA, José Viriato, et alii – *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758*, Ed. José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, Braga, 2007

CARDOSO, António M. de Barros – “O Douro: estrada fluvial nos alvares do séc. XVIII”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. III (5), GEHVID, Porto, 1998, pp. 117-132

CARDOSO, José Luís – *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do séc. XVIII*, Editorial Estampa, Lisboa, 1989

_____. *Pensar a Economia em Portugal. Digressões Históricas*, Difel. Difusão Editorial, SA, Algés, 1997

CARDOSO, João Luís, *Portugal como Problema; Volume V – A Economia como Solução – Do Mercantilismo à Ilustração (1625-1820)*, Fundação Luso-Americana e Público, Comunicação Social SA, Lisboa, 2006.

CARDOSO, António Monteiro – *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as Elites*, Ed. Afrontamento, Porto, 2007

CARQUEJA, Maria da Assunção – *Subsídios para uma monografia da vila da Torre de Moncorvo*. Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1955 (policopiado)

_____. *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 2007.

CARVALHO, Constâncio de, “A Vilarça”, *O Transmontano*, Torre de Moncorvo, ”, n.º 2659 de 26 de Maio de 1904 e n.º 2660 de 2 de Junho de 1904. Ed. em Moncorvo

CARVALHO, Porfírio Hemetério Homem de – *Primeiras linhas do direito agrário deste reino*, Impressão Régia, Lisboa, 1815

CAVALHEIRO, Eugénio, e REBANDA, Nelson – *A Igreja Matriz de Torre de Moncorvo*, João Azevedo Editor, Mirandela, 1998

CHABY, Cláudio de – *Synopse dos decretos remittidos ao extincto Conselho de Guerra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1869 (disponível em <http://books.google.pt>)

Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado del Rey fidelissimo D. Jozé o I, nosso Senhor: Desde 31 de julho de 1769 até 7 de abril de 1775, Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1775 (disponível em <http://books.google.pt>)

CONDE, Manuel, e VIEIRA, Marina, “A comenda da Ordem de Cristo do Mogadouro nos alvares de quinhentos. Subsídios para o estudo da paisagem e do povoamento do leste de Trás os Montes, entre a

Idade Média e os Tempos Modernos”, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2005, pp. 555-588

COSTA, P. Avelino Jesus da – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, Coimbra, 1993, 3ª edição muito melhorada.

COSTA, P. António Carvalho da – *Chorographia Portugueza, eDescripçam do Famoso Reyno de Portugal*, ..., Tomo I, Livro Segundo, Tratado I, Off. Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, pp. 415-428

COSTA, José Inácio da, “Memória Agronómica Relativa ao Concelho de Chaves”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo I, Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 261-288

COSTA, Paula Pinto, e CASTRO, Júlia Isabel Coelho Alves de Castro – “A alfândega de Freixo de Espada-à-Cinta em 1517”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. III (5), GEHVID, Porto, 1998, pp. 95-108

CUNHA, P. Proença Cunha, e PEREIRA, D. Insua, “Evolução cenozóica da área de Longroiva-Vilarça (NE Portugal)”, *Ciências da Terra (UNL)* Lisboa, n.º 14, 2000, pp. 89-98

Documentação Geográfica Militar – *Carta Militar de Portugal Esc. 1/250.000 Série M586 Folha nº 2 Dados Complementares*, Serviço Cartográfico do Exército, Lisboa, 1973

DIAS, Jorge – *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Editorial Presença, Lisboa, 1984 (3ª edição)

DIONÍSIO, Sant’ Anna – *Alto Douro Ignoto*, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1977 [2ª edição]

_____*Ares de Trás-os-Montes*, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1977

FERNANDES, Ilda – *Torre de Moncorvo. Município Tradicional*, Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 2001

FERNANDES, Hirondino da Paixão – “Da Cultura do Linho Cânhamo em Moncorvo”, in: *Brigantia*, vol. 1, n.º 2, Bragança, 1981, p. 135-141

_____*Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Ministério do Reino - ANTT*, Instituto Superior Politécnico de Bragança/Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança, Bragança, 1993

FONTES, Luís Torres, e CARVALHO, João – “Uma breve história da Cannabis em Portugal”, *O Rei vai Nu. O Cânhamo e a Conspiração contra a Marijuana*, Via Optima, 2003, 2.ª ed. aumentada

FREITAS, Isabel Vaz de – *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*, Ediciones Trea, Gijón, 2006

GALHANO, Fernando, *O Carro de Bois em Portugal*, Instituto de Alta Cultura/ Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1973

GARCIA, João Carlos – “Os têxteis em Portugal nos séculos XV e XVI”, in: *Finisterra*, vol. XXI, n.º 42, Lisboa, 1986, p. 327-344

_____*“O Distrito de Bragança em 1876 numa carta de D. António Xavier Pereira Coutinho”*, In: *Revista da Faculdade de Letras (Geografia)*, I Série, vol. III, FLUP, Porto, 1987, pp. 243-277

GARCIA DE CORTAZAR – *História Rural Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996

GRAÇA, Celestino, *A Cultura do Cânhamo*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1945

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, Librairie Armand Colin, Paris, 1955

_____*Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Arcádia, Lisboa, 1980 (4ª Edição)

HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Aquilegio medicinal...*, Off. Da Musica, Lisboa, 1726 (disponível

em <http://books.google.pt>)

_____. *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, Off. Augustiniana, Lisboa, 1731 (disponível em <http://books.google.pt>)

HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, volume 2, Editorial Presença, Lisboa, 1983

HERMANN, Christian, E MARCADÉ, Jacques – *A Península Ibérica no século XVII*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2002

JACOB, João Manuel Neto – “A Agricultura no Distrito de Bragança durante o séc. XIX”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. IX, n.º 2, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1990, pp. 144-172

_____. “A Indústria no Distrito de Bragança durante o séc. XIX”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. IX, n.os 1-2, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1990, pp. 91-107

LADRA, Lois, e PINHO, Valdemar, “Tecnologia tradicional da navegação fluvial em Trás-os-Montes. As bateiras do rio Sabor”, *Brigantia*, vol. XXX-XXXI, 2010-2011, pp. 411-424.

LAINS, Pedro, e SILVA, Álvaro Ferreira da (organizadores) – *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vols. I e II, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005

LEAL, Augusto Soares d/Azevedo Barbosa de Pinho, e FERREIRA, Pedro Augusto – *Portugal Antigo e Moderno...*, XII vol.s, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1873 a 1890.

LEONARDO, Rui Leal - *Vias Terrestres do Termo da Vila da Torre de Moncorvo (1750-1800): Elementos para o seu estudo*, Trabalho apresentado à disciplina de Arqueologia Moderna e Contemporânea I da FLUP, Porto, 2007. (policopiado)

_____. “O Tombo do Morgado de Santo António de Moncorvo”, *Revista Colégio Campos Monteiro. Espaço de Cultura e Memória*, Associação dos Antigos Alunos e Amigos do ex-Colégio Campos Monteiro, 2013, pp. 47-62

LOUREIRO, Fernando Pinto (org.) – *Documentos para a História Económica de Coimbra*, Tomo I, Ed. Biblioteca Municipal Coimbra, 1955

LINK, M. – *Voyage en Portugal par le M. le Comte de Hoffmansegg; redige par M. Link, et faisant suite à son Voyage dans le même Pays*, Levrault, Schoell et C. gnie, Paris, 1805

MACEDO, Jorge Borges de – *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*, Ed. Querco, Lisboa, 1982. (2ª edição)

MACHADO, Casimiro Henriques de Moraes - *Terras Bragançanas. Um olhar sobre o passado*, Ed. Herdeiros do autor, Porto, 1999

MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronológica ...*, Tomo III, Off. Ignacio Rodrigues, Lisboa, 1752

MADURO, António Eduardo Veyrier Valério – *Tecnologia e economia agrícola no território alcobacense (séculos XVIII-XX)*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007 (policopiado)

MAGALHÃES, Ana Maria, *Tudo tem o seu tempo*, Ed. Caminho, Lisboa, 2012

MAGALHÃES, Francisco António Carneiro de, “Terrível prestígio natural (carta)” e “Terminação de uma praga egípcia (carta)”, *Revista Universal Lisbonense - Jornal dos Interesses Physicos, Moraes e Litterários collaborado por muitos sabios e litteratos e redigido por Antonio Feliciano de Castilho*, Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, Lisboa, 1844, pp. 258, 270 e 271

MARIZ, Joaquim de – “Uma Excursão Botânica em Traz os Montes”, in: *Boletim da Sociedade Broteriana*, Tomo VII, fasc. 1, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1889, p. 34-76

MARQUES, Maria Alegria F – *Os Forais de Torre de Moncorvo*, Reviver Editora/Município de Torre de

Moncorvo, Paredes/Torre de Moncorvo, 2005

_____. *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão cerealífera durante a Idade Média*, Edições Cosmos, Lisboa, 1978 (3ª Edição) [edição original de 1962]

MARTINS, Joaquim – *Histórias da minha vida*, Ed. Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2009

MARTINS, Conceição Andrade, E MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Celta Editora, Oeiras, 2002

MATOS, Artur Teodoro – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Universidade do Açores, Ponta Delgada, 1980

MENDES, José M. Amado – “Trás-os-Montes nos finais do séc. XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)”, in: *Estudos Contemporâneos*, n.º 1, Instituto Politécnico de Bragança, Porto, 1980

_____. *Trás-os-Montes nos fins do séc. XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1981

_____. *História Económica e Social dos séculos XV a XX*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993

_____. “Moncorvo em finais de setecentos”, In: *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, Edições Afrontamento / CEPESE, Porto, 2009, pp. 97-107

MENDES, José Maria Duarte, e ROSAS, Eduardo Manuel Pampulim, “Situação e perspectivas do emparcelamento em Portugal”, *Actas do I Seminário Luso-Espanhol de Rega, Drenagem e Emparcelamento*, Secretaria General de Estruturas Agrarias, Madrid, 1991, pp. 301-314

MONTEIRO, Ana – “Condições Naturais”, in: *História do Douro e do Vinho do Porto, vol. 1: História Antiga da Região Duriense*, GEHVID e Edições Afrontamento, Porto, 2006, pp. 9-29

MONTEIRO, António Manuel – *A Oliveira*, João Azevedo Editor, Mirandela, 1999

MONTEIRO, Abílio A. de Campos – *Versos fóra de moda*, Livraria Civilização, Porto, 1922

_____. *Ares da Minha Serra*, Ed. Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 1995

MONTEIRO, Manuel – *O Douro*, Edições Livro Branco, Lda., s/l, 1998 [edição original de Emílio Biel & Cª, 1911]

MONTEIRO, José Rodrigues – “Recursos Agrícolas (e Agricultura) no Trás-os-Montes do século XVIII”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. XV, n.º 1, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1995, pp. 15-37

MORAIS, João Pinto de, e MAGALHÃES, António de Sousa Pinto – *Memórias de Ansiães*, Ed. Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães, 1985 [reprodução integral do manuscrito de 1721]

MOTA, Salvador Magalhães – *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do Antigo Regime. O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio*, Imprensa-Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2006

MOURINHO, António Maria – “‘Memórias de Torre de Moncorvo e seu termo’ e ‘Descrição da villa de Freixo de Espada Sinta [sic] e outras cousas mais notaveis della e seu destricto’, 1721. Notícias para a Real Academia da História Portuguesa. Milagres atribuídos nesta zona a D. Frei Bartolomeu dos Mártires no princípio do século XVIII”, In: *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/2 – *A Catedral de Braga na História e na Arte (sécs. XII-XIX)*, Ed. Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia de Braga / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, pp. 489-501

NEVES, José Acúrcio das – *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*, Ed. Querco, Lisboa, 1983 [introdução e notas de Jorge Custódio]

NUNES, António Lopes Pires – *A Tecnologia tradicional da corda. Cordoeiros da Beira Baixa*, Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Penha Garcia, Castelo Branco, 2001

NUNES, Manuel, CARDOSO, Cristiano, SOUSA, Luís, GONÇALVES, Carlos – “Marcos de Propriedade no concelho de Lousada: notas para a sua significação histórico-arqueológica”, in: *Oppidum*, número 2, Câmara Municipal de Lousada, Lousada, 2007, pp. 39-56

NUNES, Manuel, SOUSA, Luís, e GONÇALVES, Carlos – *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*, Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada, Lousada, 2008

OLIVEIRA, Águedo de – “Alguns quadros Histórico-Sociais de Moncorvo”, in: “Terras de Bragança. Moncorvo”, *Mensageiro de Bragança – Número especial*, Bragança, 22 de Agosto de 1964, pp. 4-17

OLIVEIRA, Aurélio de – “Mappa Historico e Politico do Reyno de Portugal”, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, Série I, vol. 4/5, FLUP, Porto, 1973-1974, pp. 9-88

_____*A Abadia de Tibães e o seu Domínio (1630-1680). Estudo Social e Económico*, FLUP, Porto, 1974.

_____*“Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a História dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais: (Séculos XVII-XVIII) ”*, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, Série II, vol. 2, FLUP, Porto, 1985, 97-160

_____*“Discurso sobre o paiz do Douro’ de José Jacinto de Sousa”*, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. III (6), GEHVID, Porto, 1998, pp. 199-231

_____*“Discurso sobre o incanamento do rio Tamega”*, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. IV (7), GEHVID, Porto, 1999, pp. 101-135

_____*“Memória sobre o modo de honrar os Lavradores da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro”*, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (9), GEHVID, Porto, 2000, pp. 147-154

_____*“Memória sobre os Linhos de Trás-os-Montes e Alto Douro de José António de Sá”*, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. V (10), GEHVID, Porto, 2000, pp. 137-152

OLIVEIRA, Aurélio de, e COSTA, Natália Fauvrelle – “Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do séc. XVIII”, in: *Douro – Estudos & Documentos*, vol. 1, GEHVID, Porto, 1996, pp. 199-259

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim Enes – *Construções Primitivas em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1988 (2ª edição)

PACHECO, Fernando Assis, BRITO, Leonel, e RODRIGUES, Rogério – *Torre de Moncorvo. Março de 1974 a 2009*, Ed. Câmara Municipal de Torre de Moncorvo/Centro de Memória de Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 2009

PAILLET, Antoine – *Archéologie de l’Agriculture Moderne*, Editions Errance, Paris, 2005

Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo - “Introdução a um programa de Investigação Regional - Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo ”, in: *Rev. Arqueologia*, n.º 11, GEAP, 1985

_____*Inventário de Património Arqueológico e de alguns valores arquitectónicos do concelho de Torre de Moncorvo*. 3 vols. Torre de Moncorvo, 2008 (disponível em:

http://www.torredemoncorvo.pt/downloads/revisao_pdm/inventario_do_patrimonio)

PEREA, H. et alii, – “Actividade sísmica quaternária da falha da Vilariça (NE Portugal): Resultados preliminares de um estudo paleossismológico”, *Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol. 111, n.º 6, 2010 (disponível em <http://e-terra.geopor.pt>).

PEREIRA, José Esteves – “O pensamento económico português no séc. XVIII”, in: CALAFATE, Pedro (dir.) *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. III – As Luzes, Ed. Caminho, Lisboa, 2001, pp. 87-112

_____*“A evolução do espaço regional. Das demarcações pombalinas ao Douro pós-filoxérico”*, in:

História do Douro e do Vinho do Porto, vol. IV: Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX, Edições Afrontamento, Porto, 2010

PEREIRA, José Manuel Martins – *As Terras entre Sabor e Douro*, J. L. dos Santos & C.^a, Setúbal, 1908

PEREIRA, José Clemente Sanches Dias – “A Agricultura no Distrito de Bragança”, in: *Presença*, n.º 5-6, Escola Industrial e Comercial de Bragança, Bragança, 1969, pp. 59-65

PEREIRA, Diamantino, e AZEVEDO, Teresa Mira, “Evolução Quaternária do Graben da Vilarica (Trás-os-Montes, NE Portugal)”, *Caderno Lab. Xeológico de Laxe*, vol. 20, Coruña, 1995, pp. 123-137

PINA, Maria Helena Mesquita, “A região Duriense – Alguns apontamentos sobre a sua rede de transportes (séc. XVII-XIX)”, *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 1999, pp. 525-548

PINTO, Manuel de Sousa, *Manuel Botelho de Oliveira*, Empresa Literaria Fluminense, Lisboa, 1926.

RAU, Virgínia – “A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média”, in: *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Editorial Presença, Lisboa, 1984, pp. 55-65

REBANDA, Nelson – “O Leste Transmontano. Enquadramento Histórico-Geográfico”, in: *Museu Abade de Baçal*, Instituto Português de Museus, Bragança, 1994, pp. 17-28

____ “A evolução da paisagem agrária no Douro Superior”, in: *Viver e Saber Fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos Preliminares*, Museu do Douro, Peso da Régua, 2003, pp. 240-315

____ *Pelos caminhos do Douro. Calçada de Alpajares*, Ed. da Comissão Executiva dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, 2007 (coordenador)

REBANDA, Nelson, e RODRIGUES, Miguel – “Trás-os-Montes e Alto Douro. Dos berrões a os castelos da fronteira”, in: *Trás-os-Montes/Zamora, La frontera que nos une*, Ed. Diputación Provincial de Zamora, Zamora, 1993, pp. 72-77

REBELO, J. Almeida – “Geomorfologia e Geologia da região de Moncorvo”, In: *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos. Catálogo.*, vol. 1, Museu do Ferro & da Região de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 2002, pp. 44-61

RODRIGUES, Luís Alexandre – “Mestres de obras de arquitectura e sociedades. A construção de pontes na Beira Alta e em Trás-os-Montes no século XVII”, In: *Artistas e Artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro*, FLUP, Porto, 2007, pp. 273-286

ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV. Modelos e Práticas de comportamento linhagístico*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995

SÁ, José António de – “Descrição Económica da Torre de Moncorvo”, in: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Ed. Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 175-200 [edição original da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1791]

SALDANHA, Duarte Rebello de – *Ilustração Medica, ethico-politica, historico-sistemática, sceptico-ecletica, fisico-analitica, e theorico-pratica...*, Offic. de Joam de Aquino Bulhoens, Lisboa, 1762

SALGUEIRO, Nuno Miguel dos Santos – *Fabricar o território: os equipamentos do sistema produtivo português (1670-1807)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006. (disponível em <http://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/3745>)

SANTOS, Armindo dos – “As Etno-Paisagens. A Observação Etnogeográfica das formas sociais de modelagem do espaço”, in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 44 (1-2), Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 2004, pp. 29-48

SANTOS JÚNIOR, J. R. – “A Cultura dos cereais no leste transmontano”, in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIII, fasc. 1, Instituto de

Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», Porto, 1977, pp. 41-159

SEABRA, Manoel Ferreira de – “Nota sobre alguns vestígios de Antiguidades, que se encontram no Lugar da Junqueira, na Provincia de Tras-os-Montes”, in: *Jornal de Bellas Artes ou Mnemósine Lusitana. Redacção Patriotica*, n.º XX, Lisboa, 1817, pp. 305-311

SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas I*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria, 1604-1609-1625*, Lisboa, 1974

_____*História de Portugal*, volumes V, VI e VII, Editorial Verbo, Lisboa, 1982-1994

SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII.e – Début du XIX.e Siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1978, 2ª edição

_____*Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Livros Horizonte, Lisboa, 1981, 3ª Edição

_____*Le Probleme Agraire Portugais au temps des premieres Cortes Liberales*, Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, Paris, 2ª Edição, 1985

SILVA, Ana Cristina Nogueira da – *O Modelo Espacial do Estado Moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998

SOEIRO, Teresa – “Lagares de Azeite no concelho de Penafiel”, in: *Portugália*, nova série, vols. XVII-XVIII, FLUP, Porto, 1996-1997, pp. 219-244

_____*“Agras: Campos abertos em espaço fechado. O Caso de Lagares, concelho de Penafiel”*, in: BARROCA, Mário Jorge (coord.) - *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. 2 Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999, pp. 409-418

_____*“Douro, um rio de vida”*, in: *Viver e Saber Fazer. Tecnologias tradicionais na Região do Douro. Estudos Preliminares*, Museu do Douro, Peso da Régua, 2003, pp. 359-412

SOUSA, Fernando de – *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua História em fins do séc. XVIII, princípios do séc. XIX*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1973 (policopiada)

_____*“A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”*, in: *Revista da Faculdade de Letras (História)*, vol. IV e V, 1973-74, pp. 223-327

_____*“A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)”*, In: *Cadernos Culturais*, n.º 2, Núcleo Cultural Municipal de Vila Real, Vila Real, 1977

_____*“Portugal nos fins do Antigo Regime (Fontes para o seu estudo)”*, in: *Bracara Augusta*, vol. XXXI, n.º 71-72 (83-84), Braga, 1977, pp. 303-320

_____*“Os votos de Santiago na Comarca de Moncorvo (Século XVIII)”*, in: *Estudos de História de Portugal*, vol. II – Séc.s XVI-XX, Editorial Estampa, Lisboa, 1983

_____*“Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá*, in: *População e Sociedade*, n.º 3, CEPESE, Porto, 1997, pp. 359-398

_____*“A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII”*, Sep. de *População e Sociedade*, n.º 5, CEPESE, Porto 2001.

SOUSA, Fernando de, et alii – *“A Agricultura da comarca de Moncorvo, segundo José António de Sá, em finais de setecentos”*, In: *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, Edições Afrontamento / CEPESE, Porto, 2009, pp. 289-338

TABORDA, Vergílio – *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Imprensa da Universidade. Coimbra.

1932

TEIXEIRA, Tavares – “Ethnographia Transmonstana. A Agricultura (Concelho de Moncorvo)”, in: *Portugália*, vol. 2, Porto, 1905-1908, pp. 627-638

TENGARRINHA, José – *Movimentos Populares agrários em Portugal*, Publicações Europa América, Mem Martins, 1994, 2 volumes

TENREIRO, A. Guerra – *Douro. Parte I. Esboços para a sua história económica*, volume 1, Tipografia Aguedense, Águeda, 1941

VANDELLI, Domingos – “Memória sobre o encanamento do rio Mondego”, in: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, Ed. Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 175-200 [edição original da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1791]

VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Volume II-V, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1980-1982

VASCONCELOS, Francisco Botelho de Moraes e – *Discurso Político, Histórico, e Crítico, que em forma de carta escreveo a certo amigo Francico Botelho de Moraes e Vasconcellos, passando deste Reino para o de Hespanha, sobre alguns abusos, que notou em Portugal*, Officina de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1752

VAZ, Francisco António Lourenço – “O Grande Livro da Natureza nos Textos e Viagens Filosóficas de José António de Sá”, in: *Imagens da Ciência em Portugal. Séculos XVIII-XX*, Caleidoscópio, Lisboa, 2005, pp. 3-21 (disponível em: <http://home.uevora.pt/~fvaz/PUBLICA%C7%D5ESFVAZ/2005%20-%20viagensfilosoficasantonios%E1.pdf>)

VELLOSO, Fr. José Marianno da Conceição – *Discurso Prático acerca da cultura, maceração, e preparação do Canamo, lido e aprovado pela Real Sociedade Agraria de Turim...*, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1799

VERDELHO, Telmo – “A cultura do cânhamo em Moncorvo”, in: *Brigantia. Revista de Cultura*, vol. I, n.º 0, Assembleia Distrital de Bragança, Bragança, 1981, pp. 7-15

VILLA MAIOR, Visconde de – “O Canamo na Vilaria”, in: *O Archivo Rural. Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias correlativas*, volume VI, Tipografia Universal, Lisboa, 1863, p. 567-572

_____*Preliminares de Ampelographia e Oenologia do Paiz Vinhateiro do Douro*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1865

_____*O Douro illustrado: album do rio Douro e paiz vinhateiro*, Liv. Universal de Magalhães & Moniz, Porto, 1876 (disponível em <http://purl.pt/22659>)

VITERBO, Sousa – “Artes Industriaes e Industrias Portuguezas. Industrias Textis e congeneres”, *O Instituto*, n.º 51, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1904, pp. 570-571

6 – Sites

Blogue Castelo Branco [Online] [consultado em 15 de Setembro de 2011]
http://castelobrancomogadouro.com/index.php?option=com_content&view=article&id=421:cronica-de-um-bom-malandro-&catid=51:isaia-cordeiro&Itemid=58

Blogue Farrapos de Memória [Online] [consultas entre 2010 e 2013] <http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/>

Blogue Torre de Moncorvo in blog [Online] [Consulta entre 2011-2012]
<http://torredemoncorvoinblog.blogspot.pt>

Blogue Torre.Moncorvo [Online] [consultas entre 2010-2013] <http://torre-moncorvo.blogspot.pt/>

Genall.pt [Online] [consultas entre 2011-2012] <http://www.geneall.net/P/>

Google Earth [Online] [consultas entre 2011-2013] <http://www.google.com/intl/pt-PT/earth/explore/products/plugin.html>

Infopédia. Porto Editora [Online] [citação: 24 de Julho de 2013] <http://www.infopedia.pt/>

Turismo Virtual. Associação de Municípios do Douro Superior [online] [consultado em 2 de Agosto de 2013] <http://turismovirtual.amdourosuperior.com/pt>

ANEXOS